

Anais do I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural

I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural

ANAIS

BRUNO SILVA & ANDRÉ CARLOS FURTADO

(Organizadores)

I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural



NITERÓI PPGHistória-UFF 2014

I ENCONTRO DE GRADUANDOS E PÓS-GRADUANDOS DO NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM HISTÓRIA CULTURAL – NUPEHC

SUJEITOS NA HISTÓRIA NUPEHC 20 ANOS + 1: DA PERGUNTA GERAL À RESPOSTA PARTICULAR

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Professoras LARISSA VIANA (Universidade Federal Fluminense – UFF), MARÍA VERÓNICA SECRETO (UFF), GISELLE MARTINS VENANCIO (UFF) & CAROLINA VIANNA DANTAS (Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ)

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS:

Acadêmicos BRUNO SILVA (UFF) & ANDRÉ CARLOS FURTADO (UFF)

REALIZAÇÃO:

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF CAMPUS DO GRAGOATÁ – 2 & 3 DE OUTUBRO DE 2013

REVISÃO DOS TEXTOS:

Professoras LARISSA VIANA, MARÍA VERÓNICA SECRETO & GISELLE MARTINS VENANCIO











Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A532 Anais do I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural [recurso eletrônico] / org. Silva, Bruno; Furtado, André Carlos – Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2014.

134 p.

Idioma: português/espanhol

ISBN 978-85-63735-17-1

1. História do Brasil. 2. Congresso. 3. Programa de pós-graduação. I. Silva, Bruno. II. Furtado, André Carlos.

CDD 981

SUMÁRIO

Carolina V. Dantas, Giselle M. Venancio, Larissa Viana e María Verónica Secreto08
Apresentação Rachel Soihet
PARTE I
TERRAS E GENTES, REDES DE PODER E GOVERNANÇAS
1. Bernard Romans: um viajante holandês nas terras da costa do Atlântico, na árdua missão de classificar a diversidade humana, na segunda metade do século XVIII Bruno Silva
2. Poder e caridade: os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro Karoline Marques Machado25
3. Trajetórias administrativas: o mestre de campo e governador interino Manoel de Freitas da Fonseca no Rio de Janeiro, 1704-1738
Victor Hugo Abril
PARTE II PRÁTICAS POLÍTICAS, SUJEITOS E QUESTÃO FUNDIÁRIA
5. Sousândrade em 3D: indianismo romântico, política indigenista e sujeitos indígenas Ramon Castellano Ferreira
6. "Horrores da fome": seca e migração no jornal "O Cearense"
Janille Campos Maia
7. A Igreja Católica e os mecanismos de atuação no meio rural brasileiro (1950-1964) Bruna Marques Cabral
PARTE III APROPRIAÇÕES, SOCIABILIDADES LITERÁRIAS E IMPRESSOS
8. Com que samba eu vou para a folia que você me convidou? Augusto Neves da Silva
9. Las tertulias literarias en Antioquia durante el siglo XIX: lugar de elaboración de algo nuevo y proceso de formación de una literatura regional
Juliana Vasco Acosta89
10. Folheando as páginas da "Revista Florestal", descortinando as capas de um discurso conservacionista (1929-1948) Filipe Oliveira da Silva

PARTE IV INTELECTUALIDADE, ESCRITA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

11. (Re)escrita da história do Brasil na virada do século XIX para o XX	
Bárbara Winther da Silva	109
12. Um historiador em tempos de mudança. José Honório Rodrigues e o campo h	istoriográfico
dos anos 1950	
Mariana Rodrigues Tavares	117
13. Leituras e leitores à margem da primeira edição de "Visão do paraíso", de Se	źrgio Buarque
de Holanda (1959)	
André Carlos Furtado	125

Da pergunta geral à resposta particular: palavras iniciais

Em outubro de 2013 tivemos a satisfação de sediar o *I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do NUPEHC*, Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural. Fundado em 1992, junto ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, e desde então liderado por Rachel Soihet, o Núcleo tornou-se um espaço de debates acadêmicos plurais e inovadores, mantendo sempre o propósito promover a interlocução entre professores e alunos de Graduação e Pós-Graduação. Em 2012, quando celebramos os 20 anos de atividade do grupo, realizamos o *Seminário Internacional Sujeitos na História: perspectivas e abordagens,* reunindo pesquisadores dedicados a refletir sobre as trajetórias, biografias e experiências de diferentes sujeitos históricos, individuais e coletivos. Nosso conferencista convidado naquela ocasião foi o historiador italiano Giovanni Levi, a quem devemos a reflexão norteadora deste *I Encontro*, realizado um ano depois. Giovanni Levi nos instigou a buscar respostas particulares à questão geral do Seminário, convidando-nos a debater precisamente este que é um dos traços distintivos do NUPEHC: abordar temas de pesquisa diversos através da busca de caminhos conceituais compartilhados.

Assim, o nosso *I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos* ganhou este título inspirador: 20 anos + 1 – Sujeitos na História: da Pergunta Geral à Resposta Particular. Reunimos, em dois dias intensos, 27 jovens pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e da Universidad de los Andes, além de colegas que lá estiveram para generosamente debater os trabalhos. Os Anais do *I Encontro*, publicados pela Editora do PPGH, reúnem 13 artigos nos quais se evidenciam a variedade de temáticas e as ricas possibilidades de diálogo teórico e conceitual entre os pesquisadores vinculados ao NUPEHC.

Como quase sempre ocorre, alguns dos trabalhos apresentados no *Encontro* não puderam ser enviados a tempo de figurar nesta publicação. Visando recuperar a memória de nossas férteis discussões, agradecemos nominalmente aos demais Graduandos e Pós-Graduandos que partilharam suas reflexões conosco: Ayalla Oliveira Silva, UFRRJ; Caroline dos Santos Guedes, UFF; José Cordeiro Menezes Netto, UFRRJ; Denise Demetrio, UFF; Leonardo Alexandre de Siqueira Oliveira, UFF; Luís Rafael Araújo Corrêa, UFF; Rodrigo Marretto, UFF; Suzana Corrêa Barbosa, UFF; Camila Pizzolotto Alves das Chagas, UFF; Natália Guerellus, UFF; Carlos Mizael dos Santos Silva, UFRRJ; Louise Gabler de Sousa, UFF; Luís Ricardo Araújo da Costa, UFF; Renan Rubim Caldas, UFF.

Nossos agradecimentos especiais são também para Bruno Silva e André Furtado, os dedicados organizadores desta publicação; para nossa querida Rachel Soihet, que nos brindou com a linda apresentação dos Anais; e para nossa parceira Juniele de Almeida, autora da arte e do Caderno de Resumos do evento. O financiamento da FAPERJ ao projeto *Sujeitos, experiências e propostas políticas na prática historiográfica americana,* liderado por María Verónica Secreto, o apoio do PPGH/Área de História da UFF e o incentivo de nossos queridos amigos do NUPEHC foram fundamentais em todo o processo.

Agosto de 2014

Carolina V. Dantas (Fiocruz) e Giselle M. Venancio, Larissa Viana e María Verónica Secreto (Universidade Federal Fluminense)

Apresentação¹

Os trabalhos expõem características que tem acompanhado as reflexões do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural – NUPEHC, em 22 anos de existência: a diversidade de opções temáticas e os múltiplos recortes espaço-temporais, numa criativa conjugação de pesquisa e reflexão teórica, aliada a uma sofisticada historiografia. Emerge desse longo convívio intelectual uma constante troca coletiva de saberes, fertilizando mutuamente o vasto domínio dos estudos relacionados à cultura. É dessa experiência longamente vivida em grupo que emerge, uma vez mais, a qualidade dos textos apresentados. São resultantes de monografías, dissertações de mestrado e teses de doutorado tanto de alunos da Universidade Federal Fluminense – UFF, como da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, também associada a esse mesmo núcleo. Ao mesmo tempo, há nas narrativas o empenho em obter aquela qualidade do escritor que Marc Bloch avalia como o "elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares", qual seja, o da "simplicidade tão apurada que é privilégio de alguns raros eleitos". Também, expressando tendências recentes, revela-se nesses textos que o trato dado aos sujeitos, têm em mira, de um lado, a preocupação com os constrangimentos sociais que incidem sobre eles, mas sem perder de vista, por outro lado, a capacidade que os mesmos possuem de invenção e intervenção sobre as escolhas de caminhos que percorrem.³

Assim, o NUPEHC cresceu, influenciando gerações de alunos e ex-alunos, fazendo-se conhecer nacional e internacionalmente, por meio de suas participações em eventos científicos, com destaque para a realização de Seminários e das suas inúmeras publicações.

Cabe, igualmente, ressaltar a preocupação em dizer "algo verdadeiro a respeito de uma realidade passada", ⁴ ajustada às preocupações atuais dos historiadores, tornando evidente a superação de tendências em que tal exigência, por um largo período de tempo, fora rejeitada como marca do positivismo. Dessa forma, inúmeros são os documentos utilizados, mas sem perder de vista a avaliação de Marc Bloch: "mesmo os mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los". ⁵ E, para tal, utilizando-se de rigor e método, adentra-se de forma sensível e adequada num universo marcado por tensões, trazendo à tona

¹ Agradeço à professora Dra. Suely Gomes Costa a leitura do material, fornecendo inúmeras sugestões.

² BLOCH, Marc. Apologia da história ou O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 41.

³ VENANCIO, Giselle; VIANA, Larissa; SECRETO, María Verónica (orgs.). Introdução. In: _____ (orgs.). *Sujeitos na história*: perspectivas e abordagens (no prelo).

⁴ FALCON, Francisco José Calazans. Apresentação. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos – campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ / FGV, 1998, p. 18.

⁵ BLOCH, op. cit., 2001, p. 79.

inúmeras questões que, de outra forma, estariam submersas. E isso nos faz transitar pelos trabalhos que se seguem da forma a mais prazerosa.

A publicação consta de quatro partes, reunindo trabalhos apresentados e debatidos no I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do NUPEHC no campus do Gragoatá – UFF, em 2 e 3 de outubro de 2013, organizados por Bruno Silva e André Carlos Furtado, doutorandos da UFF. A primeira parte, *Terras e Gentes, Redes de Poder e Governanças* reúne quatro textos onde se realça a atuação de sujeitos que, deliberada e conscientemente, buscam moldar suas existências. No primeiro deles, Bruno Silva destaca a obra "Bernard Romans: um viajante holandês nas terras da costa do Atlântico na árdua missão de classificar a diversidade humana na segunda metade do século XVIII", publicada em 1775, sobre suas viagens realizadas na América Inglesa, mais precisamente nas costas da Flórida. Nas descrições de populações por ele encontradas, esse viajante classifica povos aborígenes e negros com base no uso de termos como raça, nação, espécie, variedade, intercambiando tais termos sem sobrevalorizar, apenas um deles, observando-se aí sua afinidade com as teorias europeias sobre a diversidade humana. Como a maioria dessas teorias, ele reafirma a inferioridade do nativo americano e do negro, acrescentando à cor da pele aspectos relativos à cultura como modo de justificá-la.

Segue-se o texto da graduanda Karoline Marques Machado, "Poder e Caridade: os provedores da Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro" voltado para o exame da trajetória de três homens ocupantes do cargo de provedor da referida Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro, nos séculos XVII e XVIII. Tal condição era indicativa de seu pertencimento à elite que comandava a política daquele período, fundamental para entender as redes de poder no Império Português. Fazendo um balanço das condições exigidas para o exercício desse cargo, destaca a importância da ocupação de cargos administrativos ou militares como requisito para assumir a provedoria, destacando que esse exercício contribuía na nomeação de outros postos. Registra ainda uma a mudança ocorrida após a segunda metade do século XVII que foi o crescimento do número de comerciantes, negociantes e/ou mercadores em postos de destaque dentro da sociedade colonial.

Também, Victor Hugo Abril, em seu texto, "Trajetórias administrativas: o mestre de campo e governador interino Manoel Freitas da Fonseca no Rio de Janeiro. 1704-1738" desenvolve a análise da trajetória de Manoel de Freitas da Fonseca, um mestre de campo. Nesse sentido, no período de 1704 a 1738, debruça-se sobre a tessitura de ações que levaram o mestre de campo ao governo interino do Rio de Janeiro. Vitorioso na guerra peninsular, em 1704, veio para o Rio de Janeiro, ganhando em 1712 a carta patente de mestre de campo general de toda a infantaria, cavalaria e artilharia da capitania do Rio de Janeiro, estabelecendo redes que lhe

permitiram tornar-se governador interino do Rio de Janeiro, experimentando, porém, o fracasso na ocupação de Montevidéu, em 1723, cujas mazelas foram, porém, superadas, a partir de relações reconstituídas e da obtenção do perdão régio.

Pensar o papel das pessoas na fronteira sul das Américas portuguesa e espanhola, na segunda metade do século XVIII constitui-se em matéria de Hevelly Ferreira Acruche, em seu texto "Solo escravo, solo escravo: a devolução de escravos na América Meridional". Assim, focaliza o papel dos tratados de limites firmados entre portugueses e espanhóis, observando o estabelecimento da concepção de soberania, baseada na ocupação territorial, através da qual as pessoas passavam a ter papel fundamental no processo de definição do território colonial. A devolução dos escravos torna-se tema constante nas discussões diplomáticas, especialmente, a partir do tratado de Santo Ildefonso de 1777, persistindo, porém, a dificuldade dos comissários lusos e hispânicos de alcance de um entendimento sobre a questão. Os cativos que eram vistos pelos portugueses, como fugitivos por seus rumos em direção a terras espanholas eram tratados pelos hispânicos como "servos miseráveis". Não eram considerados criminosos, nem presas a serem devolvidas. Assim, o escravismo das colônias espanholas era dotado de um caráter mais brando, frente a outras monarquias europeias: espaços atlânticos sob dominação hispânica configuravam-se como atrativos à ocorrência de fugas, situação diante da qual sujeitos não titubearam de se valer.

A segunda parte, *Práticas Políticas, Sujeitos e Questão Fundiária* compõe-se de três textos, reunindo reflexões de intelectuais, sobre problemáticas vividas pelas populações locais, suas propostas para a resolução das mesmas e seu real significado. No primeiro deles, "Sousândrade em 3D: indianismo romântico, política indigenista e sujeitos indígenas", Ramon Castellano Ferreira questiona as interpretações correntes sobre a obra de Joaquim de Sousândrade (1832-1902), poeta maranhense, que a consideravam à frente do seu tempo, enfatizando a desterritorialização de sua produção poética, chegando uma estudiosa a considerá-lo um antecipador do modernismo. Em contraponto, o articulista acentua que a referida obra pautava-se numa perspectiva própria às questões discutidas pelos intelectuais de meados para fins do século XIX. Referia-se àqueles que preconizavam a invisibilidade dos sujeitos indígenas, distinguindo-os apenas como fadados à desintegração étnica e social ou à integração no seio do Estado-Nação.

Segue-se o texto "Horrores da fome': seca e migração no jornal 'O Cearense'" de Janille Campos Maia que analisa o modo pelo qual a migração decorrente da seca de 1877 foi noticiada pelo jornal *O Cearense* de tendência liberal. Acentua o tom sensacionalista utilizado por este periódico, diante dos horrores provocados pela seca, afirmando que os números

relativos às mortes e migrações são fruto de especulações, não retratando a realidade. Nesse sentido, questiona se o crescimento da migração seria decorrente, apenas, da seca, ou se haveria outras razões, como a distribuição de recursos públicos nos abarracamentos no litoral, onde os refugiados se aglomeravam, perguntando porque os socorros só ali eram distribuídos. Especula sobre a vinculação feita pela elite entre progresso econômico e o combate às secas, indagando se a migração crescia somente devido aos fatores naturais ou se haveria outros elementos presentes na criação tais mazelas. Conclui sobre a real possibilidade das lideranças liberais terem encontrado nas secas um caminho para a conquista de financiamento para a construção de açudes e estradas, assumindo *O Cearense* um papel significativo nesta empreitada, embora deixando perceber que esses retirantes não podiam ser vistos apenas como massa de manobra.

Bruna Marques Cabral no texto "A Igreja Católica e os mecanismos de atuação no meio rural brasileiro (1950-1964)" busca compreender como a Igreja Católica construiu suas estratégias de intervenção política e social nas questões relativas à vida do trabalhador rural, especialmente, no que tange à reforma agrária, num momento em que as disputas a respeito se radicalizavam. Nesse sentido, indica as estratégias propostas pela Igreja para implementar seu projeto de revisão agrária, a partir da análise de discursos de intelectuais católicos brasileiros referentes a suas preocupações com o campo, com base no exame da *Revista Eclesiástica Brasileira*, principal fonte desses discursos. Conclui que a reforma agrária proposta pelos sacerdotes visava à melhoria da situação dos homens do campo e, ao mesmo tempo, evitava o processo revolucionário defendido pelos comunistas, com base na noção fundamental de que o capitalismo viesse a atingir um nível superior de desenvolvimento econômico.

A Parte III, *Apropriações, Sociabilidades Literárias e Impressos* também consta de três textos, nos quais se deslindam sentidos diversos daqueles consagrados para o exame de manifestações populares, assim como o de sociabilidades literárias, além da decodificação de discursos presentes em imagens e textos. No primeiro, "Com que samba eu vou para a folia que você me convidou?" Augusto Neves da Silva se propõe a investigar os conflitos e as tensões, em torno da utilização dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba no carnaval de Recife, especialmente, nos desfiles das escolas *Estudantes de São José* e *Gigantes do Samba* principais agremiações dessa modalidade, nos anos 1960. Sua argumentação questiona os limites das interpretações daqueles que atribuem tal presença à influência do frevo, levando em conta ser esta a principal marca da cultura local. Valendo-se de pesquisas sobre o carnaval em Recife e de considerável historiografía sobre o desfile das escolas de samba em São Paulo, Rio de Janeiro e na própria capital pernambucana, sugere outras possibilidades de compreensão acerca da história do carnaval de Recife e da própria historiografía da festa no Brasil.

Juliana Vasco Acosta, em seu texto "Las tertúlias literárias en Antioquia durante el siglo XIX; lugar de elaboración de algo nuevo y processo de formación de una literatura regional", através de um exercício metodológico, em que se vale de especialistas na matéria, entre eles, Roger Chartier e Maurice Aguilhon, busca formular sua própria definição de tertúlia literária nos últimos anos do século XIX, em Antióquia. Assim, apresenta um estudo e revisão de algumas das definições e antecedentes de formas associativas relacionadas a encontros em torno da literatura, centrando-se no caráter específico de tertúlias literárias surgidas em Antióquia. Conclui que estas recolhem elementos das sociabilidades tradicionais, introduzindo, porém, elementos novos.

Em "Folheando as páginas da 'Revista Florestal' descortinando as capas de um discurso conservacionista (1929-1948)", Filipe Oliveira da Silva analisa as capas da citada Revista no período compreendido entre 1929 e 1948. Organizada por Luís Simões Lopes e Francisco Rodrigues de Alencar, esta teria sido a primeira manifestação impressa para disseminar uma mentalidade reflorestadora, vista como essencial para as gerações futuras, projetando, como solução, a necessidade de um Estado forte, fiscalizador e centralizador que garantisse a eficácia desse projeto. As capas buscam conciliar o projeto conservacionista e o desenvolvimentista, expressando o propósito de alcançar o progresso econômico e industrial, acompanhado, porém, de cautela no uso dos recursos naturais.

A parte IV, Intelectualidade, Escrita da História e Historiografia, também, consta de três textos, que se voltam para transformações no terreno historiográfico, a partir da ação de intelectuais, cujas propostas fazem emergir novos requisitos para a escrita da história. No primeiro deles, "(Re)escrita da História do Brasil na virada do século XIX para o XX", Bárbara Winther da Silva preocupa-se em problematizar questões referentes à escrita da história em fins do Império e durante a Primeira República no Brasil. Com este objetivo, volta-se para a análise da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), visto que este instituto, criado em 1838, admitia como uma de suas principais funções pensar a construção da nacionalidade brasileira. Através dessa análise, especificamente, dos pareceres da comissão de admissão de novos sócios, discursos de posse e artigos que pensam a natureza do conhecimento histórico, busca compreender a concepção de história que passa a predominar entre os membros deste Instituto, assim como, as diversas preocupações sobre a melhor forma de escrevê-la. Cabe lembrar que a Proclamação da República em 1889 teria colocado novas exigências para a escrita da História. Com esse sentido, a autora analisa o texto de Tristão de Alencar Araripe, sócio do IHGB, que, para ela, pode ser considerado o 1º ensaio teórico-metodológico para os historiadores da Primeira República. O uso de fontes, a concepção do historiador como juiz imparcial e a beleza da escrita seriam essenciais ao exercício da história, ao mesmo tempo, a instrução, aliada à história e à justiça configuravam-se a base para o progresso do país.

O texto "Um historiador em tempos de mudança: José Honório Rodrigues e o campo historiográfico dos anos 1950" de Mariana Rodrigues Tavares consiste em apresentar a atuação desse historiador nos anos 1950-1960, período em que se inicia um processo de reconfiguração do campo historiográfico. Isso redefine antigos cânones e estabelece novos paradigmas. Através da trajetória de José Honório Rodrigues, a autora procura mostrar de que maneira foi ele um intelectual de transição, considerando que sua opção pelo trabalho em arquivos conferiulhe um espaço diferenciado na historiografía atual, especialmente, se comparado a outros intelectuais.

No texto "Leituras e leitores à margem da primeira edição de 'Visão do Paraiso', de Sérgio Buarque de Holanda (1959)", André Carlos Furtado detém-se na recepção da obra, *Visão* do Paraíso, defendida por Buarque de Holanda, em 1958, como tese para provimento da cátedra de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo – USP, e no ano seguinte publicada pela Livraria José Olympio Editora, na coleção "Documentos Brasileiros". Assim, o autor faz uma reflexão sobre os tipos de classificação que esta obra recebeu da parte de leitores da 1ª edição. Nesse sentido, a documentação examinada constitui-se de resenhas publicadas em periódicos do país e assinadas por intelectuais de diferentes oficios, buscando detectar que olhar crítico lançaram sobre o livro e sobre seu autor. Em meio a inúmeras opiniões que atribuem à obra o caráter de ensaio, alocando-a entre os estudos literários, ressaltam-se alguns que a caracterizaram como "discussão arejada, à luz da moderna historiografía" e ainda como o "mais bem informado historiador brasileiro da atualidade", situando a referida obra no terreno da História e reconhecendo seu autor como integrante deste campo do saber. Ainda, pretende desvendar o possível conhecimento da produção acadêmica, conhecida como História das mentalidades por esse autor, modo de situar sua tese como uma antecipação desses estudos no Brasil, algo com que alguns historiadores como Ronaldo Vainfas não concordam, lembrando que, só muito pontualmente, a historiografía francesa é citada ou mencionada no referido livro.

E, assim, mesclando imaginação, sensibilidade e sofisticação intelectual reunidas sobre um largo espectro de fontes, submetidas a uma densa reflexão, com contribuições teóricas das mais significativas, deparamo-nos com textos dos mais instigantes que deixo aos leitores e leitoras o prazer de desvendar.

Rachel Soihet (Universidade Federal Fluminense – UFF)

PARTE I

TERRAS E GENTES, REDES DE PODER E GOVERNANÇAS

1. Bernard Romans: um viajante holandês nas terras da costa do Atlântico, na árdua missão de classificar a diversidade humana, na segunda metade do século XVIII

Bruno Silva*

Resumo: O artigo aborda aspectos da obra do viajante holandês Bernard Romans que, ao escolher as terras da América inglesa como sua pátria, publicou, em 1775, o que ele considerava como a mais completa literatura a respeito das terras e dos povos da costa da Flórida. Dessa forma, analisamos como o viajante classifica as populações por ele encontradas, sua relação com as teorias europeias sobre a diversidade humana e o uso que fez de termos como Raça e Nação, nas descrições a respeito dos povos indígenas e de negros, na América do século XVIII. **Palavras-chave**: Viajantes; Teorias; Classificação da humanidade; Raça; Século XVIII.

Abstract: The article focuses on the work of Dutch traveler Bernard Romans that, when choosing the lands of the English America as their homeland, published, in 1775, which he regarded as the most complete literature on the lands and peoples of the coast of Florida. Thus, we analyze how the traveler classifies populations found by him, his relationship with European theories about human diversity, and the use made by the same terms as Race and Nation in the descriptions regarding indigenous peoples and blacks, in eighteenth-century America.

Keywords: Travellers; Theories; Classification of humanity; Race; XVIII century.

Em 1775, Bernard Romans, publicava sua obra *A concise natural history of east and west-Florida*, na qual, ainda nas primeiras páginas, destacava que "a razão sem a experiência não podia fazer nada, tratava-se de meros sonhos, fantasmas, meteoros de homens engenhosos, que abusavam de seu tempo. Era preciso muita diligência e labor, antes do homem se tornar completamente instruído". Tal frase, tão eloquentemente destacada por Romans, pertencia a um dos mais importantes homens europeus do século XVIII, que fora responsável por propor um quadro classificatório da humanidade, que gera debates intensos, até hoje, no âmbito dos

^{*} Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF, sob a orientação do professor Dr. Ronald Raminelli e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Contato: <slvbruno2004@yahoo.com.br>. Agradeço à Capes pelo financiamento da pesquisa no Brasil e no Estágio Doutoral no Exterior; ao professor Raminelli pela orientação; ao professor André Furtado pela leitura atenciosa e pelas dicas; e ao amigo Marcelo André, com quem faço atividades físicas e que se tornou meu interlocutor nas conversas sobre minhas pesquisas. E, em nome de todos os que colaboram nestes Anais, agradeço, em especial, às professoras Larissa Viana, Giselle Venancio e Verónica Secreto pela organização e revisão dos trabalhos do *I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural* – NUPEHC, no qual este e os textos que seguem foram apresentados.

¹ ROMANS, Bernard. Introdução. In: _____. A concise natural history of east and west-Florida containing an account of the part of British America, in the three kingdoms of nature, particularly the animal and vegetable. New York: New York Printed, 1776, p. 4.

pesquisadores que se debruçam sobre a problemática da variedade humana. Mas, por ora, deixemos o filósofo citado adormecido e voltemos para a nossa personagem principal.

De fato, Bernard Romans, ao escrever seu livro, já se via como um homem instruído em que a razão fora confrontada com as experiências que acumulou ao longo da vida; nascido na Holanda, completou seus estudos na Inglaterra e, durante a Guerra dos Sete Anos, atravessou o Atlântico com sua embarcação, subsidiado pela Coroa inglesa, na missão de saquear navios inimigos durante o confronto com a França. Aquele que veio à América como fiel "soldado" do rei, não hesitou ao se posicionar do lado dos colonos, durante a revolução americana. Até aí, nada demais. Muito embora, não exista estudo mais completo que nos leve a entender o papel desse letrado nos episódios que envolveram as colônias britânicas e a "pátria-mãe". Seja como for, Romans carregava em sua folha de serviços responsabilidades de viajante naturalista, cirurgião, geógrafo, cartógrafo e, por fim, escritor do que ele destacava ser a mais completa obra sobre a costa da Flórida.

E se os leitores estão se perguntando: quando que ele vai cessar esse engodo e falar sobre a importância da obra de Bernard Romans? Eu responderia o seguinte: aparentemente, nenhuma importância. Vamos escrutinar melhor essa afirmação. Ao analisar o clima norte americano, o autor destacava que a abertura das florestas era algo urgente para se fazer, de forma que a drenagem das lagoas e valas associada à derrubada de árvores, não só facilitaria a utilização dos espaços para o cultivo, como reduziria o efeito do ar americano sobre os seres humanos, uma vez que o "pernicioso vapor que exalava nessa região", tinha efeito danoso sobre os humores e as partes fibrosas do ser vivente, destruindo assim a harmoniosa concordância tão característica do europeu, conferindo ao nativo um comportamento relaxado, fraco, lascivo, dado às desordens fatais.

A ideia de dissertar sobre a influência do clima no comportamento humano não possuía nada de original. Romans entabula discussões sobre o ar quente e úmido e o quanto isso influenciava na diversidade humana. Contudo, para ficar só no século XVIII, podemos dizer que o cientista natural francês Conde de Buffon já destacava tal hipótese, apresentando estudos sistemáticos, desde a primeira metade do dito "século das luzes", sobre a relação das características físicas das raças com o clima em que elas se localizavam. É a partir daqui, que podemos olhar a obra de Bernard Romans com mais acuidade. O clima para ele tinha influência direta no comportamento humano e algumas providências, como o desmatamento, poderiam

² DIAMANT, Lincoln. *Bernard Romans*: forgotten patriot of the American Revolution, military engineer and cartographer of West Point and the Hudson Valley. Harrison: Harbor Hill Books, 1985.

reduzir os efeitos dos "perniciosos vapores"; mas, nunca elimina-los por completo; afinal, tal comportamento era inerente à raça americana.³

Ora, com essa afirmação, Romans chegava à conclusão, diferentemente do conhecido e tão bem lido Conde de Buffon, de que a mudança de indivíduos oriundos da América para climas mais amenos como o europeu, em nada, modificaria o comportamento dos nativos do Novo Mundo. O que chama mais a atenção, definitivamente, nem é o fator mudança de clima como igual à regeneração dos princípios humanos perdidos ao longo dos séculos; ou como dizia Buffon, inclusive a possibilidade de reversão da cor da pele. O que realmente destoa, naquele momento, é o fato de Romans destacar que não havia como reverter a barbárie indígena, arrematando que não se podia modificar aquilo que era inerente à raça americana. Assim, entendia que de um extremo ao outro da América, "as pessoas vermelhas" eram oriundas da mesma "nação" e, portanto, deveríamos desistir de encontrar a origem desses povos em outros distintos, fossem europeus, chineses, negros, mouros ou indianos.

Tal assertiva acima, de imediato, refuta a ideia de que a humanidade havia surgido em única matriz criacional, sendo as diferenças físicas, portanto, tecnicamente, indiferentes. Ao contrário, Romans voltava seus olhos para a hipótese de que Deus havia criado diferentes espécies humanas e, no caso americano, não havia como negar que um homem e uma mulher específicos dessa região, teriam sido objetos da obra divina. Com tal posicionamento, o viajante holandês que adotara a América do Norte como sua pátria, negava a ideia de unicidade tão defendida por Buffon e outros teóricos da diversidade humana; mas, acima de tudo, refutava a tese bíblica da criação humana no Éden, acreditando assim na possibilidade de diversos eventos criacionais, donde o homem americano e o africano não poderiam ser enquadrados como descendentes do evento edênico que redundara na formação do homem branco e europeu.

Vamos apimentar essas páginas. A tese de Romans sobre diferentes eventos de criação da humanidade era original? Claro que não! Desde o século XVI que diferentes pensadores, muitos inclusive obrigados a se retratarem com a Igreja, volta e meia, levantavam a hipótese de que o homem europeu era descendente direto de Adão e Eva e as demais nações eram oriundas de outras formações humanas. Quando Romans retoma essa possibilidade, três ou quatro anos antes da obra de Johann Friedrich Blumenbach⁴ – alemão que com base no estudo dos crânios humanos chegara a conclusão de que existiam cinco raças humanas e a europeia era superior, não havendo possibilidade de reversão da degeneração a qual as outras espécies haviam sido

³ ROMANS. Op. cit., 1776, p. 39-41.

⁴ BERTOLETTI, Stefano Fabri. The antropological theory of Johann Friedrich Blumenbach. In: POGGI, Stefano; BOSSI, Maurizio (edit.). *Romanticism in science in Europe, 1790-1840*. Boston: London, 1994.

submetidas – ele não considerava a cor da pele como único objeto para inferiorizar o nativo americano e o africano, mas também os aspectos concernentes à cultura em geral.

Sem medo de negar o evento bíblico, mas, ainda assim, acreditando na grandiosidade de Deus no plano da criação, Romans destacava que o povo encontrado em toda América era rude e inculto, seres incapazes de alcançar qualquer nível de civilização; um povo que se achava degredado ao menor patamar da raça humana, assemelhando-se a animais, capazes de imitar boas maneiras, como deixar de andarem nus, por exemplo, porém, mesmo assim, inábeis de assimilar modos civilizados, voltando sempre ao passado, assim como cães voltam ao vômito. Portanto, partilhava da ideia de Buffon sobre o homem americano estar vivendo no momento de "infância da humanidade". Todavia, descartava a possibilidade de reversão desse estado no qual os nativos se encontravam.

Para Romans, o homem vermelho era astuto, desconhecedor do medo, sem ideia de religião e, portanto, sem superstição, fíngido, dado à conjura, vivia em perpétuo risco de vida, possuía mente vazia, mas com grande acuidade e deliberação para causar danos e crueldades. A ideia de selvageria estava na própria forma como os homens vermelhos eram trazidos ao mundo, a mãe do selvagem se afastava de todos e, sozinha, dava a luz ao filho, lavando na água fria a prole e voltando rapidamente à sua vocação diária. Mulheres civilizadas carregavam seus filhos com o rosto voltado para a direção de seus olhos, ao passo que as mulheres selvagens carregavam suas crianças nas costas. Na verdade, o termo selvagem aparece no texto inteiro, uma vez que Romans se recusava a utilizar o termo indígena para designar povos de tão baixo nível civilizacional, evitando assim, confundir os americanos com os indianos, povos que, segundo o viajante, eram superiores.

Mas, afinal, como Romans destacava a aparência física dos nativos americanos? De uma forma geral, dizia que a cor do indígena se assemelhava à cor da canela ou do cobre, muito embora esses indivíduos nascessem brancos e somente depois de alguns dias é que ocorriam modificações na coloração da pele. Os cabelos eram vistos como lisos, negros, fortes; e os homens possuíam pouca barba – o que também indicava sinal de inferioridade –, uma vez que o próprio Buffon já dissertara não somente sobre a falta de barba, mas sobre as genitálias mirradas e a pouca aptidão sexual dos nativos americanos. As mulheres eram bonitas e com corpos esculturais; os dentes, em ambos os sexos, eram fortes e nunca se deterioravam. Porém, de uma forma geral, todos eram viciados em mentir, dissimulados, fraudulentos, ladrões, com noções de fé e honra que se associavam com a violação das promessas e das palavras.⁵

⁵ ROMANS. Op. cit., 1776, p. 42-49.

O viajante, passo a passo, vai desmontando todas as teses que, por séculos, explicaram a origem do homem americano, refutando a chegada de uma das Tribos de Israel, a ideia de que os indígenas possuíam relação com os judeus, a perspectiva de que eram de origem norueguesa ou de alguma região do Norte, não aceitava terem sua origem nos Tártaros e nem tampouco de povos que atravessaram um suposto estreito que ligava América e Ásia. Definitivamente, negava qualquer relação entre os povos europeus brancos e os nativos americanos. Ressaltando assim, que os modos de vida desses nativos, sobretudo as nações por ele observadas, definitivamente, destoavam de qualquer outra nação de regiões da Europa e da Ásia.

Ao fim, Romans simplesmente reafirmava que a origem do homem americano era a própria América. E se a cor da pele, para o viajante, não era um sinal direto de inferioridade, pelo menos ele não afirmava tal hipótese de forma decisiva, o fato de entender que a cor original dos indivíduos era a branca, aproximando tal coloração da perfeição, ou dos europeus, de algum modo, fazia com que ele colocasse indígenas e negros em estágios diferentes da humanidade, quando comparados com os homens do Velho Mundo. No mais, enfatiza questões culturais, donde observa com maus olhos a bebedeira dos nativos, sua facilidade para a sodomia; e apesar de algumas nações praticarem a agricultura, ainda assim, todos eram inclinados à prostituição, fornicação e à bigamia, embora o adultério fosse punido com flagelações graves, não havendo entre esses povos qualquer tipo de lei que regulasse o comportamento humano.

Quanto aos negros, o parágrafo que introduz as considerações sobre essa raça, começa com a afirmação de que eram traidores, ladrões, teimosos, indolentes, não restando dúvida de que tais comportamentos eram do modo de vida deles em sua terra natal e, portanto, não teriam se originado por conta da escravidão. Assim, defende a escravização do africano e destaca que se Montesquieu tivesse tido a oportunidade de estar na América, mudaria seu posicionamento sobre o assunto. Para ele, a opinião pueril de que a terra produzia mais quando o trabalhador era livre poderia funcionar na teoria, mas, não na prática. Assim, Romans destacava que não se deveria ser tocado por um "sistema de moralidade adotado por alguns filósofos contemporâneos que desejavam impedir de se usar adequadamente, uma espécie da humanidade naturalmente sujeita".⁶

E aqui, mais uma vez, Romans recorre às sagradas escrituras. Se antes a usara para separar a raça indígena como única e com características próprias, indo contra a ideia de unicidade da criação; agora, apega-se às mais variadas passagens bíblicas que justifiquem a escravidão, arrematando que a ideia cristã de que eram desumanos tais atos contra os africanos

⁶ Idem, p. 105-6.

e seus descendentes não se justificava, uma vez que, mesmo que se baseasse na premissa do "amar ao próximo como a si mesmo", o próximo, nesse caso, como diziam os antigos judeus, deveria pertencer à mesma nação.

O homem negro, para Romans, também nascia branco, como os outros de diferentes espécies ou variedades, porém, em poucos dias ficava preto. Contudo, na hora do nascimento, já se podia perceber, por aspectos exteriores dos corpos, se o indivíduo seria branco, preto ou vermelho. No limite, para o holandês, deveríamos considerar os estudos anatômicos que demonstravam que o osso do crânio dos negros era sempre preto e que além das "túnicas" que compõem nossa pele – a coloração –, nos homens de cor negra, encontrávamos numerosas vesículas que espalhavam pelo corpo, líquidos que ajudavam no escurecimento da pele. E sentenciava: "para que se preocupar com as diferenças físicas e ao invés disso somente considerarmos que Deus havia criado um par de humanos na Europa, outro na América, outro na Ásia e pronto?".

Com essa questão, Bernard Romans parece encerrar a controversa demanda da diversidade humana. Mas, se atentarmos para os postulados que ele elenca ao longo de sua obra, por mais que não possamos afirmar que ele possuía um pensamento racial que considerava os caracteres físicos como uma das fontes de classificação da humanidade, não podemos desconsiderar que sua matriz classificatória apresentava uma base europeia e, portanto, branca. Quando ele fala de civilização, de nações com ou sem cultura, de modos estranhos e grotescos, ele parte do que entende como o exemplo de civilização e, assim, defende interesses europeus. No fundo, a cor da pele entrava como ponto de classificação, a partir do momento em que o viajante destacava que a coloração original de todos os povos era a branca. Todavia, influências internas e externas retiravam dos povos americanos e africanos a tez original.

Então, começando a juntar os fios que espalhei ao longo desse caminho – e convidando os leitores a refletirem sobre algumas questões –, diria que: a metáfora das cores está presente na obra de Romans, assim como estava presente em obras de viajantes e clérigos, desde o século XVI, quando chegaram ao Novo Mundo e encontraram povos diversos. O que faz a personagem aqui apresentada ser diferente? Simples! Muito antes das teses raciais do século XIX, ele afirmava a impossibilidade de homens vermelhos e pretos se tornarem brancos. Nem pela troca do clima, nem pela catequização, nem pela mudança cultural isso poderia acontecer.

Quando usa a coloração da pele para se referir a essas nações, se observa que as diferenças que, teoricamente, até aquele momento, eram indiferentes, passam a ter valor na escrita de Romans. Ou seja: se antes todos eram brancos, agora eram vermelhos, pretos. Nitidamente, ocorrem mudanças na percepção que os brancos possuíam sobre os indígenas e

os africanos. Em 1784, na famosa obra *Notes on the state of Virginia*, Thomas Jefferson destacava com toda habilidade que escreveria detalhes sobre os homens brancos, vermelhos e pretos da América do Norte. Não era mais a raça ou espécie humana que estava em jogo e sim as variedades da espécie, que se afastavam cada vez mais da matriz prima, branca e europeia.⁷

Se Romans usa o termo raça? Decerto! Mas, também serve-se de expressões como nação, espécie, variedade, num claro intercâmbio entre tais termos, não valorizando somente um. É nítido seu diálogo com Conde de Buffon, embora rejeitasse grande parte das hipóteses do mesmo, sobretudo, quando descartou a possibilidade de reversão da degeneração pela qual os povos do Novo Mundo haviam passado. Se Romans pode ser considerado racista? É difícil precisar com base na leitura que fazemos da forma como ele utiliza o conceito de raça. Mas, se considerarmos que ele nega a ligação entre nações brancas, vermelhas e pretas e não vê nenhuma possibilidade dos povos encontrados fora da Europa se tornarem brancos e civilizados, mesmo que não use deliberadamente a expressão raça para se referir a esse fato, suas ideias se aproximam muito mais dos teóricos racialistas do século XIX do que daqueles que acreditavam na existência de uma espécie humana com distintas variedades, mas que poderiam ser anuladas.

Para colocar reticências, ainda é muito cedo para encerrar essa questão. Contudo, gostaria de recuar ao ponto de partida, ou seja, a citação que inicia o livro de Bernard Romans: "a razão sem a experiência não podia fazer nada, se tratava de meros sonhos, fantasmas, meteoros de homens engenhosos, que abusavam de seu tempo. Portanto, era preciso muita diligência e labor, antes do homem se tornar completamente instruído".8

Tal frase, sabiamente retratada por Romans era de Carl Von Linné, um dos mais importantes letrados do século XVIII. Linné estabeleceu que o homem se encontrava no mesmo quadro classificatório que os primatas e essa proposição, de alguma forma, incomodou muitos contemporâneos do filósofo que, vendo o homem como criação suprema de Deus, em hipótese alguma poderia ser alocado num mesmo quadro em que se encontravam macacos. Entretanto, se Linné entendia que o homem, dentro dessa escala classificatória era o animal mais perfeito, Romans apreendia que sua razão aliada à sua experiência no Novo Mundo, o facultava o direito de classificar e hierarquizar esse homem, atribuindo escalas classificatórias que iam de mais ao menos civilizado e de mais ao menos branco.

⁷ Cf. VAUGHAN, Alden T. From white man to redskin: changing Anglo-American perceptions of the American Indian. In: *The American Historical Review.* American Historical Association: v. 87, n. 4, 1982 e VAUGHAN, Alden T.; VAUGHAN, Virginia Mason Vaughan. Before Othello: Elizabethan representations of Sub-Saharan Africans. In: *The William and Mary quarterly*, Third Series, v. LIV, n. 1, jan. 1997, p. 23.

⁸ Romans cita Linné em uma epígrafe do seu livro, sem, no entanto, fazer referência à obra que ele utilizou.

Mas, enfim, qual foi a importância de sua obra? Eis aqui uma bela questão! Se considerarmos que a primeira edição é de 1775 e, logo no ano seguinte, tivemos a impressão de uma segunda edição, em pleno processo revolucionário da América Inglesa, há de se levar em conta a possibilidade de sua obra possuir público leitor. Es e as temáticas elencadas por Romans podem parecer antigas conhecidas dos homens do Velho Mundo, no reduto das terras americanas, ventilar a hipótese de que os nativos e os africanos eram de raças ou espécies diferentes, em momento de construções identitárias, se não tirou o sono de muitos colonos letrados, pelo menos fez com que eles, entre um e outro tiro dos canhões, nas batalhas que ocorreram naquele ano, pensassem sobre a questão.

⁹ A professora Giselle Venancio, da Universidade Federal Fluminense – UFF, durante minha apresentação deste texto no evento do NUPEHC, concordou que Romans poderia ter público leitor, por isso a razão de duas edições de sua obra em curto espaço de tempo. Mas, também me levou a considerar que o autor pode ter pago para que tais edições ou apenas uma delas tenha circulado naqueles anos, algo comum nas comunidades livrescas do século XVIII.

2. Poder e caridade: os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de .Janeiro

Karoline Marques Machado*

Resumo: Em 1582, a Misericórdia foi fundada na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, apenas 17 anos após a fundação desta cidade. A Misericórdia, portanto, esteve presente desde os primeiros acontecimentos daquela localidade. Só que essa história não começa no Rio de Janeiro colonial – a Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia surgiu em Lisboa no ano de 1498, tendo se expandido para às conquistas a partir do advento da expansão marítima. Estando presente do "Maranhão até Macau", a Misericórdia é uma das características comuns presentes nas diferentes áreas do Império português. Desta forma, acredito que seja fundamental entender até que ponto os homens que dirigiam a Irmandade estavam envolvidos nas tramas políticas daquele período.

Palavras-chaves: Misericórdia; Rio de Janeiro; Provedores; Caridade.

Abstract: In 1582, the Mercy was founded in the city of São Sebastiao do Rio de Janeiro, only 17 years after the founding of this city. The Mercy, therefore, was present from the earliest events that locality. Except that this story does not begin in colonial Rio de Janeiro – the Brotherhood of Our Lady of Mercy appeared in Lisbon in 1498, and expanded to the achievements from the advent of maritime expansion. In the presence of "Maranhão to Macau", the Mercy is one of the common features present in different areas of the Portuguese Empire. So I believe it is critical to understand the extent to which men who ran the Brotherhood were involved in political plots that period.

Keywords: Mercy, Rio de Janeiro; Providers; Charity.

Como pretendido pela pesquisa *Cidades, elites e política Imperial: a construção da capitalidade do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII*, buscamos, neste trabalho, delimitar as trajetórias de vida de um grupo de indivíduos que compunham o que a historiografia cunhou como homens bons, ou seja: os homens que compunham a elite local da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Dessa maneira, escolhemos a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, uma das instituições presentes no quebra-cabeça político da cidade, para aproximarmo-nos dos indivíduos que compunham o distinto grupo que comandava a política naquele período. Escolhemos para esse trabalho três homens que ocuparam a cadeira de provedor da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Rio de Janeiro, com o objetivo de entender a sua trajetória dentro das redes de sociabilidade que teciam o Império Português.

^{*} Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e bolsista de Iniciação Científica no projeto intitulado *Cidade, elites e política imperial: a construção da capitalidade do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX*, sob a orientação da professora Dra. Maria Fernanda Bicalho e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Contato: <karolmarques5@gmail.com>.

A presença da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia era uma característica comum a um Império tão vasto e com espaços tão longínquos quanto o português. Além das instituições que mantinham uma relação administrativa, foi a Misericórdia a outra instituição que mais se espalhou e enraizou nos novos domínios ultramarinos. Nesse sentindo, entender quem eram os homens que estavam por detrás do controle da Irmandade é de crucial importância para entender as relações e a atuação da Misericórdia na localidade que estava inserida. Pois bem, para o caso do Rio de Janeiro – palco desta pesquisa – procuramos nos aproximar de três homens que ocuparam o cargo de provedor da Irmandade nesta cidade. Os esforços a seguir contemplam dois âmbitos da vida destes homens, sendo estes: o familiar e o público, que na sociedade de Antigo Regime estavam a todo momento interligados.

Nos anos compromissais de 1637-1638 e de 1645-1646, a cadeira de provedor da Misericórdia do Rio de Janeiro foi ocupada pelo mesmo homem. Era este Duarte Correa de Vasqueannes, nascido no Reino, veio para Brasil trazido por um de seus irmãos. Filho de Gonçalo Correa da Costa, meio-irmão de Salvador Correa de Sá, que o trouxera para o Brasil, e Martim Correa, descendia, deste modo, do tronco dos Correia de Sá, uma das famílias que se autodenominavam conquistadores da terra. De seu casamento teve alguns filhos. Entre a sua prole destacam-se Martim Correa Vasqueannes e Salvador Correa Vasqueannes, ambos prestaram serviços militares no Estado do Brasil.

Sua trajetória é compilada de inúmeros cargos que ocupou em serviço da Coroa. Ocupou os cargos de provedor das Minas de Ouro do distrito da Vila de São Paulo; foi Capitão-mor e Ouvidor da Capitania de São Vicente; e, no Rio de Janeiro, alcançou os cargos de Capitão-mor e de Capitão de Cavalos, tendo sido encarregado de um dos fortes da costa desta capitania.¹

Apesar de serem os cargos acima apontados importantes para compreender a formação da trajetória de Duarte Correa de Vasqueannes, estaria por vir, nos anos 40 do século XVII, a principal nomeação de sua trajetória. Foi em 1642 que ele assumiu o cargo de Governador da capitania do Rio de Janeiro pela primeira vez. Isto ocorreu pela ausência do então Governador Salvador Correa de Sá e Benavides – sobrinho de Duarte Correa de Vasqueannes – tendo a posse do governo interino terminado no ano de 1643. Ao assumir o governo interino do Rio de Janeiro, Duarte Correa de Vasqueannes serviu como um teste para o que viria ocorrer no ano de 1644, quando é nomeado ao cargo de Governador da capitania do Rio de Janeiro.² O cargo de governador foi mantido até o ano de 1648, ficando apenas três anos no cargo, que havia sido nomeado pela Coroa, para exercer pelo tempo de seis anos. Apesar de ficar menos tempo do

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Registro Geral de Mercês – Ordens Militares.

² Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). ACL, CU – 017-01, Cx. 2, D. 317.

que esperado no controle da capitania do Rio de Janeiro, Duarte Correa de Vasqueannes retorna mais uma vez ao cargo, como Governador interino, nos anos de 1648-1649, momento no qual substitui novamente seu sobrinho Salvador Correa de Sá e Benavides.

A posse do cargo de governador foi conturbada, apesar de já ter ocupado o cargo interinamente. Um grupo formado pelos principais da terra se opuseram à nomeação de Duarte Correa de Vasqueannes, cuja oposição era composta pelo Senado da Câmara e por oficiais da milícia, ambos liderados por Salvador Correia de Sá e Benavides.³ Como podemos perceber, havia uma rivalidade entre o tronco dos Correia de Sá, uma vez que a briga entre tio e sobrinho pode ser acompanhada através das cartas enviadas ao Conselho Ultramarino naquele período. Ainda que alguns homens tivessem feito frente à eleição de Duarte Correa Vasqueannes ao posto de Governador, este recebeu apoio de outros segmentos do Rio de Janeiro, dentre os quais constavam diversos religiosos da Companhia de Jesus e outras ordens religiosas da cidade.⁴

O governo de Duarte Correa de Vasqueannes é marcado por uma forte preocupação com a defesa da costa limítrofe da capitania do Rio de Janeiro. Em diversas correspondências ao Conselho Ultramarino relata a debilidade da defesa da cidade e, desta forma, pede recursos para compra de novos armamentos e construção de fortalezas, que pudessem resguardar a capitania. Em uma carta de 18 de janeiro de 1646, enviada ao Conselho Ultramarino, o governador relata o receio da invasão da costa da cidade por naus holandesas e pede mais gente e munições com urgência. Apesar dos temores de Duarte Correa Vasqueannes, a cidade não é invadida por holandeses nem por qualquer outro grupo, mas o fato de não ter sido invadida não significava que a ameaça não rondasse a costa da capitania. Em 11 de abril de 1646 aparece numa consulta do Conselho Ultramarino um pedido de envio de seis navios para a transferência de quatrocentos holandeses que haviam se rendido. Um número bastante elevado e capaz de aterrorizar a vida dos moradores e governantes do Rio de Janeiro. Outro feito deste governador foi a arrecadação de verbas para construção da Fortaleza da Laje, importante para defesa da cidade.

A preocupação com a defesa da cidade pode ser explicada através dos postos que Duarte Correa de Vasqueannes ocupou até chegar ao cargo de Governador. Eram ofícios em sua grande maioria militares, o que pode ter aprimorado a sua preocupação e estratégias de defesa. Caso tivéssemos que eleger uma palavra para denominar o governo deste indivíduo, esta seria *defesa*.

³ . Cx. 2, D. 232.

⁴ _____. Cx. 3, D. 381-382.

^{5 .} Cx. 3, D. 475.

⁶ Cx. 3, D. 452.

⁷ . Cx. 4, D. 585.

Com esta breve retrospectiva acerca da trajetória de Duarte Correa de Vasqueannes podemos perceber que este era oriundo de uma família importante, sendo o próprio um principal da terra, nascido em Portugal, migra para o Brasil, local no qual se enraíza e alimenta sua trajetória em cargos militares e administrativos em serviço da Coroa. As brigas com seu sobrinho, Salvador Correia de Sá e Benavides, são notórias. Brigavam pelo controle do tronco dos Correia Sá? Essa resposta não temos, mas podemos analisar que Salvador Correia de Sá e Benevides gozou muito mais do que seu tio dos privilégios e benesses da Coroa.

É interessante notar que quando assume a provedoria da Misericórdia pela segunda vez, em 1645-1646, é também Governador da capitania do Rio de Janeiro. O que pode ter trazido ainda mais luz à Irmandade durante este período, e, por outro lado, nos faz pensar mais uma vez na importância do cargo de provedor na construção das teias de sociabilidade no Rio de Janeiro colonial.

O lugar mais alto na Irmandade da Misericórdia foi ocupado nos anos de 1648, até 1651, por Pedro de Sousa Pereira. Nascido no Reino, partiu em 1637 no posto de Capitão Mor numa frota que tinha como destino final a cidade do Rio de Janeiro. A frota deparou em seu percurso com Naus Holandesas, com as quais pelejaram. Chegando ao Rio de Janeiro em 1640, o dito Pedro de Sousa Pereira assumiu o posto de Provedor da Fazenda. Além de enfrentar os holandeses em alto-mar, o dito também enviou mantimentos para Pernambuco e ajudou na preparação das frotas que partiram para Restauração de Angola.⁸

Já instalado na cidade do Rio de Janeiro, aliou-se com o tronco dos Correa de Sá. As alianças com este tronco foram realizadas através do casamento com Ana Correa Sá, que descendia da família dos Correa de Sá. A sua ligação com este tronco fica evidente a partir da proximidade que tinha com Salvador Correa de Sá e Benavides, ilustre membro desta família. Os frutos de seu casamento não foram apenas as alianças políticas, mas também Thomé de Sousa Pereira e Pedro de Sousa Pereira.

A sua trajetória política é marcada pelo cargo de Provedor da Fazenda da cidade do Rio de Janeiro, que assumiu desde sua chegada até sua morte, por volta de 1670. Apesar do cargo de Provedor da Fazenda ser o mais característico, não é este o único ocupado por Pedro de Sousa Pereira. Em 1641, ele recebe a concessão da mercê do cargo Provedor da Fazenda – que já exercia – Alfândega, Almoxarifado do Rio de Janeiro. Ele também ocupou o posto de Administrador das Minas, ficando neste posto de 1652 até 1659; e gozou do lugar de

⁸ ANTT. Registro Geral de Mercês – Ordens Militares. Livro 10, fl. 122v.

⁹ _____. Chancelaria de D. João IV. Livro 3, fl. 337v-347v.

Administrador das Minas do Sul, tendo sido nomeado em 7 de abril de 1655, após o falecimento de Duarte Correa de Vasqueannes.¹⁰

Além dos cargos na administração colonial era também Pedro de Sousa Pereira, segundo Vieira Fazenda, importante senhor de engenho, estando seus engenhos localizados nas terras de Irajá e Campos dos Goytacazes.¹¹

Na documentação presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ainda existiam algumas menções a Pedro de Sousa Pereira como Fidalgo da Casa Real. Título este que era concedido aos indivíduos que gozavam de privilégios, honras e mercês da Coroa. 12

Como podemos perceber através de sua trajetória, Pedro de Sousa Pereira ocupou, ao longo de sua vida, postos administrativos dentro do Estado do Brasil. Esses postos estavam correlacionados, em sua maior parte, com o controle de determinada área de administração, fosse esta Fazenda ou a administração das Minas. Eram, sem sombra de dúvidas, homens de confiança da Coroa no Ultramar.

Cabe ainda lembrar, que com o levante contra Salvador Correia de Sá e Benevides, por parte dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, em 1661, Pedro de Sousa Pereira também sofre perseguição, já que se encontrava envolvido na rede de sociabilidade dos Correa de Sá. Com isto, parte para Lisboa durante um período, mas regressa à cidade do Rio de Janeiro, na qual continua à frente do posto de Provedor da Fazenda e vem a falecer. ¹³

O cargo de provedor na trajetória de Pedro de Sousa Pereira encontra-se no momento anterior a este assumir o lugar de Administrador das Minas, em 1652. Contudo, este já era Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro quando fora eleito pelos demais irmãos ao mais alto cargo da Irmandade da Misericórdia. O que nos faz pensar que era necessário possuir cargos importantes para assumir a provedoria, mas também ao assumir este lugar ajudava na nomeação de outros postos. Como pode ter acontecido com Pedro de Sousa Pereira, que antes era somente Provedor da Fazenda e logo após deixar o cargo de provedor da Misericórdia é nomeado administrador das Minas.

O último indivíduo que iremos tratar nesse trabalho, serviu o cargo de provedor da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Rio de Janeiro, nos anos de 1705-1706, 1715-1721 e 1723-1727. O nosso último, mas não menos importante homem, é Francisco Gomes Ribeiro. Nascido no Reino, filho de Antônio Gomes Ribeiro. Muito pouco se sabe sobre sua

[.] Registro Geral de Mercês – Torre do Tombo. Livro 25, fl. 138v.

¹¹ FAZENDA, José Vieira. Os provedores da Santa Casa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: s. ed., 1960. p. 38.

¹² ANTT. Registro Geral de Mercês – Ordens Militares. Livro 10, fl. 122v.

¹³ PICANÇO, Jefferson de Lima. A pesquisa mineral no século XVII: o mapa da Baia de Paranaguá de Pedro de Souza Pereira (1653). In: *III Simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica*. Ouro Preto. Anais, 2009.

vida pessoal, mas sabemos que fora casado e que teve pelo menos uma filha. Era também sogro de Victorianno Vieira Guimarães, com quem teve inúmeras brigas ao longo do tempo. Além disto, ele é irmão de Manuel Gomes Ribeiro, com quem dividiu alguns negócios e propriedades na capitania do Rio de Janeiro.

A trajetória de cargos pelos quais passou Francisco Gomes Ribeiro é um pouco diferente dos outros provedores acima analisados. Sua carreira em postos administrativos em serviço da Coroa começa no Estado da Índia, local no qual permaneceu pelo tempo de nove anos contínuos. Lá passou pelos cargos de Soldados das Gentes do Mar e Guerra, Alferes Ajudante da Armada do Estreito e Capitão de Infantaria, por patente do General da Armanda do Estreito. 14 Em outra documentação aparece como Juiz no Estado da Índia. ¹⁵ Após os serviços prestados no Estado da Índia – lutou em batalhas pela defesa daquele território – ele recebe, em 1678, uma mercê, por meio da qual se tornou Capitão da capitania de Cabo Frio, pelo tempo de três anos. 16 Desta forma, foi a partir da obtenção da mercê de um posto dentro das teias administrativas do Império, que ocorreu uma viragem na trajetória de Francisco Gomes Freire, do Oriente para o Atlântico Sul. Já no Rio de Janeiro, além de ocupar o cargo de Capitão da capitania de Cabo Frio, o que faz migrar para cidade, ele parece ter servido os oficios de Inquiridor Distribuidor e Contador, cargos aos quais renúncia para servirem como dote de sua filha mais velha, que passa a ser ocupado pelo seu genro Antonio Correa Pimenta. Ademais, aparece retratado na documentação como Capitão-mor, posto que pode ter adquirido através de seus trabalhos prestados à Coroa no Rio de Janeiro.

Além dos cargos administrativos e militares ocupados ao longo de sua trajetória, Francisco Gomes Ribeiro também aparece como senhor de terras em Goassu, localidade que estava inserida no trecho do caminho novo para as Minas. ¹⁷ Ainda ao referir-se sobre terras Francisco Gomes Ribeiro também possuía terras na Fazenda do Pau Grande, a qual fora recebida através da concessão de sesmarias, e que também eram donos Antônio Araújo da Costa e Manuel Gomes Ribeiro. E é em relação aos usos feitos pela fazenda do Pau Grande pela pessoa de Francisco Gomes Ribeiro e por seu irmão, Manuel Gomes Ribeiro, que encontramos a ligação destes com o comércio na capitania do Rio de Janeiro. Como podemos perceber num dos trechos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, que aponta para um uso voltado para o comércio daquelas terras, como foi ressaltado no fragmento abaixo:

¹⁴ ANTT. Registro Geral de Mercês – D. Afonso VI. Livro 22, fl. 160.

^{15 .} Chancelaria de D. Afonso VI. Livro 32, fl. 198v.

¹⁶ AHU. ACL, CU – 017-01, Cx. 7, D. 1329.

¹⁷ _____. Cx. 45, D. 10642.

Vale ressaltar que não era interesse de Francisco Gomes Ribeiro tomar para si estas terras e por isso as repassou a Fernando Pereira de Vasconcellos, de quem era procurador. Francisco Gomes Ribeiro era ligado com o mercado endógeno na cidade do Rio de Janeiro [...]. O cultivo agrícola e a criação de animais nas terras do Caminho Novo eram somente uma forma de prover suas atividades comerciais fora do eixo do Caminho Novo, ou seja, aproveitava a produção em sua propriedade para investir no comércio interno de outras áreas. Na carta de concessão de sesmaria do sertão da roça do Pau Grande, Francisco Gomes Ribeiro e seu irmão Manuel Gomes Ribeiro tinham o interesse de alargar suas terras próximas à propriedade inicial de Pau Grande para criação de gado e cultivo da terra, elevando sua produtividade e consequentemente aumentando suas atividades comerciais no Rio de Janeiro.¹⁸

Como aponta o trecho acima, além de ser proprietário de terras na capitania do Rio de Janeiro e de gozar de inúmeros postos administrativos e militares, Francisco Gomes Ribeiro também se envolveu no comércio da região. A figura de Francisco Gomes Ribeiro, diferentemente dos outros dois provedores trabalhados neste capítulo, demonstra uma circularidade nas malhas do Império português. Nascido no Reino serve no Estado da Índia e depois é enviado para o Estado do Brasil, mais especificamente para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Nos anos que ocupou o cargo de provedor parece ter estado nos cargos de Capitão da capitania de Cabo Frio, de Inquiridor e Contador da cidade do Rio de Janeiro, além de, como vimos, estar envolvido com as teias de comércio na mesma cidade. É, portanto, a representação de uma figura mais plural dentro das famílias que ocupavam a provedoria da Misericórdia, já que em sua grande maioria estavam ligadas aos principais da terra. A presença de Francisco Gomes Ribeiro também representa uma mudança que ocorre ao longo do século XVII, principalmente, após a segunda metade deste século, que foi o crescimento da presença de comerciantes, negociantes e/ou mercadores em postos de destaque dentro da sociedade colonial.

Ao olharmos mais atentamente para a trajetória dos três provedores acima apontados – Duarte Correa Vasqueannes, Pedro de Sousa Pereira e Francisco Gomes Ribeiro – podemos perceber algumas semelhanças e diferenças ao longo de suas trajetórias. Com um olhar mais atendo para a vida política destes, percebermos que todos ocuparam cargos no âmbito administrativo e militar na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Outrossim, eram todos eles reinóis, ou seja, homens nascidos no Reino que migraram para o Ultramar em busca, em sua maior parte, de cargos e mercês que não poderiam gozar em Portugal.

Outro elemento comum a todos era o fato de possuírem terras nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro, o que era mais um elemento na formulação de um *status* social daqueles que

¹⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ano 1-4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1839, p. 39.

compunham as principais famílias da terra. No caso dos dois primeiros provedores, Duarte Correa de Vasqueannes e Pedro de Sousa Pereira, esta ligação com os descendentes dos conquistadores da terra ficou evidente por terem eles ligações com o bando dos Correia de Sá, família que dominou o Rio de Janeiro ao longo do século XVI. Já no caso de Francisco Gomes Ribeiro, esta ligação não é tão clara, porém, ao possuir ele terras nos arrabaldes da cidade, possivelmente, manteve uma relação próxima com aqueles que se autodenominavam nobreza da terra.

Um elemento que diferencia os provedores, além, é claro, do período em que exerceram o cargo de provedor, são os cargos ocupados dentro das teias administrativas do Império português. Além dos ofícios, temos uma diferenciação no que tange à área do Império pela qual transitaram. Como pode ser visto através dos cargos, Duarte Correa Vasqueannes e Pedro de Sousa Pereira mantiveram-se na maior parte de sua trajetória administrativas nos limites do Estado do Brasil, enquanto que Francisco Gomes Ribeiro circulou por diferentes áreas do Império, tendo cargos em áreas extremas do Império, no Estado da Índia e no Brasil.

Essa análise, a partir da trajetória destes três indivíduos, demonstra que o cargo de provedor pode ser ocupado com homens em diferentes momentos de sua trajetória. O que parece ser fundamental para que se assuma o controle da provedoria da Misericórdia é ter passado por algum cargo administrativo ou militar dentro das conexões do Império português. Ser provedor não está, necessariamente, correlacionado com o fato de o indivíduo estar galgando os primeiros passos em sua trajetória administrativa ou já ser um homem que passou por diversas experiências. Acredito que o que mais valia naquele período para se alcançar o posto mais alto dentro da hierarquia da Irmandade da Misericórdia, além das regras existentes no Compromisso, era ter alguma experiência em postos do governo e, fundamentalmente, estar ligado a alguma rede e manter relações dentro das teias de sociabilidade da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

3. Trajetórias administrativas: o mestre de campo e governador interino Manoel de Freitas da Fonseca no Rio de Janeiro, 1704-1738

Victor Hugo Abril*

Resumo: A trajetória do mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca é o objeto deste artigo. Estudaremos um assunto pouco trabalhado pela historiografia do Brasil colonial: a análise da ação governativa e das trajetórias de governadores interinos na primeira metade do século XVIII. Com o corte temporal de 1705-1738 argumentarei a tessitura das ações que levaram o mestre de campo ao governo interino do Rio de Janeiro. De sargento-mor da Vila de Niza, em Portugal, a mestre de campo no Rio de Janeiro. Vitorioso na Guerra Peninsular, em 1704, ao fracasso na ocupação de Montevidéu, em 1723. Estabeleceu redes, casou-se com uma viúva, herdou bens. Com essa trajetória deslindaremos o funcionamento de um governo interino. Tecido o fio do relato, os rastros foram pesquisados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate) onde identificaremos a prática governativa de um interino.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Governo interino; Manoel de Freitas da Fonseca.

Abstract: The trajectory of the field master Manoel de Freitas da Fonseca is the subject of this article. Study a subject little explored by the historiography of colonial Brazil: analysis of governmental action and the trajectories of interim governors in the first half of the eighteenth century. With cutting temporal 1705-1738 argue the fabric of the actions that led the master field to the interim government of Rio de Janeiro. Sergeant Major of the town of Nice, in Portugal, the master field in Rio de Janeiro. Victorious in the Peninsular War, in 1704, to failure in the occupation of Montevideo in 1723. Established networks, he married a widow, inherited assets. With this trajectory study operation of an interim government. Fabric thread of the story, the tracks were surveyed in the Arquivo Nacional of Rio de Janeiro and the Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate) to identify where an interim governing practice.

Keywords: Rio de Janeiro; Interim government; Manoel de Freitas da Fonseca.

Antes de começar essa análise observamos a seguinte carta patente entregue a Antônio Rodrigues Carneiro no ano de 1708:

Dom João por graça de Deus, rei de Portugal e do Algarves daquém e dalém mar, em África, Senhor de Guiné, da conquista, navegação, comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia. Faço saber que esta minha carta patente virem que tenho respeito e merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de Antônio Rodrigues Carneiro e aos serviços que tem feito na Província de Trás os Montes, onde ocupou o posto de ajudante do número de um terço pago, e estar atualmente exercitando o posto de capitão de infantaria em um dos regimentos pagos de El Rey Católico, meu bom irmão e primo, um ano e meio com boa satisfação, espero dele que em tudo o de for encarregado me servirá muito a meu contentamento, por todos estes respeitos. Hei por

^{*} Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF, sob a orientação da professora Dra. Maria Fernanda Bicalho e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Contato: <victorhugo.abril@uol.com.br>.

bem e me faz de nomear, como por esta carta o nomeio, por Capitão de uma das companhias do regimento de infantaria paga que de novo se formou na Província do Minho de que é coronel José de Mello o qual posto servirá enquanto eu houver por bem. E com ele haverá de soldo, por mês, dez mil réis e cinco praças de gratificação para ter a sua companhia completa como declara o novo regimento e gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que direitamente lhe pertencerem e se referem nas ordenancas militares que mandei fazer que quero se guardem inviolavelmente. Pelo que ordeno o governador das Armas da Província em que o dito regimento se acha que mandando-lhe dar a posse deste posto jurando primeiro de satisfazer suas obrigações, o deixe servir e exercitar. E o dito coronel, tenente coronel e sargento deste regimento o tenham e conhecam por capitão desta companhia e os oficiais dela lhe obedeçam e guardem suas ordens tão inteiramente, como devem e são obrigados no tocante a meu serviço. E o soldo acima referido se lhe assentará nos livros a que tocar para lhe ser pago a seus tempos devidos e quando lhe falte algum tempo de serviço para haver de ocupar este posto lho hei por suprido em firmeza do que lhe mandei passar esta carta por mim, assinada e selada com o selo grande de minhas Armas dada na cidade de Lisboa aos doze dias do mês de julho que Manuel do Rego de Morais e fez no ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oito. El Rey [D. João V].1

Qual o interesse de iniciar esta narrativa tracejando a trajetória de Antônio Rodrigues Carneiro em Lisboa? Fora ajudante do número de um terço pago em Trás os Montes, depois capitão de infantaria do rei Dom Carlos, em Castela, e, por fim, conseguindo a mercê de D. João V a capitão de uma das companhias do terço novo do Minho. Isto fora expresso por uma carta patente, ou seja, um diploma concedido pelo rei atestando a concessão de títulos, postos militares e outros privilégios.²

Destacando a organização ou tessitura militar portuguesa, Antônio Rodrigues Carneiro, desde o início de sua trajetória militar fora remunerado pertencendo à tropa regular ou de primeira linha de Portugal.³ Porém, um fato desta carta patente nos chamava atenção: a mercê.

Em estudos recentes, Fernanda Olival analisa a mercê como uma concessão exclusiva dos reis. "A liberalidade, o gesto de dar era considerado, na cultura política do Antigo Regime, como virtude própria dos reis, quer em Portugal, quer no resto da Europa Ocidental".⁴

¹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro (Coleção Castro Almeida), caixa 17, documentos 3723 – 3768.

² BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002, p. 53.

³ "A estruturação da defesa no período colonial compreendia a tropa regular ou de primeira linha, composta de oficiais pagos – em sua maioria regimentos vindos de Portugal – e de tropas auxiliares, ou seja, as milícias e corpo de ordenanças. Organizada em terços, correspondentes às comarcas, segundo o modelo português, abrangia dez companhias de 250 soldados, divididos em dez esquadras de 25 homens. O mais alto posto era ocupado pelo metre de campo general, extinto após a guerra dos holandeses e restaurado na Bahia em 1714 [...] a Coroa portuguesa institui, ainda no século XVI, os corpos de ordenanças de 10 de dezembro de 1570 e pela provisão de 15 de maio de 1574. Eram formados pela população local e encarregados da manutenção da ordem interna das capitanias, não recebendo pagamento pelo desempenho de tal função. No século XVII, foram criadas as milícias, também forças auxiliares não remuneradas, que se prestavam basicamente ao serviço de apoio às tropas de primeira linha na defesa da colônia". SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos*. A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 97-8.

⁴ OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno*. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 15.

Tanto o peso da dádiva quanto do serviço e liberalidade régia em torno da mercê de Rodrigues Carneiro é concedida por um longo processo burocrático, no qual são anexados portarias, atestados, provisões, alvarás, certidões, despachos etc.

Imerso nesses papeis burocráticos que comprovem o merecimento da mercê de Antônio Rodrigues Carneiro, merecem destaques os inúmeros atestados concedidos a favor deste aspirante à capitão de infantaria. Deste fio do relato, chegamos na montagem do personagem que então destacamos, pois durante o período de 1704 até a conquista da mercê de capitão de infantaria do Minho, em 1708, dos vários atestados cedidos, um é nada mais e nada menos que Manoel de Freitas da Fonseca.

Em 1705, Manoel de Freitas da Fonseca, enquanto sargento-maior da vila de Niza no Alentejo certificava que deu ordens a Antônio Rodrigues Carneiro para proteger a praça de Valença de Alcântara que atualmente era governada por Antônio da Silva Caldeira Pimentel. Destacava Freitas da Fonseca que de 13 de agosto a 29 de setembro de 1705 o seu terço da vila de Niza incorporava-se ao exército da praça de Valença e "que todo este tempo acompanhou Antônio Rodrigues Carneiro alferes da minha companhia procedendo em tudo que tocara ao serviço de Sua Majestade" com "pontual satisfação, como honrado soldado que é, o que afirmo pelo juramento dos Santos Evangelhos".⁵

Em outro atestado Manoel de Freitas da Fonseca conta detalhes da estadia em Valença e do avanço das tropas e encontro com inimigos espanhóis em região de fronteira:

Certifico em como estavam na guarnição na Praça de Valença me foi ordem do Marquês das Minas, Governador das Armas da Província do Alentejo, viesse com o meu terço a incorporar-me o exército a Campo Maior, o que fiz em 23 de setembro [1705] e formando-se o exército passamos o Rio Guadiana a outra banda [espanhola] a 2 de outubro correndo alguma cavalaria inimiga que intentou impedir a esta passagem e pusemos sítio a praça de Badajoz [na Espanha] fazendo-lhes um ataque contra o forte de São Gabriel e Guadiana...⁶

Manoel de Freitas relatava a situação de conflito na fronteira ibérica e a constante força e preparação do inimigo. Entretanto, destacava todo o cuidado de Antônio Rodrigues Carneiro, alferes de seu terço, no decorrer deste enfretamento, montando guarda, atacando os inimigos, com "muito valor e zelo". Terminava seu atestado elencando características de seu alferes: "digno e merecedor de toda a mercê que Sua Majestade, que Deus guarde, for servido fazê-la".⁷

⁵ AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro (Coleção Castro Almeida), caixa 17, documentos 3723 – 3768.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

O sargento-mor Manoel de Freitas da Fonseca, reescrevia outro atestado, por volta de 1708, já como tenente-coronel de seu terço da Vila de Niza relatando os feitos de Antônio Rodrigues Carneiro no que tangia a guerra peninsular. Feitos estes comprovados e certificados por demais autoridades, dentre elas Luís Vahia Monteiro.

Alguns destes tiveram trajetórias que se interceptavam. Luís Vahia Monteiro de coronel foi, em 1725, designado ao cargo de governador do Rio de Janeiro. Convém destacar a importância do Estado do Brasil para a Coroa no século XVIII, pois homens que tiveram destaque em Portugal, por sua experiência militar, encaminhavam-se à colônia ou com a intenção de protegê-la ou transmitir a experiência aos demais.

Como também podemos destacar o sargento-mor, depois tenente-coronel Manoel de Freitas da Fonseca e seus feitos à frente do terço da vila de Niza no Alentejo. Devido a estas conquistas, em 1712, ganhava a carta patente de mestre de campo⁸ de um dos terços de infantaria na capitania do Rio de Janeiro. Saía do reino em direção à colônia.

Em 1712, Manoel de Freitas da Fonseca era caracterizado como o mestre de campo general de toda a infantaria, cavalaria e artilharia da capitania do Rio de Janeiro, tinha como regimentos as atribuições listadas acima. Sob sua jurisdição estava o Terço Novo, que era o regimento que contava com um corpo de tropas regulares militares, ou seja, os oficiais de seu terço eram remunerados pela Coroa portuguesa. Estavam em seu comando 410 homens entre: capitães, sargentos, cabos, alferes, tambor, ajudantes do regimento, furriel mor, capelães, cirurgiões, embandeirados etc.

A trajetória de Antônio Rodrigues Carneiro, destacada no início deste artigo, nos fez esquadrinhar nosso personagem central: Manoel de Freitas da Fonseca. Através dessa trajetória fomos construindo o prisma de redes sociais. Como bem diz Guillermina del Valle Pavón e António Ibarra "individuos, grupos de interés y corporaciones, aparecen tejidos a una trama de intercambios, jerarquias y conflictos que complejizan nuestra visión de ese pasado".⁹

⁸ Afinal o que seria um mestre de campo? Segundo o dicionário do século XVIII, de Raphael Bluteau, mestre de campo é aquele que "governa com mero e misto império toda a infantaria, cavalaria e artilharia". Ou seja, ao mestre de campo toca-lhe "o governo ordinário de seu terço, tomando as ordens por maior general ou mestre de campo general e distribuindo-as por menor, por mão dos seus oficiais". Qual a jurisdição de um mestre de campo? Tem "a jurisdição civil e criminal do seu terço, com apelação para o general". Verbete: Mestre de campo. In: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino* (v. 5). Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 457.

⁹ É nestes cruzamentos de caminhos que se retoma, teórica ou empiricamente, a noção de rede social em seus múltiplos graus de expressão: "red personal y cohesión familiar, rede étnica y acción corporativa, de negocios y juego institucional de poder, de intereses y conflicto social". PAVÓN, Guillermina del Valle; IBARRA, Antonio (orgs.). Redes sociales y instituciones: una nueva mirada sobre viejas incógnitas. In: *História mexicana*, El Colegio de México, v. LVI, n. 003, 2007, p. 717-8.

Inserido nessas redes sociais, Manoel de Freitas da Fonseca casou-se na freguesia da Candelária, com uma viúva, em 1719. Com o casamento com Antônia da Fonseca, Freitas herdava posses, fazendas e sítios que pertenciam ao falecido marido, Antônio Ribeiro Nunes. Este casamento estreitava e fincava os pés do reinol Manoel de Freitas em território colonial. Quatro anos depois, o mestre de campo iria aventurar-se por terras ao sul, em Montevidéu, onde reencontrou o seu antigo alferes Antônio Rodrigues Carneiro. O inimigo era o mesmo, não os espanhóis, mas sim os estabelecidos em Buenos Aires.

No século XVIII, no reinado de D. João V, a comunicação política do governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, com a Coroa movimentava-se em torno da ocupação de Montevidéu, como principal eixo para a conquista efetiva de toda a região do Prata. Em setembro de 1723, comunicava ao rei que mandara um navio guarda-costas, terços de infantaria e um engenheiro para a construção de novas fortalezas na região a ser conquistada: Montevidéu.

A falta de homens para compor o terço é uma das queixas de Aires Saldanha, queixa importante para a capitania do Rio de Janeiro, pois segundo o governador os soldados ou são velhos "estropiados" ou muito novos. Além disso, o governador pedia reforços da guarda costa da Bahia. Contudo, o rei já vinha sendo informado pelos governadores da Colônia do Sacramento que os espanhóis de Buenos Aires estavam fortificando Montevidéu.

Em 1722, Antônio Pedro de Vasconcelos comunicava ao rei sobre a visita do sargentomor da Colônia do Sacramento, Manoel Botelho de Lacerda, à cidade de Buenos Aires. ¹¹ Comunicava ao governador que no tempo em que estava na cidade de Buenos Aires chegou por "via de Panamá ordem ao governador de Buenos Aires, despachada da corte de Madrid para que povoasse Montevidéu". Recebida a ordem do rei espanhol o governador de Buenos Aires fez uma junta na qual decidiu-se ocupar a região de Montevidéu. ¹²

Os detalhes com que o sargento-maior informava a Antônio Pedro de Vasconcelos foram possíveis devido a informação do "presidente do assento real de Inglaterra" que estava na junta do governador de Buenos Aires, por ser um homem muito poderoso naquela região, contudo também era "muito amigo da nação portuguesa". Com o conhecimento dos fatos, o governador da Colônia expressava a dúvida de como proceder nessa situação. Lembremos que Antônio

¹⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Freguesia da Candelária, matrimônios (outubro de 1719 – julho 1724). Casamento do mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca com dona Antônia da Fonseca, 21 de outubro de 1719. Folha 06v.

¹¹ AHU – Projeto Resgate – Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Nova Colônia do Sacramento, cx 01, doc. 85.

Pedro Vasconcelos tinha laços de amizade com D. Bruno de Zaballa, governador de Buenos Aires. A princípio tinha como projeto ocupar, imediatamente, Montevidéu, antes de os espanhóis executarem as ordens do rei Felipe V. Todavia, não sabia se este impulso seria ou não do agrado do rei D. João V e se temia que a ocupação causasse "na Europa alguma inquietação". ¹³

Antônio Pedro de Vasconcelos mandou cópias da carta ao governador-geral da Bahia e ao governador do Rio de Janeiro. Sem saber como proceder, antes das instruções reais, o governador da Colônia escreveu uma carta ao presidente do assento da Inglaterra, que havia informado sobre os planos da ocupação de Montevidéu, para que "comprasse", ou seja, subornasse pessoas que faziam parte da junta do governador de Buenos Aires para informar das últimas decisões a respeito de Montevidéu. Antônio Pedro de Vasconcelos estipulava um preço para subornar estas pessoas: "até cinco mil pesos". O valor seria pago "tanto que se consiga sendo estes os meios mais suaves e mais ocultos" que o governador poderia utilizar, "enquanto não chegam as reais ordens de Sua Majestade".¹⁴

As ordens de D. João V, com estas informações compiladas, foram emitidas para que os navios guarda costa da Bahia e do Rio de Janeiro partissem em direção a Montevidéu. Contudo, o navio guarda costa do Rio de Janeiro deveria partir o quanto antes sem esperar o da Bahia. A ordem era objetiva: achando-se ou não espanhóis em Montevidéu, soldados do Rio de Janeiro deveriam ocupar imediatamente o território, e, estabelecida a ocupação se unir ao governador da Colônia, Antônio Pedro de Vasconcelos. O bilhete do rei mostra o cuidado desta empreitada militar:

Um negócio de tanta importância "à minha Coroa", informava D. João V. 15 Esse segredo fez Aires Saldanha intitular a ocupação de "Projeto Montevidéu". Ou seja, a ocupação de terras espanholas a partir de Montevidéu, em sigilo. Projeto costurado por Antônio Pedro de Vasconcelos com suborno das pessoas da junta do governador de Buenos Aires para informar os detalhes da ocupação de Montevidéu. Preocupado com a questão da guarnição militar, Aires Saldanha nomeava o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca para juntar-se às forças provenientes do Rio de Janeiro que rumavam à região do Prata. De acordo com o governador do Rio de Janeiro, para a fortificação e povoamento de Montevidéu "se faz preciso nomear um

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXXII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1869, p. 23-5.

cabo de toda a autoridade, inteligência e satisfação, reconhecendo estas circunstâncias na pessoa do Senhor Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca". ¹⁶

Lembremos que sua trajetória fora marcada pelos sucessos na Guerra de Sucessão de Espanha, na qual combateu-os na fronteira com Portugal, enquanto era sargento-mor do terço da Vila de Niza, em Trás os Montes. Tais feitos pendiam a aceitação de Aires Saldanha a escolha de Manoel de Freitas a frente deste "projeto" ou segredo da ocupação de Montevidéu.

Este mestre de campo embarcava com cento e cinquenta soldados e demais oficiais. ¹⁷ As instruções passadas por Aires Saldanha ao mestre de campo eram:

a) logo que chegasse ao porto de Montevidéu faria o exame cuidadoso da região para verificar se ali se encontravam espanhóis; b) o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca mandaria um oficial, dos mais capazes, à terra com o pretexto de fazer um aviso à Colônia do Sacramento, entretanto, o pretexto seria a averiguação da fortificação de Montevidéu, o número de pessoas e sítios para assim mapear táticas de ataque à região; c) necessitando de ajuda deveria informar ao governador da Colônia do Sacramento para mandar reforços por terra ou por mar, caso não fosse amigável a entrega de Montevidéu pelos espanhóis; d) na hipótese de encontrar a região de Montevidéu vazia, desembarcaria e logo trataria de fortificar a região e fazer aviso ao governador da Colônia do Sacramento e ao governador do Rio de Janeiro para qualquer coisa que pudesse ajudar; e) encontrando na região os espanhóis fortificados, se fosse impossível desalojá-los, deveria usar da dissimulação, "fazendo-se de amigo" e depois retornará a embarcação para planejar o ataque efetivo; f) o mestre de campo estava advertido de que qualquer embarcação que fosse para conserva (contraguarda ou proteção) do guarda-costas na Colônia do Sacramento, este não deixaria sair do porto de Montevidéu. Em suma, qualquer embarcação que fosse da Colônia passando por Montevidéu ficaria retida e só sairia pelo despacho do próprio mestre de campo; g) por fim, tudo que faltasse às ditas instruções ficaria sobre o "prudente arbítrio" do mestre de campo Manoel de Freitas executá-lo, "como melhor lhe parecer, e conforme a importância deste negócio, pelo muito que eu [Aires Saldanha de Albuquerque] o fio de sua pessoa".18

A 07 de dezembro de 1723 Aires Saldanha redigia uma carta ao rei Dom João V sobre a posse de Montevidéu, relatando que, segundo as notícias que tinha sobre a Colônia do Sacramento, a paz entre portugueses e os espanhóis era fato consumado, devido, em grande parte, às relações amistosas entre Antônio Pedro de Vasconcelos, governador da Colônia, e D. Bruno Zaballa, governador de Buenos Aires. Tal armistício o fez supor "que o destacamento que foi desta praça [Rio de Janeiro] com a [fragata] Guarda-costas estará já sem embaraço algum de posse do sítio de Montevidéu, de que espero brevemente boas notícias". 19

¹⁶ Idem, p. 25-8.

¹⁷ Dentre estes oficiais a título de curiosidade, temos: Pedro Gomes Chaves, Luiz Peixoto da Silva, D. Manuel Henrique de Noronha, entre outros.

¹⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Op. cit., 1869, p.25-8.

¹⁹ AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa 13, doc. 1505.

Entretanto, as notícias não seriam aquelas que o governador do Rio de Janeiro queria comunicar ao rei. Estando sob o comando do mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca, as tropas portuguesas foram derrotadas pelos espanhóis de Buenos Aires. O próprio Aires Saldanha que escrevera ao rei dando notícias de um possível sucesso da ocupação de Montevidéu escrevia, um ano mais tarde, sobre o insucesso.

O governador informava que os destacamentos militares chegaram ao território em primeiro de novembro de 1723 e "principiaram a pôr em execução a ordem que levavam", para ocupação de Montevidéu. Entretanto, advertido o "governador de Buenos Aires, Dom Bruno de Zaballa, mandou logo um destacamento de cavalaria que embaraçou o projeto de tal forma, que o mestre de campo resolveu se retirar outra vez para o Rio de Janeiro, suposta a impossibilidade de continuar o desígnio com que foram [...]". É óbvio que nessa rede de informações, cartas, bilhetes, o governador de Buenos Aires também tinha seus informantes e usava os "meios mais suaves e ocultos" para ter informações dos projetos portugueses.

Enquanto nas instruções de Aires Saldanha a Manoel de Freitas destacava-se que o mestre de campo tinha livre arbítrio para decidir, este optava pelo recuo das tropas. Quando a carta do governador do Rio de Janeiro era enviada nas frotas para o reino, informando as possíveis boas novas da ocupação, deveriam estar chegando ao porto da cidade fluminense os 150 homens e demais oficiais do terço sob comando de Manoel de Freitas da Fonseca, derrotados pelos espanhóis de Buenos Aires em Montevidéu.

Neste emaranhado de acontecimentos, conflitos, empréstimos, petições e pareceres seria melhor para o governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha, comunicar ao rei boas notícias do projeto de Montevidéu, do que relatar o fracasso de tal empreitada. Insucesso que deixou inúmeras consequências aos cofres da Fazenda Real.

Entre as consequências da ocupação efêmera de Montevidéu destaca-se a prisão de todos os capitães e oficiais, desde o sargento-mor até o mestre de campo. A prisão fora efetuada pelo próprio Aires Saldanha de Albuquerque que não tinha ordenado o recuo e a fuga das tropas depois de enfrentarem o destacamento militar e os índios, ambos sob controle do governador de Buenos Aires, Dom Bruno de Zaballa. O governador criticava a justificativa para o recuo das tropas pelo artificio do governador de Buenos Aires alegar que as terras de Montevidéu pertenciam ao Rei Católico de Castela. Com isso, foram presos numa fortaleza no Rio de Janeiro: Luiz Peixoto da Silva, Dom Manuel Henriques de Noronha, José Rodrigues de Oliveira e Manoel de Freitas da Fonseca.

40

²⁰ _____. Coleção Castro e Almeida, rolo 074, cx. 078, doc. 18083.

Depois deste acontecimento e o insucesso da conquista de Montevidéu o rei Dom João V ordenou o regresso de Aires Saldanha ao reino, substituindo-o por Luís Vahia Monteiro, em 1725. Por carta do secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, e por decisão régia, os presos (o mestre de campo e demais oficiais) foram absolvidos e soltos, com a seguinte ordem: "continuarem no exercício de seus postos, sem que lhe formasse culpa do abandono".²¹

Claro que pesou no perdão a Manoel de Freitas da Fonseca sua vasta experiência em Portugal e as vitórias conquistadas contra o inimigo espanhol, em 1704, tudo atestado e comprovado por Luís Vahia Monteiro, na época coronel que esteve presente nesta vitória portuguesa na fronteira ibérica no rio Guadiana. O apelo do novo governador contribuiu ao perdão régio.

Alguns pontos merecem destaque. Manoel de Freitas Fonseca, que após o insucesso da campanha militar em Montevidéu, da prisão e perdão régio, ele ampliou seu regimento, o Terço Novo, de 150 para 410 homens, recebendo por isso o soldo integral de mestre de campo. Sob seu comando tinham membros e filhos das primeiras famílias ou os principais da capitania do Rio de Janeiro: capitães entre os Sá; sargentos entre os Telles de Menezes etc.

Entretanto, a maior reivindicação do mestre de campo e demais oficiais que foram encarcerados por Aires Saldanha de Albuquerque era a restituição do pagamento do soldo atrasado no tempo em que estiveram presos. O mestre de campo, que comandou a expedição a Montevidéu, Manoel de Freitas da Fonseca, falecera em 1738, sem receber a restituição dos soldos no tempo que estivera confinado na fortaleza, contudo Aires Saldanha, em 1755, reconhecia o erro sobre o dito "Projeto Montevidéu" isentando de culpas a Manoel de Freitas.

Durante o governo de Aires Saldanha talvez o insucesso do "Projeto Montevidéu" tenha sido o seu maior desprestígio à frente da governança do Rio de Janeiro. Para Manoel de Freitas da Fonseca fora uma derrota militar, diante de várias conquistas, talvez a maior delas ocupar interinamente o governo do Rio de Janeiro, por problemas de saúde de Luís Vahia Monteiro.

Temos consciência das lacunas e nenhum momento traçamos uma história definitiva do governo colonial do Rio de Janeiro ou da administração, reinol ou interina, na sociedade colonial. Segundo Fernando Novais, em "História, não pode haver nunca a obra definitiva; tudo que podemos aspirar são aproximações". Em suma, a história não se faz com certezas e afirmações categóricas. Para Novais "os juízes da História são sempre os leitores", cabendo a eles "verificarem qual a melhor solução, qual a que mais satisfaz seus critérios de verdade e de compreensão".²²

²¹ Idem.

²² MOM

²² NOVAIS, Fernando. *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 13.

4. Solo escravo, solo escravo: a devolução de escravos na América meridional

Hevelly Ferreira Acruche*

Resumo: O presente texto tem por objetivo mostrar algumas questões e resultados obtidos ao longo da elaboração da dissertação de mestrado, defendida em 2013. Nosso intento foi pensar o papel das pessoas num ambiente fronteiriço, tendo como espaço a fronteira sul das Américas portuguesa e espanhola, na segunda metade do século XVIII. A ideia, assim, permeia o papel dos tratados de limites firmados entre lusos e hispânicos e uma concepção de soberania pautada na ocupação territorial, onde as pessoas passavam a ter papel crucial no processo de definição do território colonial. Desta forma, a devolução dos escravos aparece enquanto tema constante nas discussões diplomáticas, sobretudo, após o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, onde pudemos analisar os conflitos ocorridos em dois solos onde se utilizavam da mão de obra escrava, para compreender as nuances do ser escravo e ser livre no Brasil e na América colonial. **Palavras-chave**: Américas portuguesa e espanhola; Tratado de Santo Ildefonso; Século XVIII.

Abstract: This paper aims to show some issues and results achieved during the preparation of the dissertation, defended in 2013. Our intent the role of people in a border environment was thinking, with the area south border of the Portuguese and Spanish America in the second half of the eighteenth century. The idea thus permeates the role of border treaties signed between Hispanic and Luso and a conception of sovereignty guided territorial occupation, where people went to have a crucial role in the definition of colonial planning process. Thus, the return of slaves appears as a constant theme in diplomatic discussions, especially after the Treaty of San Ildefonso, 1777, where we can analyze the conflicts that occurred in two soils where the used slave labor to understand the nuances of being a slave and be free in Brazil and in colonial America.

Keywords: Portuguese and Spanish America; Treaty of San Ildefonso; Eighteenth century.

O presente trabalho objetiva mostrar alguns dos resultados obtidos no Mestrado, além de algumas reflexões que vem permeando a pesquisa atualmente. A região do Rio Grande de São Pedro e da bacia do rio da Prata foi, desde o fim da União Ibérica, em 1640, alvo de constantes conflitos entre os súditos das coroas lusa e hispânica. A posse dessas regiões, que permitiam o acesso às minas de prata de Potosí, foi crucial ao andamento das relações entre portugueses e espanhóis no Novo Mundo.¹ Apenas nomear determinados locais do território não configuraria, com o passar dos anos, a soberania luso-hispânica nas Américas. Outros

^{*} Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF, sob a orientação da professora Dra. María Verónica Secreto e apoio do da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Contato: <hfactuche@yahoo.com.br>.

¹ CANABRAVA, Alice. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1984.

instrumentos eram necessários à consolidação do domínio territorial. Colonizar essas áreas passou a ser, gradualmente, essencial para definir a soberania dos reinos ibéricos no continente americano.

Em regiões onde a fronteira ainda estava por se constituir, havia personagens diversos. Indígenas, portugueses, espanhóis, negros; todos esses grupos passariam a conviver numa zona de constantes conflitos e ameaças, tanto de represálias entre os súditos reinóis, quanto as ameaças de escravização daqueles que passassem de um lado a outro da fronteira. Desta forma, procuramos desvendar o papel social da fronteira, fundamental à compreensão de nosso personagem de estudo, que são os escravos que se movimentaram e fugiram nas fronteiras entre os Impérios português e espanhol. A fuga escrava é considerada tanto um elemento presente e legitimado pelo chamado direito natural, quanto uma forma radical de rompimento das relações entre senhores e escravos, inerente à condição de escravizado.

Entretanto, a pesquisa é feita com escolhas. Decidimos incorrer sobre meados do século XVIII, para compreender, simultaneamente, três processos que compõem nosso universo de estudo. O primeiro processo seria o do esforço dos impérios luso e hispânico em definir suas fronteiras político e jurídicas, a partir da assinatura do Tratado de Madri, de 1750. Tal esforço foi fruto de dois princípios que nortearam as negociações, o das fronteiras naturais como marcos de separação-limite e o princípio do *uti possidetis*, que significa a terra é de quem a ocupa. Desta forma, locais ocupados por súditos portugueses e espanhóis que exerciam atividades produtivas passaram a ser espaços de soberania de seu respectivo reino; assim como seus súditos passariam a fazer parte daquele território, bem como sua condição jurídica.

Ainda de acordo com o Tratado de Madri, vemos que as regiões dos Sete Povos das Missões seriam trocados pela Praça da Colônia do Sacramento, considerados territórios equivalentes para as compensações futuras.² De acordo com o texto de Madri, Sacramento passava a pertencer aos espanhóis enquanto os portugueses deveriam migrar para a região dos Sete Povos; o que desestruturou o relacionamento entre as autoridades espanholas e as lideranças indígenas locais. Esse desentendimento foi aos poucos sendo interpretado como uma traição do rei aos indígenas, súditos a quem deviam proteger, o que deflagrou as guerras contra portugueses e espanhóis que ousassem avançar pelo território missioneiro, entre 1754 e 1756, por meio das chamadas Guerras Guaraníticas.³ Os impactos das Guerras Guaraníticas, somados

² FILHO, Synesio Sampaio Goes. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

³ GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio*. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

aos insucessos da demarcação na região da Amazônia e as oposições ao diplomata português Alexandre de Gusmão pela perda da Praça da Colônia aos espanhóis, encabeçadas pelo futuro Marques do Pombal, levaram, em consonância, à coroação de Carlos III na Espanha e à revogação do Tratado de Madri, com a assinatura do Tratado de El Pardo, de 1761.

O estado das fronteiras sul americanas voltava ao normal, ao que era antes do acordo de Madri. Entretanto, eram constantes as dificuldades enfrentadas pelos súditos, que buscavam obter soluções de ambas as Coroas. A convivência numa região indefinida trazia em si problemas que esbarravam não apenas no cotidiano dessas pessoas, mas também nos quesitos de soberania e ordem interna; no qual elementos de ordem externa poderiam vir a desestruturar o frágil equilíbrio existente. O contexto da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) é, nesse panorama, importante. Portugal e Espanha, em lados opostos do conflito deflagrado entre Inglaterra e França, tiveram que lidar com conflitos no próprio continente americano. Especificamente na América do Sul, Pedro Cevallos, importante militar espanhol, saiu de Buenos Aires com suas tropas e, objetivando a retomada efetiva da Praça da Colônia para o rei de Espanha, invadiu a mesma além de outras áreas do reino português, como o Rio Grande de São Pedro, em 1762. No ano seguinte, contudo, os espanhóis foram obrigados a devolver a colônia do Sacramento aos lusitanos.

As consequências da Guerra dos Sete Anos foram desastrosas para a Espanha. Suas finanças estavam quebradas e era necessário realizar um esforço para salvar-se: reforçar os laços com suas colônias na América, que estavam desestruturados. Nesse contexto podemos perceber a confluência de diversas reformas no continente americano, que serviriam de inspiração para o primeiro ministro português, futuro Marquês de Pombal. Essas reformas, conhecidas como Reformas Bourbônicas, objetivavam tratar de questões econômicas e políticas, visando melhor administrar os espaços do Novo Mundo, dividindo-os em unidades político-administrativas menores. A região do rio da Prata passou a ganhar cada vez mais importância nesse momento e o porto de Buenos Aires desfrutaria uma posição vantajosa em relação à Lima, principalmente por conta da liberdade de comércio, preconizada pelas autoridades hispânicas e regulamentada pelo *Reglamiento de Comercio Libre*.⁴

No que diz respeito às fronteiras com a América portuguesa, em 1777 foi assinado um novo tratado que buscava definir os contornos e limites territoriais entre as Américas lusa e hispânica. O Tratado de Santo Ildefonso previa a manutenção de Sacramento nas mãos do rei espanhol, ao mesmo tempo em que obrigava o mesmo a devolver aos lusos as regiões da Ilha

⁴ ASSADOURIAN, Carlos; BEATO, Guillermo; CHIARAMONTE, José. *Historia Argentina*. De la conquista a la independencia. 2.ed. Buenos Aires: Paidós, 2010.

de Santa Catarina, Rio Grande e o Chuí, territórios que foram tomados por Pedro Cevallos ao longo daqueles anos conturbados. A região das Missões, contudo, só foi incorporada ao território português com o Tratado de Badajós, de 1801.⁵

Mas, a fronteira não se faz apenas de uma linha divisória ou mesmo demarcações. Ela pode ser interpretada enquanto uma zona fluida, de múltiplos contatos, trânsitos e diálogos. Ou seja, é um espaço poroso, composto tanto de marcos naturais quanto de pessoas que ali viviam e desfrutavam a incerteza daqueles anos. Em se tratando de pessoas, o foco desta pesquisa foram os escravos que, considerados como propriedades de outrem, rumavam para terras espanholas e vice-versa, motivados por uma ideia de liberdade além das fronteiras. Nesse ínterim, a definição dos espaços se fazia necessária também para definir quem eram seus súditos e seus escravos num contexto onde o sistema escravista vigorava tanto nas possessões portuguesas quanto nas espanholas.

Já pontuamos que a fronteira é formada por pessoas. Suas flutuações ao longo da segunda metade do Setecentos, previstas em tratados que se pretendiam internacionais, incidiram diretamente nos modos de vida e sociabilidade daquelas pessoas. Além disso, o contexto de guerras garantia a instabilidade vivida naqueles anos, sobretudo os conflitos travados com Pedro Cevallos, pela posse da Colônia do Sacramento, importante porta de entrada para o estuário platino, onde tanto o comércio legal quanto o ilegal eram realizados pelos navios que ali transitavam.

Nesse sentido, a questão que permeia boa parte do trabalho é: qual o papel exercido pelas pessoas numa fronteira? Apenas ocupá-la? Ou elas também tinham estratégias próprias de sobrevivência naquele espaço? Em outras palavras, procuramos também compreender as ações das coroas de Portugal e Espanha para fazerem valer seus interesses em relação aos seus súditos nas colônias, principalmente no que tange a mão de obra escrava. Para isso, observamos que as fugas pela fronteira eram comuns no período de estudo e procuramos pensar de que forma as autoridades ibéricas respondiam aos acontecimentos.

Vamos à legislação vigente. No artigo XIX do Tratado de Madri, era previsto que, "[...] além desta proibição, nenhuma pessoa poderá passar do território de uma nação para o da

⁵ GARCIA. Op. cit., 2009.

⁶ Trabalhos importantes foram realizados tratando da temática das fronteiras, tais como os de Frederick Jackson Turner e o de Eugene Bolton. Para o Brasil, Sergio Buarque de Holanda inaugurou a temática das fronteiras em sua obra *Raízes do Brasil* (1936). Todos esses trabalhos pontuam a relação da fronteira com o papel do Estado, mostrando, inclusive, o papel exercido – de forma mais ou menos corrente – de instituições do Velho Mundo para o processo de expansão territorial e, consequentemente, o alargamento da fronteira.

outra por terra, nem por água, nem navegar em todo ou parte dos rios, que não forem privativos de sua nação, ou comuns [...]".⁷

No ano seguinte, de 1751, o rei de Portugal emitiu um Alvará proibindo que "dos portos de mar e de terra" saíssem africanos para as terras espanholas.⁸ Ou seja: o monarca proibia o comércio de escravos para regiões como Buenos Aires e Montevidéu, movimento este que, seguindo seu raciocínio, levaria à completa desgraça e falta de mão de obra para a América portuguesa. Além disso, esse Alvará nos indica as possibilidades de comércio realizadas entre lusos e hispânicos ao longo desse período histórico, seja ele legal ou ilegal. Havia tanto a passagem de africanos através do Oceano, que seria o tráfico negreiro tal como conhecemos, quanto a passagem fluvial, onde o rio da Prata funcionava como meio de circulação destas pessoas que, da América portuguesa, rumavam para as cidades da América espanhola. Além disso, a terceira possibilidade era a do comércio por terra, onde os escravos encontrados eram levados caminhando ou em carroças para seus locais de destino.

Desta forma, nos parece que o ir e vir de pessoas de qualquer condição jurídica era alvo de preocupações da Coroa portuguesa. Nesse contexto, é visível uma disputa pelos súditos por parte das monarquias ibéricas na medida em que a ocupação dos espaços fronteiriços permitiria a posse daqueles locais para um dos lados da balança. Desta forma, pessoas livres e escravizadas faziam parte desse complexo jogo onde o tratar bem as gentes poderia significar uma mudança de status social ou mesmo a possibilidade de melhorar de vida. Esse ponto é visto, sobretudo, quando observamos o contexto das Guerras Guaraníticas, onde, de acordo com o padre jesuíta Tadeo de Henis, o Rio Grande se transformava em um espaço de escravização ou de liberdade dos sujeitos que por ali passassem, independentemente da cor da pele.⁹

Já pelo acordo de 1777, o texto sobre as pessoas que porventura passassem de um lado a outro da fronteira se modifica. Nesse caso, ficava explicito a necessidade de "devolução mútua e recíproca" dos escravos fugitivos, assim como a de contrabandistas capturados em ambas as fronteiras. ¹⁰ Ao fazermos uma comparação, é visível que, em 1750, o termo "pessoa" qualificava a possibilidade de devolução de quaisquer pessoas envolvidas numa passagem

⁷ Tratado de Madrid (1750). Artigo XIX [grifos meus].

⁸ Alvará de 14 de outubro de 1751, expedido por Sua Majestade Fidelíssima. Acesso em: 10 mar. 2011. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id parte=105&id obra=73&pagina=181>.

⁹ HENIS, Tadeo de. *Diário histórico de la rebelion y guerra de los pueblos guaranies, situados en la costa oriental del rio Uruguay, del año de 1754*. Disponível na Biblioteca Nacional da França. Agradeço à professora Verónica Secreto pelo envio deste documento na íntegra.

¹⁰ Tratado de Santo Ildefonso (1777). "Assim mesmo, consistindo as riquezas daquele País [Brasil] nos escravos, que trabalham na sua agricultura, convirão os próprios governadores no modo de entregá-los mutuamente no caso de fuga, sem que por passar à diverso domínio consigam a liberdade, e só fim a proteção, para que não padeçam castigo violento, se o não tiverem merecido por outro crime".

fortuita e sem prévio conhecimento das fronteiras, além das fugitivas. Já em 1777, ficam determinados os sujeitos a serem devolvidos: escravos e contrabandistas. Nesse sentido, o contexto das guerras pela Colônia do Sacramento é a pedra de toque ao entendimento desta questão.

De acordo com a "Memória da derrota da Colônia", escrita pelo Dr. Pedro Fernandes de Mesquita, as ações de Cevallos no Rio da Prata configuravam não somente em perdas territoriais preciosas aos lusitanos, mas também em atitudes desonrosas, tais como: "[...] Cevallos usou o conosco de outro despique mais honroso, porém o mais infame e injurioso para ele, e foi: Desde antes da guerra de 1762 até o presente, por hostilizar os portugueses, entrou a dar liberdade a todos os escravos que fugiam da Colônia [...]".¹¹

Ou seja: segundo o próprio relato, desde pelo menos o ano de 1762 a região de Colônia tornou-se alvo das retaliações de Cevallos com relação às escravarias portuguesas. Nesse espaço, aqueles que ficassem seriam escravos, ao passo que aqueles que saíssem estariam livres. Tal dado, expresso pela memória, foi também encontrado na documentação relativa às devoluções de bens e de pessoas que viviam na Colônia. Foi possível obter duas listas de escravos fugidos que deveriam ser devolvidos em dois momentos da Praça da Colônia: uma de 1763, quando Sua Majestade Fidelíssima volta a dominar aquelas regiões e outra produzida dentre os meses de dezembro de 1775 a março de 1777. Nesse período, a lista de 1763 apresenta-se com maior número de escravos fugitivos do que a de 1777, talvez, por conta das promessas de liberdade garantidas por Cevallos fora daquele território.

Entretanto, as ações de Cevallos na Praça de Colônia levou às insatisfações, tanto no lado português quanto no lado espanhol. Muitos senhores súditos de Espanha reclamaram de suas atitudes em relação aos escravos, pois isso também era prejudicial às suas propriedades nas regiões fora da Colônia. Desta forma, Cevallos teria anulado suas decisões quanto a dar liberdade aos fugitivos e permitiu aos senhores portugueses incorrer em buscas aos cativos. Mas, ao ser noticiado de que alguns haviam sido capturados, Cevallos "desafogou em sua paixão" e determinou que estes fossem postos em liberdade, rasgando quaisquer registros autorizando a escravização daquelas pessoas.

Tais ações não foram feitas apenas na Praça da Colônia. Quando da invasão de Cevallos à Ilha de Santa Catarina, temos discriminados os nomes de 40 cativos da Fábrica de Azeites da Ilha, que teriam fugido junto aos espanhóis para diversos espaços da América hispânica, tais como: Buenos Aires, Montevidéu e os Portos Patagônicos – regiões de colonização recente, em

¹¹ MESQUITA, Pedro Pereira Fernandes de. Da relação da conquistada Colônia [Buenos Aires, 1778]. In: *Revista do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil*. Tomo XXXI. Rio de Janeiro, 1868.

fins do setecentos. Esses cativos teriam arranjado diversos empregos nessas cidades e obtido novas formas de ganhar a vida, o que era prejudicial aos interesses dos portugueses. Ademais, quatro desses quarenta teriam rumado para a Europa junto com a Armada espanhola, o que evidencia a relação existente entre o serviço militar e a possibilidade de obtenção da liberdade.¹²

Após 1777, as perspectivas de devolução dos escravos estavam lançadas. Entretanto, o como fazê-lo ainda era uma incógnita. Cabia aos comissários de fronteira definir os termos da devolução e obter assim o princípio de mútuo e recíproco entendimento. Mas, com o passar dos anos, é possível observar a partir dos registros coletados a dificuldade dos comissários luso e hispânico num entendimento quanto à devolução dos cativos. No caso da Ilha de Santa Catarina, o caso torna-se mais emblemático, na medida em que, embora a maioria dos cativos houvesse sido devolvida às terras portuguesas, nove deles haviam falecido nas paragens espanholas; e a Coroa portuguesa exigia uma indenização pelos mortos. Tal indenização deveria ser o valor do cativo nos mercados lusitanos, entretanto, o Comissário espanhol recusava-se, veementemente, a fazer tal acordo, argumentando sobre a "inevitabilidade das vidas". Em carta de 10 de maio de 1782, o representante espanhol Marcos Joseph Larrazabal sustentou, em resposta aos pedidos de Molina pela devolução dos mesmos fugitivos, o seguinte argumento:

[...] mesmo que seja verdade, que os tratados em que V.S. apoia sua solicitação, determinam a restituição recíproca de presas, que se houvessem feito em mar, ou terra desde o ano de 1763 dando a esta declaração régia sua própria e genuína inteligência [...] não sendo como não são prisioneiros, nem presas marítimas, e terrestres os escravos de que se trata, mas uns servos miseráveis que de vontade própria quiseram se transferir aos domínios do Rei meu amo, para tomar o asilo de sua bandeira [...]. 13

Ou seja: os cativos que eram vistos pelos portugueses enquanto fugitivos eram tratados pelos hispânicos como "servos miseráveis" e que rumaram para as terras espanholas por vontade própria, não sendo considerados criminosos e nem presas para serem devolvidas. O princípio de asilo era considerado parte importante da legislatura espanhola desde a promulgação das Siete Partidas, no século XIII, que fora transplantado para o continente americano e o escravo era considerado enquanto um sujeito de personalidade jurídica. Tal argumento dotava o escravismo das colônias espanholas de um caráter mais brando frente às

¹² Correspondência original do Vice Rei com o Comissário em Buenos Ayres Vicente José Velasco Molina, para a execução dos tratados de paz e limites com a Espanha. Microfilme 004.0-78. Volume 2. Fls 127 – 128. Cópia da carta de Marcos Joseph de Larrazabal a Vicente José Velasco Molina, datada de 10 de maio de 1782. Códice 92. Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.
¹³ Idem.

¹⁴ SECRETO, María Verónica. Soltando-se das mãos: liberdades dos escravos na América espanhola. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (orgs.). *Histórias das Américas*: novas perspectivas. Rio de Janeiro, FGV, 2011, p. 135-159.

outras monarquias europeias e tornava os espaços atlânticos sob dominação espanhola atrativos à ocorrência de fugas e, consequentemente, a ter que formalizar acordos que visassem a devolução de escravos com outras potências além de Portugal.

Da mesma maneira, Larrazabal sublinhou o asilo o rei espanhol era um direito que, assim como não era direito dos portugueses reclamarem os ditos escravos baseados no Tratado de 1777. Da mesma forma, também não era válido aos espanhóis a reciprocidade nas devoluções daqueles cativos que porventura fugissem de suas terras rumo aos domínios lusitanos.

[...] quem quer que tenha de decidir, que assim como declaração real não os compreende, tampouco nos dá direito para instituir a restituição dos que se passaram da Banda Meridional do Rio Grande (então de dominação espanhola) a parte Setentrional, que pertencia a S.M.F de onde a própria sorte era bem vinda, e auxiliavam pelos governadores portugueses daquela fronteira [...].¹⁵

Desta forma, temos explícito um conflito pela devolução ou não dos cativos arrolados diante do peso dado às legislações internacionais frente ao direito estabelecido pelos Estados Modernos. Embora o Tratado de 1777 permitisse a devolução dos escravos que porventura passassem para os territórios espanhol e português, isso ia de encontro aos princípios básicos do direito hispânico, como o de asilo, incidindo diretamente na legislação desta monarquia. Para fins de exemplo, o texto da Real Cédula, de 1773, elucida o entendimento da questão. Tal cédula previa a liberdade de escravos provenientes de terras estrangeiras ao chegarem a territórios espanhóis, ¹⁶ e tal argumento foi utilizado por Larrazabal em suas discussões com o Molina, e foram refutados diante da validade do direito internacional – previsto em lei – diante de leis locais.

Sabe-se que a coroa de Espanha tem colônias por todo o continente americano, de modo a ter conflitado sobre a devolução de escravos com muitas delas. Em se tratando de acordos de devolução de negros, no mesmo ano de 1777 a Espanha assinou com a França o Tratado de Aranjuez, onde, para além das devoluções, ficavam explícitos os meios sobre os quais proceder para efetuá-las na região de Saint Domingue e São Domingos, atuais Haiti e República Dominicana.

¹⁵ Correspondência original do Vice Rei com o Comissário em Buenos Ayres Vicente José Velasco Molina, para a execução dos tratados de paz e limites com a Espanha. Microfilme 004.0-78. Volume 2. Fls 127 – 128. Cópia da carta de Marcos Joseph de Larrazabal a Vicente José Velasco Molina, datada de 10 de maio de 1782. Códice 92. Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

¹⁶ SALMORAL, Manuel Lucena. Los códigos negros de la América española. 2.ed. Madri: UNESCO, 2000.

Desta forma, pensamos que o princípio da devolução de escravos fugitivos permeou todo o universo atlântico, bem como os princípios de liberdade e escravização atrelados ao território. Saber onde se está pode ser definidor do que se é, a qual mundo pertence. Nesse sentido, tanto em tempos de paz, quanto em tempos de guerra havia a possibilidade de escravos fugirem das agruras do cativeiro, em busca de melhores condições de vida, seja em meio ao sistema escravista, seja gozando a plena liberdade.

De todo modo, pensamos que o princípio da devolução de pessoas na América Meridional permeou todo o imaginário das autoridades das colônias ibéricas ao serviço de suas respectivas metrópoles. Ainda que o sistema escravista estivesse em vigor na América hispânica até o início dos processos de independência, em 1810, podemos perceber que o ideário da liberdade no além fronteira era corrente no universo social daquelas pessoas, e que seu ir e vir aleatório poderia significar tanto a liberdade quanto a escravização. Seria a legislação hispânica responsável por tais efeitos? Ou apenas o contexto das guerras e represálias no rio da Prata? Em outras palavras, até que ponto o papel das leis teve efetivo impacto social e trouxe contestações de parte das monarquias ibéricas, que naquele momento se utilizavam de escravos em suas colônias. Mas esse é ponto para uma outra história.

PARTE II

PRÁTICAS POLÍTICAS, SUJEITOS E QUESTÃO FUNDIÁRIA

5. Sousândrade em 3D: indianismo romântico, política indigenista e sujeitos indígenas

Ramon Castellano Ferreira*

Resumo: Neste artigo, apontamos como que, diferentemente das interpretações correntes sobre a obra do poeta maranhense, que professaram as tão almejadas antecipações, autonomia e visualização da realidade, a obra poética de Sousândrade estava pautada numa perspectiva muito própria aos intelectuais de meados para fins do século XIX, que acabavam por defender a invisibilidade dos indígenas que, pensavam eles, só poderiam ser vistos como fadados à desintegração étnica e social ou à integração no seio do Estado-Nação.

Palavras-chave: Sousândrade; Índios; Romantismo; Nação.

Abstract: In this article, demonstrate thus, differently from the currents interpretations of his work which profess the creaty anticipaded, autonomy and visualization of reality, his oeuvre is characterized by a typical perspective from the intelectuais of middle to late nineteenth century, which ended up defending the invisibility of indigenous people who, or so they thought, could only be seen destined to ethnic and social desintegration or to the integration to the Nation-State.

Keywords: Sousândrade; Indigenous; Romanticism; Nation-state.

Joaquim de Sousândrade nasceu no Maranhão, em 1832, e ali faleceu, em 1902. Filho de uma família aristocrática em decadência, o poeta e escritor republicano teve uma vida atribulada e andou por diferentes paragens, o que não obstou o seu trânsito entre a elite maranhense da época. Sua principal obra poética, *O Guesa*, escrita entre as décadas de 50 e 80, é um épico romântico no qual a temática indígena é tratada de modo crítico, mas não isenta de certos veios ocidentalizantes, próprios da intelectualidade de meados para o fim do século XIX. Sousândrade ainda escreveu outros poemas e vários artigos jornalísticos, mas para a

^{*} Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF, sob a orientação da professora Dra. Maria Regina Celestino de Almeida. Contato: <ramon_castelano@hotmail.com>.

¹ Neste artigo será utilizada a versão atualizada pela professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luiza Lobo, que saiu pela editora Ponteio, em 2012. Neste épico, Sousândrade utilizou o mito de origem précolombiano dos Muíscas da Colômbia. Segundo a tradição, o Guesa era uma vítima fadada ao sacrificio que era oferecida a Bochica, filho do Deus Sol. Menino educado no templo de Sogamoso, aos quinze anos o jovem percorria o Suna, estrada na qual, ao final, era entregue aos Xeques (sacerdotes). Segundo os estudos sobre o poema, o poeta maranhense retirou este mito dos estudos de Ferdinand Denis, estudioso francês precursor do movimento romântico brasileiro, e da obra do naturalista alemão Alexander von Humboldt.

finalidade deste estudo só iremos nos utilizar do canto elegíaco à República, *O novo Éden*, de 1893, e da carta-artigo, *O estado dos índios*, de 1871.²

Antes de elencarmos quais os objetivos da presente análise, cabem algumas considerações sobre a recepção de sua obra. *O Guesa*, em especial, teve uma ótima acolhida entre os pares letrados (temos que ter em mente que o mercado editorial da época ficava restrito à elite intelectualizada, ainda que alguns folhetins nacionais e estrangeiros fizessem um certo sucesso). Olhando por este prisma, podemos perceber que a obra poética de Sousândrade seguiu o mesmo caminho da maioria dos seus contemporâneos, sobretudo daqueles poetas que optaram por escrever épicos. Depois disso, sua obra permaneceu no limbo por algumas décadas até ser julgada, em 1964, no livro *Re visão de Sousândrade*, dos irmãos Campos, que desentranharam a obra do poeta maranhense, sobretudo, os dois cantos infernais d'*O Guesa* (II e X), e erigiram, através de uma concepção vanguardista, o principal estereótipo com o qual ficou marcada a obra de Sousândrade, qual seja: a de que sua poesia estava marcada por antecipações, como que fora do seu tempo, à frente dele.

Em contraposição a este estereótipo, o presente artigo tem como principal objetivo analisar a produção poética de Joaquim de Sousândrade, em consonância com as questões que eram discutidas em seu tempo, para ser mais exato, sobre o lugar do ameríndio na construção de uma determinada nacionalidade, aí entendida enquanto produção de uma memória histórica e literária. Em um texto de 2002, que foi reunido posteriormente no livro *Maranhão-Manhattan*, Librandi Rocha falou o seguinte sobre o poeta:

Se pensarmos que o poeta não antecipou, mas que percebeu o que era possível perceber e realizar em seu tempo, isso não lhe tira, ao contrário, aumenta o mérito de sua sensibilidade poética que foi capaz de configurar ou capturar o movimento que estava lá em circulação, mas não recebera ainda sua forma poética correspondente e que portanto a sua concepção e prática literária estava sintonizada no seu próprio tempo com outras possibilidades que a historiografia literária unificadora não poderia registrar, pois seus parâmetros eram outros e Sousândrade escapava certamente a esses parâmetros.³

Para a consecução deste objetivo, no próximo bloco, vamos fazer uma discussão bibliográfica da obra do poeta, onde iremos propor questões que poderão servir como base para o estudo da produção poética do poeta maranhense Joaquim de Sousândrade, o Sousândrade.

² O poema *O novo Éden* assim como a carta-artigo *O estado dos índios* foram reunidos por Frederick G. Williams e Jomar Moraes no livro *Poesia e prosa reunidas de Sousândrade*, em 2003, Edições Academia Maranhense de Letras.

³ ROCHA, Marília Librandi. *Maranhão-Manhattan*: ensaios de literatura brasileira. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 184.

A maior parte dos trabalhos sobre a obra e a vida de Sousândrade é proveniente do universo literário, sejam os estudos ensaísticos ou as teses de mestrado e doutorado. Entre estes trabalhos podemos visualizar, grosso modo, duas linhas interpretativas: de um lado dá-se ênfase ao caráter antecipador da obra do poeta maranhense, alguns chegando a defender o total apartamento, desterritorialização, dessa produção poética; por outro, chega-se às limitações impostas por estruturas mentais ou sociais sem, no entanto, serem discutidas profundamente as questões que balizavam a discussão sobre o índio de meados para o fim do século XIX – vale lembrar que, muitas vezes, estes dois caminhos se interpenetram. Vamos às interpretações e às propostas de trabalho.

Depois da retomada pelos irmãos Campos, na década de 60, o primeiro trabalho sobre Sousândrade data de 1976. Fruto de sua tese de doutorado, no livro *Sousândrade: vida e obra*, o professor Frederick Williams⁴ empreendeu um grande trabalho de pesquisa onde utilizou entrevistas de pessoas que, de algum modo, tiveram contato direto ou indireto com o poeta. Embora tenha levantado muitos dados biográficos interessantes, sobretudo, sobre a participação de Sousândrade na campanha republicana, assim como sua ação na política maranhense depois da queda da monarquia, muitas vezes, o tom laudatório prepondera e o autor parece querer mais elencar fatos dignos de memória do que empreender uma análise crítica. Nesse passo, outro estereótipo foi erigido, qual seja: a dicotomia entre o idealismo romântico e o suposto realismo *avant la lettre* presente na poética de Joaquim de Sousândrade.

Aqui cabe abrir um parêntese. Não duvidamos que o poeta maranhense tenha ressignificado e pensado o ameríndio no seu poema épico *O Guesa* dentro de outros parâmetros, republicano e humanitário. Isso é fato e iremos esmiuçar este dado mais à frente. No entanto, é muito simplista ver aí somente uma dicotomia. As discussões acerca do tratamento adequado dado aos índios eram complexas e muitos outros intelectuais também preconizaram um viés humanitário nesse quesito; as críticas feitas à colonização enquanto fator deletério para as comunidades indígenas não eram totalmente novas; e o pensamento do poeta maranhense não estava isento do que a historiadora Mónica Quijada⁵ chamou de "sistema de integração hierarquizada".

⁴ Frederick Williams, norte-americano especialista em estudos luso-brasileiros, ainda publicou, em 2003, o livro *Poesia e prosa reunidas de Sousândrade*, importante fonte de pesquisa deste trabalho. Este livro foi organizado pelo historiador maranhense Jomar Moraes e contém farto manancial para pesquisa, pois há nele toda a produção de Sousândrade voltada para a imprensa.

⁵ No livro *Homogeneidad y nación* (2000), a historiadora latinoamericanista analisou o processo de construção da nação argentina em fins do século XIX. No segundo capítulo, ao falar da problemática do tratamento dado à diversidade étnica em solo portenho, a autora defendeu a ideia de que essa construção se produziu a partir do princípio de inferiorização, através do qual procurava-se legitimar ideologicamente o projeto de integração do Estado-Nação. Cabe ressaltar, como muito bem demonstrou a autora, que este Estado nacional era visto pela

Passemos agora aos estudos da professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luiza Lobo, grande pesquisadora da obra do poeta. Não vamos aqui entrar na discussão acerca das interpretações que a autora faz dos elementos estruturais constitutivos do épico *O Guesa*. No livro *Tradição e ruptura: O Guesa de Sousândrade*, de 1979, não há qualquer tipo de aprofundamento das questões aqui propostas. Muito pelo contrário: assim como nos artigos reunidos no livro *Crítica sem juízo*, de 1993, o estereótipo da antecipação é reforçado, ainda que a autora também cite os limites dessas transgressões no que diz respeito à estética romântica. Num desses artigos, *A poética de Gonçalves Dias e de Sousândrade*, Lobo chega a aventar a ideia de uma possível autonomia literária conquistada por Sousândrade, defendendo, inclusive, que o poeta teria abandonado a temática nacional, diríamos, nacionalista. Vamos ao último parágrafo deste texto:

Foi talvez Sousândrade o primeiro poeta brasileiro a conseguir a verdadeira autonomia literária na poética brasileira, exatamente quando se desligou da ideia de nacionalismo e, incorporando tradições românticas europeias, sul-americanas e norte-americanas, buscou enfatizar antes o espírito do narrador que a descrição do narrado. Portanto, para e se quisermos captar o verdadeiro espírito revolucionário do Romantismo brasileiro autônomo, é em Sousândrade e não em Gonçalves Dias que encontraremos este protótipo, assim como é em Machado e não em Alencar. E pouco importam os desequilíbrios de seu estilo. ⁶

Antecipação, visualização da realidade em contraposição à estética romântica e autonomia. É preciso trazer algumas questões à baila antes de continuarmos a análise da obra da professora Lobo. No livro *Vanguardas em retrocesso*, Miceli alcunha este tipo de interpretação de "literatura de exaltação" que tenta "apagar as constrições sociais de sua trajetória". Perguntamos: até que ponto um sujeito que atuou ferrenhamente na propaganda republicana na imprensa, que foi prefeito da cidade de São Luís, que presidiu a comissão que redigiu a Constituição do estado do Maranhão, pode ser considerado apartado de determinadas estruturas sociais? Não se trata aqui de um simples reducionismo sociológico, apenas pensamos não ser possível separar a vivência do poeta de sua produção poética. Entretanto, nos livros posteriores que tratou da obra de Sousândrade, *Épica e modernidade em Sousândrade* (2005) e

intelectualidade argentina como essencialmente branco, criando-se, por conseguinte, a invisibilidade dos outros componentes étnicos, sobretudo das comunidades indígenas, dos negros e dos mestiços, que deveriam ocupar, quando muito, um lugar inferior na escala hierárquica dessa Nação pretensamente coesa. QUIJADA, Mónica; BERNAND, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. *Homogeneidad y nación*: con un estúdio de caso: Argentina, Siglos XIX y XX. Madrid: CISC, 2000.

⁶ LOBO, Luiza. Crítica sem juízo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, p. 145.

⁷ MICELI, Sergio. *Vanguardas em retrocesso*: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 45.

a edição atualizada d'*O Guesa* (2012), Lobo reviu alguns destes pontos, classificando o poeta, inclusive, de patriótico.

No livro *Épica e modernidade*, a autora traz dados sobre a tradição épica, esmiuçando *O Guesa* e discutindo suas possíveis fontes de inspiração. Somando-se a isso, faz uma comparação entre a épica romântica europeia e a engendrada no Brasil, assim como analisa as partes tragicômicas do poema sem deixar de citar a herança romântica nestes fragmentos. Porém, a conclusão já aparece dada no primeiro capítulo e descamba para a antecipação modernista tão preconizada em interpretações anteriores. É assim que Sousândrade aparece como "rebelde e marginal às instituições políticas", ⁸ errando pelo mundo, sem trabalhar e criar vínculos sólidos, um bólide solto no espaço, enfim.

Na introdução da edição atualizada d'O Guesa, trabalho de fôlego da autora, também aparecem alguns problemas para o presente artigo. Ainda na esteira da inovação, Lobo classifica o épico como "híbrido, mesclado e multicultural", sem fazer nenhuma análise mais acurada destas supostas qualidades. Nesse compasso, Alfredo Bosi disse que Sousândrade escreveu um "poema inspirado na utopia de uma América Latina multirracial". Antes de continuarmos nossa discussão, é preciso fazer uma parada para que não coloquemos "o carro na frente dos bois", incorrendo assim em falso anacronismo. No nosso entendimento, esses autores tentam dar à obra de Sousândrade um caráter contemporâneo que foge à realidade e ao contexto no qual o poeta viveu. Não queremos dizer com isso que Joaquim de Sousândrade foi mero reprodutor das estruturas sociais, mentais e políticas de seu tempo. Não é isso. No entanto, se o poeta pôde elaborar uma visão muito própria das questões que foram discutidas na sociedade do seu tempo, é por que ele estava imerso neste contexto, elaborando as suas ideias poéticas e políticas a partir de sua vivência e das problemáticas que lá estavam em circulação.

Desse modo, passemos ao livro *A visão do amerindio na obra de Sousândrade* (2004), do estudioso italiano Claudio Cuccagna, o qual possui superficialmente pontos de contato com a nossa análise. Cuccagna, diferente das interpretações citadas anteriormente, foi capaz de captar a historicidade da obra e da vivência do poeta maranhense, indicando as limitações do pensamento do intelectual no que diz respeito à questão indígena. Porém, os termos em que discutiu o indianismo romântico, a política indigenista e os sujeitos indígenas são bem diferentes da proposta do presente trabalho.

⁸ Em relação a essa marginalidade, podemos relativizá-la já que, se Sousândrade não pertencia ao grupo que cercava o imperador, não deixou, no entanto, de fazer parte da elite maranhense, onde gozava de grande prestígio social

⁹ BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *História do Brasil nação*: a construção nacional. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003, p. 54.

No que diz respeito ao indianismo romântico, o autor parece explorar a fácil dicotomia entre o que chama de idealismo dos precursores românticos e o suposto realismo presente na obra poética de Sousândrade. É assim que opõe a obra do poeta ao do seu conterrâneo Gonçalves Dias. Ora, se há uma oposição aí, ela não pode ser vista em relação ao tratamento dado à colonização, tendo em vista que Gonçalves Dias criticou acerbamente a política colonizadora portuguesa. Nas palavras de Treece:

Gonçalves Dias escreveu algumas das denúncias mais apaixonadas da escravidão negra e do genocídio dos índios, e vinculou a elas uma acusação cáustica da marginalização social sob o Império. Mas ele jamais contestou a mitologia nacionalista integracionista da qual dependia a continuidade do *status quo* imperial.¹⁰

Ou seja, ambos os maranhenses viram a empresa colonizadora de modo crítico, mas só Sousândrade foi capaz de relacioná-la a uma propaganda antimonárquica. Parece aí que a interpretação do estudioso italiano carece de contextualização mais aprofundada e, como mostraremos mais à frente, é só a partir da década de 60 que o Reinado de Pedro II começa a sofrer críticas mais contundentes em várias frentes. Assim foi que Sousândrade, imerso neste novo contexto, ressignificou o ameríndio para fins republicanos e denunciou a política indigenista levada a cabo pelo Estado Imperial.

Em relação à política indigenista, ainda pautado numa trama de oposições, Cuccagna ressalta o viés humanitário presente na obra de Joaquim de Sousândrade e o seu componente realístico. Para o autor, Sousândrade inovou ao trabalhar no Canto II d'*O Guesa* com o índio amazônico contemporâneo. Sobre o tratamento estético dado ao ameríndio "decrépito" visto pelo poeta em sua viagem fluvial amazônica (1858-1860), assim diz:

Nenhum outro indianista brasileiro, e em primeiro lugar Gonçalves Dias – que, mesmo, mais do que todos, em seguida à sua nomeação de chefe da seção de Etnografia da Comissão Científica de Exploração (1856-1862), conheceu o análogo estado de crise do mundo indígena –, denunciou essa situação em criação literária permeada por um forte realismo como, ao contrário, soube fazer Sousândrade no Canto II da sua obra-prima. No âmbito da literatura indianista brasileira da segunda metade do século XIX, a operação desenvolvida por Sousândrade assume um caráter decididamente único. 11

¹⁰ TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes*: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. São Paulo: Nankin, 2008, p. 150.

¹¹ CUCCAGNA, Claudio. A visão do ameríndio na obra de Sousândrade. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 127.

Ou seja, Cuccagna¹² opõe o índio mestiço e degradado d'*O Guesa* ao seu oponente ideal, guerreiro e brioso, o ameríndio do passado exaltado pelos poetas românticos. ¹³ Porém, é preciso destacar que nas discussões científicas, intelectuais e políticas de meados para o fim do século XIX, muitas vezes classificar os índios como mestiços e degradados (isto é, negar a sua identidade) foi como que uma desculpa que tinha por fim legitimar ações pedagógicas e colonizadoras. Tais classificações só conseguiam visualizar os ameríndios contemporâneos como vítimas redimíveis, selvagens a quem era preciso levar progresso e civilização. Daí perguntamos: até que ponto o personagem *Guesa*, fadado que estava à imolação, estava pautado neste pensamento que só conseguia enxergar os índios como vítimas? Havia uma relação de aproximação ou distanciamento entre as criações poéticas e políticas de Sousândrade e a realidade dos sujeitos indígenas, com suas demandas e ações?

Portanto, trabalhar a relação entre Sousândrade, intelectual e poeta, e os sujeitos indígenas, traz a profundidade necessária ao nosso trabalho. Uma vez que já não é possível pensar o indianismo romântico e a política indigenista sem levar em consideração a ação destes agentes históricos, propomos, em vez das oposições binárias e das antecipações e hibridismos almejados, uma análise que abarque "um tangenciamento de diferentes planos, um encontro em que a tênue junção não elimina necessariamente a diversidade de perspectivas". Assim, pretendemos mostrar como Joaquim de Sousândrade foi capaz de construir uma visão muito peculiar sobre as questões indígenas que estavam sendo discutidas em seu tempo, ora se aproximando ora se distanciando, mas sempre tendo por base o veio integrativo que ao fim acabava por preconizar a invisibilidade dos sujeitos indígenas dentro de uma certa concepção de Estado-Nação, muito própria aos intelectuais de meados para o fim do século XIX.

¹² Como já tínhamos mencionado antes, Cuccagna apontou as limitações do pensamento integracionista do poeta maranhense, indicando em que termos o mesmo tinha sido desenvolvido. No entanto, ao tratar da relação entre um intelectual pautado por uma ideal ocidental e as comunidades indígenas, o autor só conseguiu interpretá-la enquanto desconsideração por parte do poeta em relação a uma total autonomia cultural autóctone, quando na verdade esta situação ainda nem estava posta. Não nos interessa discutir aqui esta questão nestes termos, mas sim perceber como que os sujeitos indígenas foram capazes de agir e se posicionar dentro desta situação específica de implementação do Regulamento das Missões e Catequese (1845) e da legislação correlata que postulava, grosso modo, a "igualdade" e "oferecia" o estatuto de cidadão àqueles ameríndios que se encontravam, pelo menos assim pensavam os políticos e intelectuais da época (inclusive Sousândrade), desintegrados do seu mundo cultural e dispersos pelas vilas e freguesias, isto é, desprovidos de suas identidades étnicas.

¹³ Temos que indicar aqui que Cuccagna não deixou de apontar que o épico *O Guesa* abarcava em si uma tensão contraditória. Embora dê mais ênfase ao caráter "realista" e às questões críticas do poema, o autor assinalou muito bem que em várias partes do épico a idealização do índio se faz presente. Como mostrou o estudioso italiano, mesmo no *Tatuturema* o poeta oscilou entre os pólos do bom selvagem e inocente do passado e o ameríndio degradado contemporâneo. O que nos parece estranho é que Cuccagna não tenha saído dos próprios termos em que essa polarização foi construída, repetindo assim em sua interpretação a intenção do poeta maranhense.

¹⁴ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaios em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 23.

6. "Horrores da fome": seca e migração no jornal "O Cearense"

Janille Campos Maia*

Resumo: O presente artigo é fruto de uma primeira tentativa de sistematização de minha pesquisa de mestrado. Ao tentar recortar um viés da pesquisa, o objetivo do trabalho é analisar de que forma a migração foi percebida nas páginas de um jornal de origem liberal, na seca de 1877, no Ceará. Entendendo que o contexto social antes e depois de uma seca são reveladores, pretende-se considerar toda uma conjuntura histórica e não analisar somente o desastre natural como fator isolado. Torna-se fundamental, portanto, perceber que mesmo em meio a disputas políticas e tentativas de direcionamento de destinos por parte do Governo Provincial, esses retirantes não podem ser vistos como massa de manobra. A partir da análise das publicações do jornal *O cearense*, pretende-se verificar a abordagem utilizada pelos redatores para retratar os "horrores da fome".

Palavras-chave: Seca; Província do Ceará; Jornal *O cearense*.

Abstract: This article is the result of a first attempt to systematize my master's research. When trying to cut a bias in the research, the aim of this study is to examine how the migration was perceived in the pages of a newspaper of origin liberal, in drought of 1877, in Ceara. Understanding the social context before and after a drought are revealing, we intend to consider a whole historical context and not only analyze the natural disaster as an isolated factor. It becomes essential, therefore, that even in the midst of political disputes and attempts targeting destinations by the Provincial Government, these migrants can not be seen as handled. From the analysis of the publications of the newspaper *O cearense*, intends to verify the approach used by editors to portray the "horrores da fome".

Keywords: Drought; Province of Ceará; Newspaper *O cearense*.

Ao entender que as questões ambientais estão sempre vinculadas à distribuição de poder social e sobre a natureza, este artigo trata do discurso criado a partir de um veículo de informação que visava retratar a migração no Ceará nos anos da seca de 1877. Os discursos e silenciamentos são estabelecidos socialmente e, por este motivo, e nesse sentido, a crítica da ecologia política aos sistemas de produção de conhecimento e de relações com a natureza são fundamentais para perceber como a mesma era percebida por uma conjuntura política no século XIX.

Ao entender a seca como um fenômeno natural que produz impactos políticos, socioeconômicos e culturais, busca-se entender neste artigo de que forma a seca e a migração foram retratadas nas páginas do jornal *O cearense*. Para tanto, foram selecionadas algumas

^{*} Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA-UFRRJ, sob a orientação do professor Dr. Héctor Alimonda e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Contato: <camposnile@gmail.com>.

notícias publicadas no ano de 1877, onde se vê uma situação de seca sendo declarada a partir do dia de São José.

O drama das secas tem uma longa história: segundo Marco Antonio Villa, ¹⁵ o primeiro registro da ocorrência de seca nos documentos portugueses é de 1552. Durante o século XVIII foram registradas sete grandes estiagens que atingiram todo o Nordeste e provocaram o deslocamento das populações para áreas menos afetadas. Embora a seca fosse frequente, não existia até o período imperial um investimento público para diminuir os seus efeitos e, conforme havia o crescimento populacional, aumentavam as dimensões do desastre.

A década de 1870, em especial, foi marcada por uma crise climática em escala mundial. Uma das consequências foi a fome gerada em países de diferentes continentes: Índia, China, norte da África e Nordeste do Brasil sofreram um período de grande seca que devastou parte de suas populações. Considerando a gravidade da Grande Seca de 1876-79 no mundo, torna-se fundamental entender a seca enquanto um fenômeno climático que produz impactos culturais, sociais, políticos e econômicos. Nesse sentido, os dados relatados por Mike Davis 16 revelam que as catástrofes ambientais da década de 1870 atingiram um número de vítimas considerável nos países assolados pela estiagem. No Brasil, a preocupação maior era no Ceará, onde a colheita do ano anterior, depois da escassez de chuvas do inverno, também foi insuficiente.

Por volta de fevereiro do ano de 1877 os temidos "ventos da seca" alcançaram a província do Ceará. Diante de tal fenômeno, o então Presidente da Província, Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, em seus últimos dias na função, descreveu em seu relatório as calamidades que assolavam a região:

Mas, desde que a sêcca manifestou-se em toda a sua nudez, entrando francamente em um período de maior gravidade, varrendo da superficie do solo todos os recursos, que podiam facilitar os transportes e todos os meios com que era lícito contar ainda dentro da província para auxiliar o governo, no empenho de ocorrer às necessidades da população, máxime a que demorava nas regiões mais remotas, então o povo, tomado do pânico e assustado pela sua sorte, começou a dispersar-se em todas as direcções, e a emigração que se operava lentamente, tomou um curso rápido e de uma affluência considerável. 17

¹⁵ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão. São Paulo: Ática, 2001.

¹⁶ DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

¹⁷ Relatório com que o Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da Província do Ceará ao Ex. Sr. Conselheiro João José Ferreira D'aguiar, presidente da mesma província em o dia 23 de novembro de 1877.

Levando-se em consideração o fragmento destacado acima, percebe-se a intenção do Presidente da Província em revelar o estado preocupante em que se encontrava a província do Ceará em um dos períodos de seca que mais castigaram a história da região.

Os efeitos da seca de 1877-79 foram devastadores para o Nordeste, que passou a ser visto como "região problema". Para os sertanejos não restavam muitas escolhas: ficar na sua própria terra ou migrar seriam caminhos difíceis a percorrer. ¹⁸ Josué de Castro, inspirado no trajeto de migração de seu pai, retrata em seu livro *Homens e caranguejos* a história de Zé Luís, um pernambucano que vivencia a seca de 1877:

E Zé Luís evoca para os ouvintes a sua grande luta buscando escapar ao cerco da fome e da morte. Conta que, pelos caminhos ásperos, as solas de suas alpercatas iam batendo no chão como uma matraca e que pensamentos trágicos começaram, também, a matraquear sua cabeça dolorida: quando acabaria essa terrível seca? O que acabaria primeiro: a seca ou a sua família? O que seria melhor: morrer de fome e de sede na sua própria terra ou emigrar para morrer de fadiga e vergonha na terra dos outros? 19

Embora o trecho destacado retrate a vida de um indivíduo de Pernambuco, grande parte da população nordestina teve que abandonar suas terras para buscar refúgio no litoral ou fora de sua província de origem. No caso do Ceará, muitos retirantes que se deslocavam para o litoral eram reunidos em abarracamentos. Segundo Frederico de Castro Neves, eram locais de péssimas condições de higiene, de moradia inadequada e água contaminada, que causou a morte de milhares de cearenses. Estes abrigos serviram a um desejo de controle espacial e social dessa população e foram levantados em locais específicos, tendo ainda uma ligação funcional com a capital Fortaleza.

Apesar de atingir toda a Província, a seca não se manifestou de maneira uniforme em todas as regiões. Áreas como as serras da Ibiapaba, Meruoca, Uruburetama e Aracati ficaram imunes à estiagem,²⁰ enquanto lugares com maior resistência à seca atraíam o fluxo migratório, aumentando seu contingente populacional. A presença de um cenário marcado pelas secas e pela constante escassez de chuvas poderia interferir constantemente nas relações estabelecidas entre aqueles indivíduos e o meio em que viviam.

Dessa maneira, a seca ficou no imaginário: se referir ao Nordeste como problema virou lugar comum, principalmente a partir de 1877. No entanto, é preciso problematizar essa visão de que foi somente neste momento que a catástrofe natural se tornou de fato um empecilho.

¹⁸ VILLA. Op. cit., 2001, p. 84.

¹⁹ CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²⁰ SOUSA, José Weyne de Freitas. *Política e seca no Ceará*: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905) (Tese em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior,²¹ existia naquele momento toda uma conjuntura de disputas políticas onde tornar a seca um obstáculo a ser vencido surgia como alternativa para angariar recursos e conquistar benefícios políticos.

Os anos 1870 representaram um "importante divisor de águas" 22 no que diz respeito às divisões regionais. Anteriormente, só existiam duas regiões oficiais no Brasil: Norte e Sul. As diferenciações regionais passam a ser notadas a partir de denúncias da centralização monárquica que absorvia os recursos do Norte. Albuquerque Junior busca em seu trabalho as origens históricas da formação deste "discurso da seca", percebendo-o como produto dos diversos discursos das elites nordestinas. Torna-se, portanto, fundamental questionar como a região Nordeste surgiu a partir de um problema, entendendo como as práticas discursivas auxiliaram no processo de criação desta imagem. Pensando na questão regional nordestina, Frederico de Castro Neves propõe a ideia de que o Nordeste se constrói a partir do estabelecimento de uma memória regional dominante e que é preciso estar atento aos momentos de estiagem, porque neles é que se "renovam compromissos, articulam-se alianças, reivindicam-se verbas e programas especiais, rearticulando as redes de dominação no semiárido". 24

Ao se tornar um assunto oficial, a seca cria todo um aparato burocrático que permite a administração de seus recursos por determinados grupos políticos. Este conjunto de fatores corrobora para a diferenciação territorial entre Norte e Sul. De acordo com José Weyne Freitas de Souza, ²⁵ essa situação causa também o "esfacelamento" da organização familiar na sociedade cearense, pois conforme a seca atingia a Província do Ceará em 1877, as famílias migravam e ficavam submetidas a uma nova chefia: os comissários de socorros. É importante reiterar que a seca não atua somente sobre os recursos naturais, mas influencia todo um conjunto de organização socioeconômica onde estes sertanejos estavam inseridos. Embora muitos autores indiquem a seca como fator principal da decadência da região, Guillermo Palacios²⁶ acredita que as calamidades naturais em conjunto com as políticas externas contribuíram para a expropriação camponesa no final do período colonial.

²¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia*: a seca no imaginário nordestino (1877-1922) (Dissertação em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1988.

²² MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império*: 1871-1889. São Paulo: Topbooks, 1999.

²³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O engenho anti moderno*: a invenção do Nordeste e outras artes (Tese em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1994 & MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Imperio* (1871-1889). Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

²⁴ NEVES, Frederico de Castro. *A memória do espaço e o espaço da memória*: a seca na construção imaginária do Nordeste (Dissertação em Sociologia). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 1992.

²⁵ SOUSA, José Weyne Freitas de. Op. cit., 2009.

²⁶ PALACIOS, Guillermo. La agricultura campesina em el Nordeste oriental del Brasil y las sequías de finales del siglo XVIII. In: ACOSTA, Virginia García. *Historia y desastres em America Latina* (v. 1). México: La RedCiesas, 1996.

Nesse sentido, as frequentes secas geraram o despovoamento do sertão, por causa da migração da população em direção ao litoral. Esses homens livres pobres sobreviviam praticando uma agricultura de subsistência baseada na mandioca, no milho e alguma variedade de legumes. Com o incentivo ao plantio de algodão, este grupo de indivíduos acabou deixando de lado uma agricultura voltada para o abastecimento do mercado interno, o que teria gerado uma crise em âmbito regional. Na tentativa de conter a "praga de agricultores" que se alastrou por todo o litoral, houve uma proibição no plantio de algodão. Dessa forma, os pequenos produtores em contato com o mercado agroexportador se opuseram durante todo o século XVIII à plantação escravista.

De acordo com Palacios, o crescimento de um setor camponês não subordinado aos interesses das elites dominantes colocou em risco as estruturas centrais da ordem colonial no Nordeste. Dessa forma, as secas somadas a toda uma conjuntura política e econômica podem ter contribuído para a expropriação e concentração da população livre pobre no litoral em meados do século XVIII e início do XIX. Esses fatores teriam gerado também a consequente formação social específica do Nordeste, diferenciando aquele estrato social das outras regiões do país. Esse processo de ocupação específico do Nordeste nos ajuda a entender as dinâmicas territoriais de uma região constantemente assolada pela estiagem. Voltando o olhar especificamente para a seca de 1877, nos interessa perceber toda uma conjuntura política e econômica do Ceará em meio a uma catástrofe natural. Nesse sentido, grande importância possui o trabalho de Jeovah Silva²8 ao perceber de que forma os desastres naturais de 1877 contribuíram para a construção de um projeto político de formação de trabalhadores dentro dos abarracamentos. Silva faz uma importante análise sobre como a calamidade pública possibilitou uma intervenção do Estado, que passou a controlar a mão-de-obra livre desses migrantes.

Entende-se, portanto, que a seca deve ser definida como uma articulação entre estiagem e vulnerabilidade social, isto é, a incapacidade da população para enfrentar o fenômeno climático. Ela se caracteriza não pela simples insuficiência de chuva e água, mas quando, em concorrência com esse fator climático, há "a fome, desaparecimento de espécies de sementes, a perda de patrimônio, de rebanho, migração, a falta de perspectiva, doenças físicas e mentais e o desamparo".²⁹

²⁷ Idem.

²⁸ SILVA, Jeovah Lucas. *As bênçãos de Deus*: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880) (Dissertação em História). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2003.

²⁹ DUARTE, Renato. Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil. In: ZICARDI, Alicia (comp.). *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*: los límites de las políticas sociales em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

Interessa neste trabalho perceber como a estiagem vai sendo percebida através dos números crescentes de mortes e dos casos pavorosos de delírios de fome nas páginas do jornal *O cearense*. Pretende-se, portanto, entender a seca como um fator que não está isolado e como este fenômeno natural foi motivo para intensos jogos políticos. Para tanto, foram selecionadas algumas notícias publicadas no ano de 1877.

O jornal *O Cearense* foi fundado por Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomas Pompeu, em 1846. A princípio as edições do jornal saiam na *Tipografia Brasileira de Paiva e Cia.*, somente depois de um tempo adquiriu uma tipografia própria. Durante muitos anos o jornal teve como redatores Miguel Ayres, João Brígido, Conselheiro Rodrigues Junior e Dr. Paulo Pessoa. De origem liberal, o jornal tinha artigos de natureza partidária, havia estudos sobre estatística, demografia, entre outros temas. As publicações saiam geralmente três vezes por semana, tendo algumas edições extras devido a alguns acontecimentos tidos como marcantes como, por exemplo, a morte de Thomas Pompeu de Sousa Brasil.

O cearense é de grande importância para entender a seca aqui descrita por relatar os "horrores" que vivenciavam os retirantes. Nesse sentido, o jornal oferece uma gama de informações sobre as mortes ocorridas, além de registrar quinzenalmente a entrada de migrantes nos abarracamentos, informando, inclusive, a origem dessas famílias. As publicações do ano de 1877 são interessantes porque mostram desde a chegada da estiagem e seu desenvolvimento dentro da Província. Noticiado no dia 10 de junho de 1877, o padre Germano Anthenor de Araújo escreve uma carta retratando o estado que o Ceará se encontrava:

Meu amigo é triste e doloroso o estado do sertão. O terrível flagello da secca vae fasendo estragos incalculáveis. Estamos em maio, o mez das flores e os campos já estão varridos. Todas as plantações perdidas, e nada se aproveitou! O desanimo é geral, já morre gente de fome! Tudo é horror! *Crudelis ubique / Luctus, ubique pavor et plurima mortis imago...* As estradas estão cheias de migrantes em todas as direcções, nus, pálidos e abatidos. Uns procuram o Piauhy, outros a essa capital. Si não tivermos chuva até julho, todo o sertão ficará reduzido a deserto, todo o gado perecerá. Em 1825 e 45 as plantações perderam-se, houve pasto e este anno no mez de maio todo o sertão está desolado. – *Lugebit terra et marebumt cueli desuper*. Nossa querida província não só perderá o trabalho de muitos annos, como também ficará desfalcada de população. ³⁰

Interessante observar que a migração é sempre uma pauta comum nas reivindicações do jornal aqui abordado. A carta do vigário Araújo representa uma das muitas denúncias que *O cearense* buscava expor nas páginas de seu jornal. Outra carta foi escrita pelo tenente Casimiro Pinto Nogueira, que conta sobre como a seca aumentou consideravelmente na região:

2

³⁰ Secca. *O cearense*, Ceará, 10 jun. 1877, p. 2.

Vamos muito mal com relação a secca. Aqui morrem diariamente de fome 5 a 6 pessoas! As ruas estão cheias de esqueletos, não há mais quem possa comer descançado, os meninos já advinham quando se vae almoçar ou jantar, começam a gritar nas portas que estão a morrer de fome, o que fazemos senão dar alguma couza? Hontem foram encontrados dous desgraçados que morreram de fome na estrada, não eram conhecidos, julga-se serem retirantes do Cariry. 31

Parte da seção intitulada "Horrores da fome", com notícia publicada em novembro de 1877, reforça a ideia repetidamente convencionada no jornal. O que se percebe é que constantemente nas cartas enviadas há a intensificação da fome. As cenas de morte não se findam:

É indiscriptivel a miséria que há no sertão, incalculável o n° de pessoas mortas á fome. Dezenas de miseráveis que vem do Cariry, e outros pontos do alto sertão chegam a Jaguaribe mirim em um estado tal, que não podem mais receber alimentação alguma e vão morrendo pelas estradas! São em grande número as sepulturas que se encontra no caminho, que vai dessa Villa a cidade do Aracaty. Os cadáveres mal enterrados nos sulcos feitos pelos carros, desprendem miasmas que infeccionam o ar, e chamam os corvos e os cães que ali saciam-se. Presenciei scenas semelhantes na viagem que acabo de fazer. Pouco distante do Boqueirão, do tenente coronel Manoel Herculino, vi as ossadas de três infelizes, que segundo me informaram pertencião a uma só família, tendo morrido em último lugar uma moça abraçada ao cadáver de sua mãe!³²

Escrita pelo juiz Francisco Antonio de Oliveira Sobrinho, a carta destacada acima segue a linha das publicações anteriores, onde o caos é exacerbado e sempre noticiado. A situação da Província, segundo *O cearense*, parece atingir um ápice já em dezembro de 1877:

Continua a fome a fazer victimas em vários pontos da província. As notícias que recebemos do interior são assombrosas. De Tamboril, diz-nos um membro da commissão daquella Villa que ali já tem succumbido a fome grande n° de infelizes! Para mais de 35:000 imigrantes para lá se acham a morrer de fome, já se contando muitas victimas. Todo Cariry está conflagrado. Os bandos de assassinos assaltam as povoações, saqueiam e matam, ao passo que a fome vae fasendo dezenas de victimas diariamente.³³

Em dezembro de 1877, o jornal já apresenta um número de migração elevadíssimo, além de registrar um obituário com mais de 2.400 vítimas da fome, taxa anual muito maior que a do ano anterior, com registro de 811 mortes. A província que mantinha a média mensal de mortes, em anos comuns, girando em torno de 50-70 pessoas, passava então a registrar um aumento considerável logo no primeiro ano de seca, chegando a marcar, somente em novembro de 1877,

³¹ Horrores da fome. *O cearense*, Ceará, 22 nov. 1877, p. 3.

^{32 .} *O cearense*, Ceará, 20 dez. 1877, p. 3.

³³ A situação do Ceará. *O cearense*, Ceará, 2 dez. 1877, p. 2.

um número de 536 casos. Segundo o noticiário de 23 de dezembro de 1877, esta seria a estatística das migrações:

Segundo informações que nos foram fornecidas pelos respectivos commissários existem no primeiro disctricto 1226 famílias com 7110 pessoas, no do Pajehú e São Luiz 1793 famílias com 8642 pessoas, e no do Calçamento 3244 famílias compostas de 16581 pessoas. Faltam ainda os disctrictos de Tibujana e Moinho, São Sebastião e Alto da Pimenta. Pode-se calcular o nº de emigrantes existentes hoje na capital de 70 a 80 mil.³⁴

Além dos deslocamentos no interior da Província, os números de mortes calculadas no jornal são avassaladores para o ano de 1878: somente no último semestre já teriam sido registrados 10.299 mortos. Para o primeiro semestre do ano de 1879, esses números teriam uma queda alcançando 5.937 mortes, das quais 2.388 foram causadas pela varíola, doença que tomou conta da província durante a seca, dizimando parte da população.

É indispensável ressaltar que todos esses números de mortes e migração retratados em *O cearense* são especulações e não representam uma cópia fiel da realidade. Percebe-se que um dos objetivos do jornal era justamente dar destaque à seca, apresentando-a como um horror. Não é à toa que o jornal reservava bastante espaço para as catástrofes causadas pela estiagem.

De uma forma geral, busquei apresentar neste artigo como a seca e a migração foram retratadas no jornal *O cearense*. O que se pode perceber é que em grande parte das matérias o que predominava era um tom sensacionalista, com acontecimentos horríveis sempre envolvendo pessoas com fome. Esses migrantes muitas vezes eram retratados de forma muito vitimizada, tirando qualquer possibilidade de entendê-los como agentes.

Segundo Rodolfo Teófilo, importante romancista e ensaísta contemporâneo à seca, a migração já estaria declarada desde o dia 19 de março, dia de São José. Quando a chuva não caiu, a população já havia entrado em desespero pensando em migrar. O que o jornal *O cearense* faz é ressaltar que essa migração está acontecendo de forma assustadora.

Ficam então algumas perguntas: até que ponto era interessante para o jornal ressaltar toda essa calamidade? Por que tanta preocupação com os "desvalidos"? Era fácil para essas pessoas largarem suas terras e migrar, mesmo que provisoriamente? Por que não seguiam para outras províncias como muitas outras pessoas o fizeram?

O que se pode ver é que muita coisa não era declarada nessa disputa política. O jornal muitas vezes utilizou a migração como uma confirmação da seca. A migração crescia somente por causa de fatores naturais ou havia outros elementos que criaram um desespero? O fato do

_

³⁴ Emigração. *O cearense*, Ceará, 23 dez. 1877, p. 3.

então Presidente da Província ter antecipado a distribuição de socorros públicos nos abarracamentos não teria interferido também neste fluxo migratório, em 1877? Por que os socorros só eram distribuídos nos abarracamentos?

É importante ressaltar que a elite do Ceará condicionou o progresso econômico da região ao combate às secas. Na tentativa de amenizar as desvantagens da região, as lideranças liberais passaram a ver na seca um caminho para a conquista de financiamento para a construção de açudes e estradas. Nesse sentido, importante papel teve *O cearense* que incontáveis vezes associou a ideia de trabalho e esmola: "o povo não quer esmola que humilha, quer o trabalho que enobrece". Em vez de trabalho, o jornal dizia que o "paternal" governo enviava esmolas porque preferia um povo preguiçoso e indolente, ao invés de másculo e independente.

Em meio a esse jogo político, onde havia tanta coisa envolvida, como, por exemplo, a própria emancipação da região nordeste visando a arrecadação de recursos, muitas vezes esses retirantes foram vistos como massa de manobra. E nas páginas d'*O cearense* a situação não parece ter sido muito diferente.

As "classes desvalidas", como eram chamadas pelo então Presidente da Província, Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, foram utilizadas como meio de angariar recursos para um projeto político liberal. Por este motivo, antes de ser uma afirmação, a própria migração se constitui como objeto de investigação, sendo problematizada a intenção do jornal ao publicar tantos casos de miséria e fome.

³⁵ Trabalho e não esmola. *O cearense*, Ceará, 7 jun. 1877, p. 1.

7. A Igreja Católica e os mecanismos de atuação no meio rural brasileiro (1950-1964)

Bruna Marques Cabral*

Resumo: O presente trabalho apresenta como escopo fundamental compreender como a Igreja católica construiu suas estratégias de intervenção política e social nas questões relativas à vida do trabalhador rural, e, em especial a sua concepção sobre reforma agrária. Portanto. Iremos demonstrar como a referida instituição inseriu-se nos debates, no período em que setores da sociedade brasileira se radicalizavam e o problema agrário encontrava-se no âmago das disputas de então. Além disso, indicaremos as estratégias propostas pela Igreja para implementar o seu projeto de revisão agrária. Destarte, analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o campo. Assim, examinaremos a *Revista Eclesiástica Brasileira* como principal fonte de compreensão dos discursos supracitados.

Palavras-chaves: Igreja Católica; Revista Eclesiástica Brasileira; Reforma agrária.

Abstract: This paper presents scoped essential to understand how the Catholic Church built their intervention strategies and social policy issues concerning the life of rural workers, and in particular his views on land reform. Therefore. We will show how that institution has inserted itself in the debates in the period in which sectors of Brazilian society is radicalized and the agrarian problem was at the heart of disputes then. Moreover, we will indicate the strategies proposed by the Church to implement its project review agrarian. Thus, we will analyze the discourses produced by intellectuals Brazilian Catholics regarding their concerns with the field. Thus, we will examine the Ecclesiastical Brazilian Magazine as the main source of understanding of the above discourses.

Keywords: Catholic Church; *Magazine Brazilian Ecclesiastical*; Agrarian reform.

O presente trabalho apresenta como escopo fundamental compreender como a Igreja Católica construiu suas estratégias de intervenção política e social, nas questões relativas à vida do trabalhador rural e, em especial, a sua concepção sobre reforma agrária. Nesse sentido, iremos demonstrar como a Igreja Católica se inseriu nos debates, no período em que setores da sociedade brasileira se radicalizavam e o problema agrário encontrava-se no âmago das disputas de então. E indicaremos as estratégias propostas pela referida instituição para implementar o seu projeto de revisão agrária.

Destarte, analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o campo. Assim, examinaremos a *Revista Eclesiástica*

^{*} Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orientação da professora Dra. Vania Losada Moreira. Contato:

substanta de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orientação da professora Dra. Vania Losada Moreira. Contato:

substanta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orientação da professora Dra. Vania Losada Moreira. Contato:

substanta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orientação da professora Dra. Vania Losada Moreira. Contato:

substanta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orientação da professora Dra. Vania Losada Moreira. Contato:

substanta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orientação da professora Dra. Vania Losada Moreira. Contato:

substanta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orientação da professora Dra. Vania Losada Moreira. Contato:

substanta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orientação da professora Dra. Vania Losada Moreira. Contato:

substanta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orientação da professora Dra. Vania Losada Moreira. Contato:

substanta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a orienta do Rio de Janeiro – PPGH-UFRRJ, sob a o

Brasileira (REB)¹ como principal fonte de compreensão dos discursos supracitados. Tal publicação periódica foi fundada pelo Frei Thomas Borgmeier, no ano de 1941, com o intuito de ser um elo entre o clero brasileiro, que se encontrava disperso pelo enorme território nacional, o que resultava em grande dificuldade de comunicação. Sendo assim, a revista serviu como um espaço de debates no qual padres, freis e teólogos expuseram suas reflexões acerca de diversos temas, tais como: teologia, espiritualidade e realidade sócio religiosa.

A "Revista Eclesiástica Brasileira" se torna assim, espontaneamente, um ponto de referência, para todo o clero, de norte a sul, secular e regular, das cidades e dos sertões. Suprimindo as distâncias e aproximando os corações, despertando o zelo de uns e excitando a coragem de outros, a REB será um laço de união entre o clero do Brasil.²

Podemos dizer que a Igreja Católica sempre desempenhou um papel importante nas temáticas políticas do país. Desta forma, ao ser afastada dos centros de decisões na sociedade moderna, a presente instituição buscou nos grupos subalternos da população, o novo sustento para reconstruir seu poder. Assim, ela teria que construir o seu discurso por meio de uma releitura de sua tradição, concomitantemente à apropriação das representações dos desfavorecidos, tendo em vista uma ampla base social.

Com efeito, a estrutura desta pesquisa pode ser dividida da seguinte forma. Na primeira parte deste artigo, as análises se focarão na reformulação do modelo de influência da Igreja. Para isso, promovemos um pequeno debate bibliográfico com alguns autores que refletiram sobre o tema. No momento seguinte, procuramos demonstrar como a Igreja se inseriu nos debates sobre a reforma agrária, haja visto que diversos segmentos da sociedade apresentavam um determinado posicionamento acerca da questão agrária brasileira.

A Igreja Católica no Brasil durante a década de 1950 se afinou com o desenvolvimentismo, uma vez que este possibilitava à referida instituição não entrar em contradição com os fundamentos de sua doutrina social, além de permitir que ela se valesse de um discurso técnico e político com escopos e metas bem delineados para interferir na política nacional. Percebemos que a Igreja seguiu a lógica desenvolvimentista, a fim de aprofundar sua aliança e influência sobre o Estado. No entanto, devemos ter em mente que apesar da Igreja ter assimilado alguns aspectos daquela ideologia, a referida instituição apresentou seu próprio projeto, no qual buscava nas classes populares um novo sustento para executá-lo. Durante as

¹ A Igreja Católica possui diversos veículos de comunicação, no entanto, utilizei a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), uma vez que tem sido uma fonte pouco analisada na compreensão das questões políticas do período estudado

² Revista Eclesiástica Brasileira – REB, v. 1, fascículo 01, mar./jun. 1941, p. 2-3. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 01.

décadas de 50 e 60, a Igreja reconstruiu seu modelo de influência e isso gerou uma alteração nas relações entre esta, o Estado e a sociedade. Nesse sentido, Krische³ expõe uma proposta dentro da lógica marxista, onde as instituições da sociedade civil (dentre as quais a Igreja) apresentam um nível definido e conjuntural de combinação ou confrontação entre as classes da sociedade, e que uma de suas funções seria a de servir como mediadora dessa correlação de forças. Deste modo, o Estado deixaria de ser o mediador entre a Igreja e a sociedade civil, e a Igreja é quem se colocaria como mediadora entre o aparelho de Estado e a sociedade civil.

Por outro lado, Roberto Romano⁴ define a Igreja como um *Corpo místico*, isto é, instituição dotada de uma coerência própria – designada pelo autor como um projeto teológico-político. Por tal razão, para Romano, a Igreja não pode ser interpretada como um instrumento ideológico do Estado, dado o alto grau de independência em seus projetos. Logo, ele parte da premissa que a Igreja possui uma política e uma lógica próprias, no entanto faz alianças com o Estado para continuar exercendo influência na sociedade. Em contrapartida a esta linha teórica, temos em Bruneau⁵ um outro olhar sobre a instituição, pois este acredita que a Igreja não é um ator totalmente livre em suas relações sociais, ou seja, tal instituição está presa em seu arrolamento com outros atores, inclusive o Estado, e depende deles para sua sobrevivência.

Segundo Mainwaring,⁶ a Igreja Católica não é uma instituição política, no entanto, têm um efeito político inegável, como tantas outras instituições sociais. Deste modo, o autor argumenta que a função da Igreja é a de encorajar a mudança sem assumir, todavia, o controle dos processos da mesma, tendo em vista a defesa de seus interesses e a expansão de sua influência. É, portanto, um raciocínio pautado nas condições sociais condicionadoras de tais inquietações, na medida em que estejam ameaçadas. Dentro dessa perspectiva Mainwaring⁷ construiu o seu problema, centrado na atuação da Igreja no âmbito político e não, como faz Bruneau,⁸ procurando compreender como esta participação se realiza.

A partir desse breve debate bibliográfico observamos, sobretudo, nos trabalhos de Bruneau, ⁹ Krische¹⁰ e Mainwaring, ¹¹ que apesar de apresentarem perspectivas distintas, partem do mesmo problema, isto é: a relação da Igreja Católica com a política. Eles não procuram

³ KRISCHE, Paulo José. Problemas teóricos das relações entre a Igreja e o Estado na crise de 1964. In: SOARES, Ricardo Prata et. al. *Estado, participação política e democracia*. Brasília: CNPq / Coordenação Editorial. São Paulo: ANPOCS, 1985.

⁴ ROMANO, Roberto. *Brasil*: Igreja contra o Estado. São Paulo: Kairós, 1979.

⁵ BRUNEAU, Thomas. Catolicismo brasileiro em época de transição. São Paulo: Loyola, 1974.

⁶ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁷ Idem.

⁸ BRUNEAU. Op. cit., 1974.

⁹ Idem.

¹⁰ KRISCHE. Op. cit., 1985.

¹¹ MAINWARING. Op. cit., 1989.

perceber tal Igreja como um *Corpo místico*, que possui uma verdade transcendente. Assim como Romano¹² enxergamos a presente Igreja, como uma instituição que se move no tempo histórico com profundo sentido de permanência.

De acordo com a pesquisa que estamos desenvolvendo, compreendemos a Igreja Católica como instituição relativamente autônoma, por situar-se com uma certa independência em relação às esferas políticas e econômicas da sociedade. Destarte, entende-se que a Igreja não deve ser concebida como aparelho ideológico, tampouco como de hegemonia política do Estado, porque tal definição implica em subsumi-la à burocracia estatal.

Podemos dizer que neste período a Igreja passou por transformações profundas e tomou a iniciativa de propor mudanças sociais e culturais em relação a alguns setores importantes da sociedade brasileira. A partir de uma análise institucional, compreendemos que as modificações ocorridas no interior da Igreja são uma tentativa de defender seus interesses e de expandir sua influência. Desta forma, a instituição muda porque suas necessidades de adaptações forçam a alterações que estejam de acordo com as modificações da sociedade. Trazendo essa análise para o nosso contexto mais específico, percebemos que as reformas sociais defendidas pela Igreja tratavam-se de uma estratégia para assegurar as massas no meio rural, uma vez que, ao deixarem o campo, as pessoas, muitas das vezes, abandonavam também as práticas simbólicas e os valores religiosos católicos. Podemos dizer que as modificações ocorridas na Igreja resultaram de um conjunto de transformações no campo político, econômico e social, além das mudanças ocorridas no posicionamento social católico em um plano internacional. Assim sendo, isolar as condições sociais e políticas ou a nova doutrina institucional como fator único de mudança, é deixar de perceber o caráter dialético desse processo.

As encíclicas *Mater et magistra*¹³ (1961) e *Pacem in terris*¹⁴ (1963), promulgadas pelo Papa João XXIII, mudaram o pensamento católico oficial da época e desenvolveram uma nova concepção de Igreja, em conjunto com o mundo secular moderno. Tais medidas estavam comprometidas em melhorar o destino dos seres humanos e promover a justiça social dentro da ordem econômica capitalista, que se mostrava bastante excludente com amplos setores da população mundial. Além disso, teve início, em 1962, o Concílio Vaticano II, ¹⁵ sob a orientação

¹² ROMANO. Op. cit., 1979.

¹³ Disponível em: http://www.vatican.va/holy father/john xxiii/encyclicals/>. Acesso em: 09 jul. 2013.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Podemos dizer que o Concílio Vaticano II foi a mais ampla reforma da história da Igreja, a fim de tornar o catolicismo relevante em um mundo moderno que encontrava-se em rápida transformação. Nesse sentido, o Vaticano II aprovou medidas como a missa nas línguas nacionais, uma maior ênfase nos leigos, na justiça social e nos direitos humanos. Inspirada no novo espírito criado pelo Concílio Vaticano II, a Igreja Católica no Brasil busca se aproximar da religiosidade popular. Para um aprofundamento ler: AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*: aspectos históricos. Petrópolis: Vozes, 1978.

do Papa João XXIII, no qual reuniu bispos do mundo inteiro, em Roma, para discutir uma concepção mais aberta de Igreja.

Desta forma a Igreja prega a necessidade de uma nova organização filosófico-religiosa aliada às reformas sociais, sobretudo à reforma agrária, a fim de melhorar as condições humanas no meio rural e extirpar os pretextos para a difusão de ideias comunistas; além de destacar que a missão da Igreja não é apenas levar a mensagem religiosa para a população, mas perpassar a esfera dos assuntos temporais.

Durante as décadas de 50 e 60, a Igreja Católica propôs um determinado modelo de reforma agrária para o país. Então: qual tipo de reforma agrária a Igreja propôs? Será que visava unicamente os interesses dos grupos desfavorecidos? Neste momento, iremos expor como a Igreja se inseriu nos debates sobre a reforma agrária, no período em que setores da sociedade brasileira se radicalizavam e o problema agrário encontrava-se no âmago das disputas de então.

Dentro da perspectiva nacional-desenvolvimentista, a reforma agrária era fundamental para que o capitalismo no país conseguisse atingir um nível superior de desenvolvimento econômico. Por sua vez, era necessário elevar a produção agrícola e, concomitantemente, buscava-se expandir o mercado interno para os bens manufaturados. Por tais razões, propunhase uma melhor redistribuição de terras improdutivas a fim de combater os conflitos sociais e gerar um maior desenvolvimento econômico.

Apesar de a instituição católica ser um tanto conservadora, quando o que está em questão, são os direitos de propriedade, havia na Igreja amplos setores que vislumbravam a necessidade de uma mudança radical na nossa estrutura fundiária como a única forma de evitar o agravamento dos conflitos no campo. Nesse sentido, insere-se a I Semana Ruralista da diocese de Campanha, localizada no interior de Minas Gerais, onde o bispo Dom Inocêncio Engelke escreveu uma carta pastoral, intitulada *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, ¹⁶ na qual expressava o receio da Igreja Católica deixar de exercer a sua influência no meio rural. Nesse sentido, o bispo fazia alertas, como o da necessidade de precipitar as reformas sociais no campo para a Igreja não perder o operariado rural, após ter perdido o urbano. Portanto, este documento expunha as preocupações que se mantiveram no centro das inquietações de amplos setores da Igreja nas décadas seguintes, como: o êxodo rural; os efeitos desagregadores da vida na cidade; o perigo do comunismo e a agitação política no campo.

¹⁶ ENGELKE, Inocêncio. Conosco sem nós ou contra nós se fará a reforma rural [Campanha-MG, 1950]. In: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, *Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976.

Podemos dizer que a Carta Pastoral propunha uma reforma de estrutura de base, com o intuito de formar líderes rurais a fim de manter sob seu controle o imenso proletariado rural. Assim, a Igreja acreditava que os camponeses apoiados na ação e na palavra de elementos de seu meio, conseguiriam se defender mais facilmente das ideias externas ao meio rural.

A luta pela cidadania política dos trabalhadores rurais também estabeleceu uma nova realidade na história social do Brasil. Assim, as Ligas Camponesas ¹⁷ surgem no cenário nacional como instrumento de resistência de pequenos agricultores e não-proprietários, que lutavam contra a tentativa de expulsão das terras onde trabalhavam e posteriormente apresentaram uma rápida expansão na região nordeste do país.

O presente movimento contestava, sobretudo, a dominação econômica e política a que as populações rurais estavam submetidas havia séculos. Em alguns lugares, incidiram conflitos armados entre proprietários de terras e camponeses; deste modo os latifundiários mandaram perseguir e assassinar líderes rurais, portanto, os proprietários de terras estavam cada vez mais alarmados com a politização das massas.

Outro ponto importante diz respeito à necessidade dos agricultores de modernizarem suas técnicas. Tal mudança era considerada, por alguns, mais urgente que a reforma agrária. No entanto, os setores mais conservadores das elites estavam atentos para os perigos que poderiam acompanhá-los ao se adequarem às novas técnicas de produção, uma vez que o desenvolvimento técnico da agricultura e os contatos constantes com os centros urbanos urbanos, por meio do rádio e de outros meios de comunicação, poderiam influenciar no estilo de vida e na sua forma de pensar da massa camponesa.

Nesse contexto, devemos ressaltar a permanente ideia de missão da Igreja, isto é, a sua necessidade de evangelização e orientação moral, para tanto, o rádio era tido como o meio mais eficaz para atingir as massas. Desta forma, acreditavam que uma emissora de rádio católica facilitaria a transmissão dos valores cristãos a um maior número possível de pessoas e, por sua vez, sobrepor-se-ia aos discursos exógenos ao meio rural. Vejamos o que disse um missionário francês a respeito do tema, na seção *Assuntos Pastorais* da REB:

Vejo nesta diocese, onde exerço meus ministérios, muitos sacerdotes ocupados em fazer ou reparar igrejas. Empregam somas enormes para isso. Pergunto para mim mesmo para que serve tudo isso sem a propaganda anticomunista; apoderando-se do país, este regime condenará a Igreja ao silêncio das catacumbas. As igrejas se transformarão, como na China e alhures, em salas de cinema ou de bailes. Não digo que não seja necessário construir igrejas, mas ao mesmo tempo seria mister provocar em todo o país um movimento, a fim de se conseguir quanto antes uma grande estação

73

¹⁷ As Ligas Camponesas surgiram em 1955, no estado de Pernambuco, e eram lideradas por Francisco Julião, além ter recebido o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

de rádio católica. E então que força maravilhosa para atingir esses milhões de operários do Rio, São Paulo etc., que são os mais poderosos sustentáculos do comunismo? Não, lerão o jornal católico, mas muitos ouvirão o rádio.¹⁸

Percebemos que, para manter a sua influência, a Igreja Católica seguiu o lema de evangelizar e orientar a população rural utilizando como instrumento o Movimento de Educação de Base (MEB), pois este movimento possuía a finalidade de introjetar os valores cristãos no homem rural e não apenas dar-lhe uma educação e qualificação formais, que o preparasse para a vida em um país que passava por rápidas transformações econômicas. Nossa opinião é endossada pelo discurso de um padre franciscano na REB, no início da década de 1960: "Reiteramos nossa confiança no MEB e estamos certos de que sem educação de base será vão o esforço de mera recuperação econômica, por mais aparato técnico de que se revista o planejamento". 19

Consideramos de suma importância abordar o *Movimento de Educação de Base* por considerá-lo um instrumento pedagógico necessário para compreendermos as tentativas de mudanças de consciências realizadas pela Igreja, a fim de incutir e garantir os valores da doutrina social cristã nos trabalhadores rurais. Deste modo, os camponeses se posicionariam mais facilmente em prol de uma reforma agrária nos moldes legais, dentro da ordem, que garantiria o direito de propriedade e a conservação da religião católica.

Em 1960 ocorreu a declaração dos arcebispos e bispos presentes à reunião das províncias eclesiásticas de São Paulo, a fim de discutir o projeto de *Revisão Agrária* do governo paulista. Nesta declaração, os bispos dirigiam-se primeiramente aos proprietários rurais, fazendo um apelo no qual afirmavam que a paz social do país encontrava-se nas mãos de tais proprietários e pediam que estes examinassem com cautela o projeto em questão.

No que concerne aos trabalhadores, os bispos solicitavam que procurassem um sacerdote, a fim de orientá-los no plano de *Revisão Agrária*. Isto evitaria que os camponeses interpretassem mal o referido projeto. Vejamos o que diz a declaração a esse respeito, publicada na REB:

Vossa responsabilidade também é muito grave. Procurai, quanto antes, uma pessoa esclarecida e cristã que vos dê a palavra exata sôbre o alcance da Revisão Agrária, pois seria uma lástima desconhecê-la e seria um perigo entendê-la mal, caso ela vos fôsse apresentada de modo tendencioso por agitadores interessados em explorá-la... Quando o comunismo vos convidar para grupos e ligas de defesa dos vossos

¹⁸ Pregai por sobre os telhados. In: REB, v. 15, fascículo 02, jun. 1955, p. 415. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01.12.

¹⁹ A Igreja e a situação no meio rural brasileiro. In: REB, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 952. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 09.

interêsses, já deveis estar organizados em núcleos democráticos e construtivos que desejamos ajudar a criar, independente de qualquer exigência religiosa. ²⁰

A partir do fragmento citado acima percebemos que a Igreja Católica procurou persuadir o operariado rural a aderir este projeto, argumentando que a *Revisão Agrária* visava melhorar as condições de vida no campo e que para isso não teria necessidade de nenhuma "agitação vermelha". Logo, percebemos uma disputa de hegemonia entre um projeto de esquerda revolucionário e um projeto legalista cristão.

Em relação aos sacerdotes, sobretudo os párocos, o projeto atribuía uma enorme responsabilidade, no sentido de procurar os proprietários rurais e explicar o objetivo do plano sobredito, mostrando que nesta conjuntura a reforma agrária tornou-se inevitável. Ao mesmo tempo cabia-lhes a responsabilidade de tutelar os trabalhadores rurais na interpretação do projeto. Portanto, os padres se apresentavam como mediadores entre as classes em conflito e como líderes na defesa de um projeto da Igreja em aliança com o Estado. Então:

Procurai, um a um, os proprietários rurais que têm propriedades em vossas paróquias. Transmiti-lhes o espírito autentico da Revisão Agrária. Afastai dúvidas. Removei possíveis preconceitos. Conciliai boa vontade. Não vacileis em afirmar que a Reforma Agrária é inevitável; a escolha é entre uma reforma equilibrada e razoável e a revolução rural que o comunismo ateará explorando a situação precária e, por vêzes explosiva, do meio rural.²¹

Desta forma, os bispos mencionavam que seria um erro imaginar que todo modelo de reforma agrária conduziria ao socialismo, ao contrário, existiria um modelo que o evitaria. E concluíam que neste momento existiam duas opções: a primeira seria uma reforma agrária dentro dos moldes legais, comedida e benéfica a sociedade; e a segunda seria a revolução agrária nos padrões comunistas, que faria ruir toda a ordem e valores até então existentes.

Fica evidente, desta forma, que existia um temor, por parte da Igreja, de que houvesse uma revolução no campo. Assim, a mobilização da instituição católica em prol de um modelo pacífico de reforma agrária, que promovesse a justiça social sem a alteração do *status quo*, demonstra o seu empenho em considerar o projeto paulista como exemplo para todo o país.

Percebemos que a Igreja possuía uma ideia de missão, ou seja, ao pelejar contra os problemas sociais, a referida instituição e sua doutrina permaneciam na *consciência do povo* e, ao indicar soluções para tais questões, ela se propunha como fazendo parte da solução. Assim,

²⁰ Líderes para a revisão agrária. In: REB, v. 21, fascículo 01, mar. 1961, p. 136-137. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,01.

²¹ Idem.

ao pesquisarmos a REB compreendemos que a Igreja defendia a utilização de uma doutrina social cristã, a fim de resolver os problemas do meio rural.

Não serão as doutrinas marxistas, atéias e desumanas, que irão salvar o homem do campo e o operário de um País Cristão e de tradições pacíficas como é o Brasil. Aí está a doutrina social da Igreja, consubstanciada na *Rerum Novarum*, na *Quadragesimo Anno* e, agora, na oportuníssima *Mater et Magistra*, de João XXIII, capaz de resolver todos os problemas que afligem o homem do trabalho em nossa querida Pátria. ²²

Posteriormente ocorreu o golpe civil-militar de 1964 e um de seus objetivos era impedir uma revolução agrária no Brasil. Torna-se evidente o fato do governo golpista estar motivado, dentre outras coisas, a intervir na questão agrária, a fim de evitar que a população rural interferisse no *pacto de classes* que sustentava o país. Neste período conflituoso foi lançado o *Estatuto da terra*, ²³ que, segundo Martins, ²⁴ foi uma maneira de armar o Estado de instrumentos capazes de administrar os conflitos sociais no campo. Devemos ter em mente que o *Estatuto* não apresentava um caráter unilateral (a favor das elites), ou seja, isso demonstra que em momentos mais graves, a pressão dos trabalhadores levava o Estado a aplicar os dispositivos a favor das classes subalternas contidos neste documento. ²⁵

Observamos que tanto a Igreja quanto o Estado defenderam uma reforma agrária nos moldes capitalistas – isto é, calcado na pequena propriedade familiar privada e não no controle estatal ou coletivo da terra –, para continuarem exercendo a sua supremacia no meio rural. Deste modo, o governo acreditava que tal reforma deveria ser um instrumento de modernização econômica e não de profundas transformações sociais, objetivando evitar que o problema da terra constituísse ponto de divergências políticas, no qual envolvessem uma redefinição do pacto político que sustentava o Estado. Já a Igreja, apresentava o interesse de a população permanecer no campo de maneira sustentável, com o intuito de essa população manter os valores tradicionais e, desta forma, o catolicismo permanecer com o seu espaço de liderança na zona rural garantido.

Portanto, através da REB percebemos a importância dada por uma parte do clero católico de instruir e auxiliar o trabalhador rural, a fim de mantê-los sob seu controle no campo,

²² A ofensiva das Ligas Camponesas. In: REB, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 780. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm. Acesso em: 06 abr. 2013.

²⁴ MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

²⁵ Devemos ter em mente que apesar de algumas concessões feitas ao operariado rural, o que prevaleceu com o *Estatuto da terra* foram os interesses dos latifundiários, enquanto que as causas dos trabalhadores foram postas em segundo plano.

mantendo-os longe dos outros discursos que rondavam com bastante vigor o meio urbano. Pois: "Instruído e amparado o agricultor, grande e pequeno, será um valioso elemento de equilíbrio social e político, sentir-se-á feliz na sua gleba e dará, de sua parte, vigoroso impulso ao processo do nosso desenvolvimento". ²⁶

Os setores mais progressistas da Igreja Católica apresentavam um discurso de modernização do campo, através do qual acreditava que ocorreria a libertação do homem rural. Assim, com as reformas sociais, a Igreja pretendia integrar a população rural ao sistema capitalista, através da garantia à pequena propriedade privada, visando diminuir a marginalização social. Por conseguinte, tal instituição supunha que ao defender um projeto de *Revisão agrária*, conseguiria primeiramente melhorar a situação do homem do campo, a fim de impedir o êxodo rural e, concomitantemente, evitar o processo revolucionário defendido pelos comunistas.

Logo, o programa político e social do episcopado não supera, e nem poderia superar, o horizonte capitalista, uma vez que a Igreja compreende o direito de propriedade como um direito natural. Entretanto, amplos setores da instituição entenderam que para ocorrer um desenvolvimento pleno do capitalismo fazia-se necessário uma redistribuição das terras e uma modernização do campo para que a economia rural não ficasse defasada.

Por fim, as profundas desigualdades sociais no meio rural e a manutenção do latifúndio foram fatores decisivos para a conservação de uma democracia política muito distinta das reais necessidades das classes populares. O que vemos é uma democracia extremamente limitada, por ser incapaz de superar o clientelismo, os currais eleitorais e o poder dos latifundiários.

77

²⁶ Nossos problemas agrários e rurais. In: REB, v. 22, fascículo 01, mar. 1962, p. 236. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,03.

PARTE III

APROPRIAÇÕES, SOCIABILIDADES LITERÁRIAS E IMPRESSOS

8. Com que samba eu vou para a folia que você me convidou?

Augusto Neves da Silva*

Resumo: Este artigo procura investigar os conflitos e as tensões em torno da utilização dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba do carnaval em Recife, especialmente nos desfiles das escolas: *Estudantes de São José* e *Gigantes do Samba* – principais agremiações que disputavam o título de campeã dos festejos momescos durante a década de 1960. Busca demonstrar o que estava em jogo para a permanência ou combate a presença de tais instrumentos e os limites das interpretações que resumem essa experiência a influência do frevo – entendido como a marca principal da cultura local. Este artigo sugere, a partir de recentes pesquisas sobre o carnaval em Recife e o desfile de escolas de samba em São Paulo, Rio de Janeiro e na própria capital pernambucana, outras possibilidades de investigação e compreensão da história do carnaval recifense e, por extensão, da própria historiografia da festa no Brasil. **Palavras-chave**: Escolas de samba; Carnaval em Recife; Tradição.

Abstract: This article search investigate the conflicts and the tensions around of the wind instruments utilization in the samba schools battery of the carnival in Recife, especially in the schools parades: *Estudantes de São José* and *Gigantes do Samba* — main association that disputed champion's festivities momescos title during decade of 1960. Search demonstrate what it was at stake for the stay or combat the presence of such instruments and the interpretations limits that summarize this experience the frevo influence — understood as the main mark of the local culture. This article suggests, starting from recent researches on the carnival in Recife and the samba schools parade in São Paulo, Rio de Janeiro and in the own from pernambucana capital, other history investigation and comprehension possibilities of the carnival recifense and, for extension, of the party historiography in Brazil.

Keywords: Samba schools; Carnival in Recife; Tradition.

Além de parafrasear Noel Rosa com o título acima, busco nessas linhas interpretar alguns indícios da presença dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba no carnaval em Recife. Até o início da década de 1970, as escolas *Estudantes de São José* e *Gigantes do Samba* não só eram as principais agremiações que disputavam o título de campeã dos festejos momescos, como também duelavam na construção de um modelo de samba para a capital pernambucana. Em torno desses conflitos estava a disputa por um lugar dentro da tradição carnavalesca local. Durante muitos anos as escolas de samba foram combatidas por inúmeros intelectuais locais, que entendiam essa prática como uma deturpação do legítimo e autêntico carnaval recifense, representado pelos clubes de frevo, maracatus e caboclinhos. ¹

^{*} Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF, sob a orientação da professora Dra. Martha Abreu. Contato: <a upustonev@gmail.com>.

¹ Para saber mais ver meu trabalho de mestrado: SILVA, Augusto Neves. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é?* Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

Assim, na busca por um lugar no seleto grupo da tradição carnavalesca local, os sambistas da *Estudantes de São José* afirmavam fazer o "verdadeiro samba pernambucano" com instrumentos de sopro em sua bateria. Já os sambistas de *Gigantes do Samba* se intitulavam os "mais tradicionais" por fazer samba semelhante a suas congêneres cariocas, ou seja, apenas com instrumentos de percussão.²

Segundo o historiador Ivaldo Marciano de França Lima, o que estava em debate nesses anos de 1960, era a busca pela legitimidade e aceitação das escolas. Pois, caso adquirissem elementos com a marca do que era entendido como "cultura local", poderiam angariar mais espaços e serem melhor aceitas. Os instrumentos de sopro davam às agremiações do samba um formato diferente das cariocas que, com isso, poderiam almejar um lugar no conjunto das "tradições carnavalescas recifenses". Dessa forma, as disputas em torno de uma prática de samba para o carnaval do Recife nos anos de 1960, circundavam em torno da seguinte questão: o samba praticado em Pernambuco deveria seguir os padrões do Rio de Janeiro ou 'inventar' um novo modelo? Essa era a principal questão.

De acordo com a fotografía abaixo, retirada de uma matéria de jornal, é possível visualizar instrumentos de sopro também na própria bateria da Escola *Gigantes do Samba*, apesar de durante meados dos anos de 1960 o seu mestre de bateria, José Carlos da Silva, conhecido como Lavanca, ter sido um dos maiores combatentes desses elementos nas escolas de samba.



Imagem 1: Escola *Gigantes do Samba* reconquistou a hegemonia. In: *Diário de Pernambuco*, 13 fev. 1964, p. 8, I Caderno – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

² Escola de Samba: o clube social do morro. In: *Diário de Pernambuco*, 01 fev. 1970, p. 1, III Caderno; Quilombo dos palmares será tema de *Estudantes de São José*. In: *Diário de Pernambuco*, 05 fev. 1970, p. 6, I Caderno; Estudantes canta Zumbi e Gigantes mostra inconfidência. In: *Diário de Pernambuco*, 08 fev. 1970, p. 5, III Caderno; E a pracinha explodiu na batucada dos bambas. In: *Diário de Pernambuco*, 12 fev. 1970, p. 16, I Caderno; Escolas só com batuque. In: *Diário da Noite*, 26 jan. 1966, p. 2; Gigantes e Estudantes: samba de uma nota só. In: *Diário da Noite*, 15 fev. 1969, p. 4, I Caderno; Só deus pode silenciar o trombone de Zezinho. In: *Diário da Noite*, 22 jan. 1973, p. 6; Zezinho da Estudantes garantiu o show do Português, Coluna do Moysés. In: *Diário da Noite*, 30 out. 1973, p. 6; Zezinho deixa *Estudantes de São José*, Coluna do Moysés. *Diário da Noite*, 03 jan. 1975, p. 5 – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

³ LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Entre Pernambuco e África*. História dos Maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000) (Tese em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2010, p. 218.

José Carlos da Silva, mais conhecido como Lavanca, é uma das figuras mais emblemáticas da "tradição sambística" no Recife.⁴ Lavanca é reconhecido por parcela dos sambistas local como a pessoa que construiu um padrão de desfile para as escolas de samba em Recife muito semelhante ao que era feito no Rio de Janeiro. Nos jornais apresentava-se como um dos "combatentes" dos instrumentos de sopro nas baterias das escolas, para ele, samba deveria ser praticado apenas com instrumentos de percussão. De acordo com a matéria abaixo, Lavanca entrou em contato com o samba praticado na Guanabara quando passou a frequentar a escola de samba *Portela* e, de volta ao Recife, procurava difundir os estilos apropriados por lá.

Escolas só com batuque – após o carnaval de 1965 ficou praticamente acertado que as Escolas de Samba não iriam desfilar este ano com instrumentos de sopro (trombone). Quem defende a apresentação das Escolas exclusivamente com o batuque, a exemplo do que ocorre na Guanabara, é o próprio "Mestre de Harmonia" da ES "Gigante do Samba", José Carlos da Silva (Lavanca), sub-oficial reformado da Armada e ex-integrante da Portela, do Rio. Resta apenas que a Comissão Organizadora do Carnaval, em vez de um gesto pateta de marcar o desfile dessas agremiações, torne efetiva essa deliberação, partida, aliás, dos próprios dirigentes de Escolas de samba.⁵

No entanto, segundo o sambista Belo-X, quem "acabou" como os instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba foi ele próprio. Depois de passar algum tempo no Rio de Janeiro e conviver com sambistas da *Portela*, *Império Serrano*, *Vila Isabel* e *Mocidade Independente de Padre Miguel*, Belo-X retornou ao Recife e procurou "inovar" a prática de samba na cidade. Relata que encontrou objeção entre alguns importantes nomes da escola a que estava ligado na época, *Estudantes de São José*, como Zezinho do Trombone e Waldeck Melo.⁶

Não havia samba enredo, os sambas não eram trazidos no cavaquinho, eram trazidos no trombone. Quando eu voltei do Rio, eu acabei com esse negócio em *Estudantes de São José*, acabei com o sopro. Tinha Zezinho do trombone muito famoso, nós ainda estávamos muito quadrados, eu cheguei do Rio agora, e foi aquela briga do caramba, Waldeck Melo não queria, ficou com raiva de mim. Em meados dos anos sessenta, com um samba meu, sobre o casamento de Tereza Cristina, agente colocou o cavaco. O pessoal não aceitou muito não, mas vou aos poucos aceitando pelas escolas de

⁴ Lavanca foi um mestre de bateria da escola de Samba *Gigantes do Samba*. Sobre Lavanca, o jornalista Valdi Coutinho alude: "Mestre Lavanca, um dos maiores mestres de bateria, inconfundível, com estilo, com uma personalidade, com carisma incrível. Lavanca tinha um estilo pessoal de comandar a bateria, de ser uma espécie de maestro que encantava toda vez que Gigantes passava, ele foi o mais famoso e carismático mestre de bateria que conheci". Valdi José Coutinho, nascido em 25 de outubro de 1942 na cidade de Aliança – PE. Jornalista e Teatrólogo, foi durante muitos anos ligado ao *Diário de Pernambuco*, onde ingressou em 1968 permanecendo até 1998, quando se aposentou. Informações obtidas junto à entrevista realizada por mim em 24 de junho de 2010 com o referido jornalista.

⁵ Escolas só com batuque. In: *Diário da Noite*, 26 jan. 1966, p. 2 (APEJE) [grifos meus].

⁶ Entrevista realizada por mim com o sambista Antônio José de Santana, mais conhecido como Belo-X, em 26 de novembro de 2010.

samba do Rio, que já faziam assim. E depois disso foi que começou a acabar com essa mística do trombone aqui. E *Gigantes* também depois mudou.⁷

Na pesquisa com os jornais, encontrei uma matéria que destacava a atividade de outro sambista, Sebastião da Silva, mais conhecido como "Boneco de Mola". Esse sambista na escola *Gigantes do Samba* exercia a função de "copiador", ou seja, frequentemente realizava viagens ao Rio de Janeiro para entrar em contato com as "novidades" das escolas cariocas e implementar essas medidas na sua agremiação em Recife. É interessante destacar que, de acordo com essa matéria, o sambista Boneco de Mola apareceu como uma das pessoas responsáveis por introduzir em *Gigantes do Samba*, uma prática de samba difundida no Rio de Janeiro, e não o mestre de bateria Lavanca.

Gigantes tem grande arma na passarela / Nas rodas de samba e nas escolas de samba do Recife, pouca gente conhece Sebastião da Silva. Mas, "Boneco de Mola" - seu apelido - todo mundo conhece e respeita. Sebastião "Boneco de Mola" é de Gigantes do Samba, onde além de comandar uma ala importante nos desfiles, tem uma missão pouco conhecida dos leigos: é "copiador". Todo ano, Sebastião da Silva viaja, ao Rio, onde, de julho a dezembro, acompanha ensaios de todas as escolas de samba cariocas. Na sua missão de "copiador" ele assimila todas as novidades e bossas implantadas, todo ano, no modo de gingar e sambar do passista de lá. Depois as traz para o Recife e ensina as novas bossas para todos os passistas da Gigante do Samba. Por isso faz questão de afirmar que, em todo o carnaval, a Gigantes desfila com o que há de mais moderno em matéria de samba, de passo e de ginga. Dos 21 anos de sua vida, Sebastião dedica quatro anos a sua missão de "copiador", "por amor a Gigantes", como ele próprio afirma. Todo ano, por conta própria, vai ao Rio para desempenhar seu oficio. Agora está na terra, com todas as novidades que as escolas de samba do Rio vão apresentar no carnaval deste ano. E, sem perda de tempo, já começou a ensinar e ensaiar os seus discípulos da Gigantes do Samba nas novas bossas cariocas deste carnaval. E neste fevereiro, como acontece sempre, o pernambucano Sebastião da Silva estará à frente da sua ala "Os 7 Bonecos de Mola", garantindo – afirma ele – os 10 pontos anuais que sempre consegue para a sua Gigantes do Samba nessa modalidade.8

Por meio do relato de Belo-X, bem como da matéria de jornal a respeito de Boneco de mola, posso interpretar que outras vozes buscavam para si a introdução no Recife de uma prática de samba semelhante ao que era realizado no Rio de Janeiro, e não somente Lavanca. O que estava em jogo era a disputa de ser legitimado como o "precursor" da autenticidade do samba, que estava (está) atrelado ao que era (é) praticado pelas escolas cariocas.

No entanto, nem todos os sambistas confirmam a presença dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba. O sambista José Bonifácio, conhecido como "Deca", chegou a afirmar que isso nunca existiu. Que foi um modismo de poucas escolas, como a *Estudantes*

⁷ Idem.

Idelli.

⁸ Gigantes tem grande arma na Passarela. In: *Diário da Noite*, 18 jan. 1972, p. 3, I Caderno (APEJE).

de São José. E que os instrumentos de sopro serviriam apenas para anunciar a escola na avenida.⁹

Contudo, a partir da análise do depoimento de outros sambistas, das matérias de jornais, bem como de algumas fotografías, é possível compreender que esses elementos eram utilizados pelas escolas durante suas apresentações. ¹⁰ Quando indagado por mim sobre a presença dos instrumentos de sobro na bateria das escolas, seu Deca foi incisivo:

É um crime! Se botar instrumentos de sopro numa bateria está tirando a originalidade de uma bateria, porque a percussão do samba é a percussão dos negros, e os negros nunca estudaram num conservatório para aprender música metálica [...]. Em Recife teve um ano, uma época que um ou dois saxofonistas eram amigos do povo da escola, como Estudantes de São José teve que eu me lembre só Estudantes teve, na época dos desfiles, mas muito pouco, não prevaleceu porque destoa dele quem conhece a percussão do samba está sabendo que não cabe metal no samba, é mesmo que pegar um bloco carnavalesco, um bloco lírico e botar instrumentos.¹¹

É interessante compreender hoje como certos sambistas procuram negar a presença dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba. São categóricos em relatar que esse acontecimento foi apenas um modismo que não era bem visto e, por isso, não se perpetuou. Era uma prática efêmera. Por outro lado, matérias nos jornais e fotografias demonstram uma realidade diferente da defendida pelos construtores de samba, como seu Deca. Do relato do referido sambista, posso questionar ainda sua afirmação de que apenas a escola *Estudantes de São José* utilizava esses instrumentos, quando fotografias e a atuação de combate do próprio mestre de bateria Lavanca em *Gigantes do Samba* a contrariam.

Imagem 2: Carnaval de 1957. Músicos da escola de samba Gigantes do Samba, no palanque da Praça do Diário, centro do Recife. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade do Recife (MCR). Localização: 03148. Fotógrafo: Severino Fragoso.



⁹ Entrevista realizada por mim em 22 abr. 2010, com o sambista José Bonifácio Dias dos Santos, conhecido como Deca.

¹⁰ Escolas só com batuque. *Diário da Noite*, 26 jan. 1966, p. 2. Só Deus pode silenciar o trombone de Zezinho. *Diário da Noite*, 22 jan. 1973, p. 6. Zezinho da Estudantes garantiu o show do Português, Coluna do Moysés. *Diário da Noite*, 30 out. 1973, p. 6; Zezinho deixa Estudantes de São José, Moysés. *Diário da Noite*, 03 jan. 1975, p. 5 (APETE)

¹¹ Entrevista realizada por mim em 22 abr. 2010, com o sambista José Bonifácio Dias dos Santos, conhecido como Deca [grifos meus].

Através da fotografia acima, é possível identificar instrumentos de sopro nas mãos dos sambistas. De acordo com a referência, nesta fotografia vê-se a *Gigantes do Samba*, escola na qual alguns dos seus integrantes combateram a presença dos instrumentos de sopro na bateria, durante os anos de 1960. No entanto, obviamente se Lavanca combatia esses elementos era porque, de certa forma, eles estavam presentes na bateria das escolas.

Não foram apenas os sambistas que se posicionaram a respeito do debate sobre a validade ou não da presença dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba em Recife. Em seus estudos, a antropóloga Katarina Real¹² destacou esses elementos como o diferencial das agremiações recifenses em relação a suas congêneres no Rio de Janeiro. Destacou que, até o final dos anos de 1960, a maioria das escolas de samba utilizavam os instrumentos de sopro, principalmente, pistão e trompete. Perguntava-se se essa presença era a influência do frevo? E sobre isso afirmou:

É na composição do conjunto instrumental que as escolas recifenses evidenciam algumas diferenças relativamente às do Rio. Além dos tamborins, pandeiros, cuícas, cabaças, agogôs, etc. típicos da escola de samba em todo o Brasil, as escolas do Recife sempre saem com alguns instrumentos de sopro, principalmente trombones e pistão. Seria influência do frevo nas escolas de samba? Há vários entusiastas do samba que acham que esses instrumentos de sopro representam uma 'descaracterização' e que tais grupos deviam utilizar exclusivamente instrumentos de percussão.¹³

Outro intelectual a posicionar-se a respeito da questão foi o folclorista Roberto Câmara Benjamin,¹⁴ que salientou que "a utilização desses elementos era a marca da cultura pernambucana, era a influência do frevo". Benjamin afirmou que o "externo", no caso o samba, aos poucos foi adquirindo os sinais da "legítima cultura recifense", ou seja, do frevo. Aos

¹² Katarina Cate Real nasceu no dia 07 de dezembro de 1927, na cidade de Annapólis, Maryland, Estados Unidos. Formou-se em Artes e Estudos Luso Brasileiros, pela Stanford University, em 1949. Na capital pernambucana, Katarina atuou principalmente junto à Comissão Pernambucana de Folclore (CPF), de 1964 a 1968, e foi presidente da Comissão Organizadora do Carnaval de Recife, de 1966 a 1968. Nos anos de 1960 terminou seu mestrado em Antropologia e Estudos de Folclore, na Universidade da Carolina do Norte, em Chape Hill (UNC-CH), sua dissertação foi sobre o carnaval brasileiro. KUBRUSLY, Clarisse. *Reflexão antropológica sobre a "experiência etnográfica" de Katarina Real com os maracatus em Recife* (Dissertação em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 30-41.

REAL, Katarina. O Folclore no carnaval do Recife. 2. ed. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1990, p. 51.
 Roberto Câmara Benjamin nasceu em 1943 na cidade do Recife. Filho do professor Coronel José Emerson Benjamin e da Professora Inspetora Federal de Ensino, Laudelina Câmara Benjamin. Bacharel em jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), especializou-se em Ciência da Informação no Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina, em Quito, Equador. Promotor Público, Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Professor Titular da Universidade Católica de Pernambuco, Membro da Comissão Pernambucana de Folclore. Escreveu vários livros, entre eles: Expressão literária popular (1970); e Maracatus rurais (1976). In: MAIOR, Mário Souto. Dicionário de folcloristas brasileiros. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1999, p. 160.

poucos o samba "importado" do Rio de Janeiro foi sendo reprocessado até transforma-se num produto de aceitação local.

A cultura popular, com sua dinâmica própria e sob a influência de diversos fatores incorporou o samba às autênticas e tradicionais manifestações do carnaval de Pernambuco. [...] O novo recebido e aceito vai sendo devorado e digerido, reprocessado até resultar em um produto ou valor, que apresentando ainda as características de original importado tem a marca local. No caso da importação do samba carioca, já é possível sentir no Recife a ação das forças locais, marcando um distanciamento entre a manifestação observada no carnaval pernambucano e o samba do carnaval carioca. As diferenciações ocorrem apesar da resistência de dirigentes de escolas e organizadores do carnaval que pretendem manter o samba do Recife fiel ao modelo carioca. Enquanto as autoridades agem assim, as tradições pernambucanas roem por dentro as escolas, agindo nas suas baterias, e nos passistas, preparando um samba autenticamente pernambucano cuja consagração se aproxima. O samba encontrou em Pernambuco uma fortíssima tradição de percussão pesada, de gente vinda e vivida nos terreiros de xangô, e nos maracatus; [...] o samba carnavalesco de Pernambuco já é, e será cada vez mais – uma música onde prevalecerá a execução instrumental, com variações e improvisos sobre a execução vocal convencional. 15

Para Roberto Câmara Benjamin, o samba em Recife foi fruto de uma transposição do Rio de Janeiro, que aos poucos foi adquirindo uma marca local. Em suas palavras, "esse samba invasor" causou certo furor entre os foliões, e, mesmo contra a vontade de algumas lideranças das escolas, "a força da cultura pernambucana vai corroendo por dentro suas baterias", o transformando num ritmo "da terra". O historiador Ivaldo Marciano de França Lima, sobre a questão, salientou que: "O samba, a meu ver, foi se constituindo em um processo de influências do frevo e de outras práticas culturais, em meio às imitações das escolas de samba cariocas". ¹⁶

Com os diálogos, no trânsito cultural do samba em Recife com o que era feito no Rio de Janeiro, acredito que nenhuma prática surge do nada, mas sim, através da interação com outras já existentes. No entanto, não acredito que a presença dos instrumentos de sopro nas baterias das escolas de samba possa ser entendida como a marca do frevo, esse é um processo mais complexo que necessita de maiores estudos para que se possa fazer uma afirmação mais enfática.

A historiadora Zélia Lopes da Silva, quando analisou os começos das escolas de samba na capital paulista, salientou as diferenças dessas agremiações para com suas congêneres cariocas. Destacou que, como muitos dos fundadores das escolas de samba vinham dos cordões carnavalescos, ou mesmo das tradicionais rodas de samba da cidade, sua base instrumental era

BENJAMIN, Roberto Câmara. Samba de Carnaval. In: MAIOR, Souto; SILVA, Leonardo Dantas (orgs.).
 Antologia do carnaval em Recife. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1991, p. 335-336 [grifos meus].
 LIMA, Ivaldo Marciano de França. Op. cit., 2010, p. 229.

diferente da das escolas do Rio de Janeiro, mencionando os estudos de Wilson de Moraes, que salientou:

Traz como fundamentação para seus argumentos os depoimentos de Sebastião E. Amaral e Alcides Marcondes, este último instrumentista da *Lavapés*. Marcondes, além de seu flautim, relacionou para aquela escola "cavaquinho, pandeiro, reco-reco, surdo, um ganzá e coisa, pra fazer ritmo e tal e eu é que garantia. Depois teve um tempo que nós arranjamos um trombone... da casa de Seu Antoninho. Tocava de ouvido, mas era muito bom trombone, viu?".¹⁷

De acordo com os estudos realizados por Wilson de Moraes, e destacados por Zélia Lopes da Silva, os instrumentos de sopro estavam associados aos começos das escolas de samba na capital paulista, estando presentes até o ano de 1968, quando "as escolas de samba paulistanas passaram a ser estruturadas de acordo com o modelo carioca". ¹⁸ Ou seja, as escolas de samba de São Paulo tiveram instrumentos de sopro em sua bateria. E será que por aquelas plagas essa "peculiaridade" também foi a marca da influência do frevo como apontado em Recife por alguns pesquisadores?

A respeito da presença desses elementos na bateria das escolas de samba do Rio de Janeiro, Hermano Vianna alude que os desfiles dessas agremiações foram oficializados em 1932 e que no ano seguinte "formulou um regulamento para o certame, no qual se estabelece a proibição dos instrumentos de sopro e a obrigatoriedade da ala das baianas". Dessa forma, será que a presença desses instrumentos na bateria das escolas de samba cariocas também foi resultado da influência do frevo?

Trago também para a discussão as análises realizadas pelo pesquisador Roberto Moura, que salientou que nos anos de 1930, após a proibição dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba cariocas, os seus desfiles vieram "sepultar" um modelo de carnaval pautado nas grandes sociedades e nas tradicionais agremiações de frevo da cidade. Segundo Moura, o "sucesso" do desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro estava atrelado à condenação de outras práticas carnavalescas, entre elas os grupos de frevo. Ou seja, esse pesquisador também confirmou a presença de instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba cariocas.

As escolas, por vocação ou destino, encaminham-se não apenas para serem aceitas no panorama do carnaval – mas converteram-se em sua galinha dos ovos de ouro, num

¹⁷ MORAES *apud* SILVA. Os carnavais da cidade de São Paulo nos anos de 1938 a 1945. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 81-82.

¹⁸ Idem, 2004, p. 81.

¹⁹ VIANNA, Hermano. O mistério do samba. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar / UFRJ, 2007, p. 124.

processo que acabou por sepultar definitivamente as grandes sociedades e as agremiações tradicionais de frevos e ranchos.²⁰

Assim, será que a presença dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba em Recife, entre os anos de 1950 e 1960, não estava dialogando com aquele "modelo" de desfile feito nos anos de 1930 no Rio de Janeiro? Ou, como defenderam alguns pesquisadores, era a marca do frevo?

Acredito serem precipitadas as afirmações do folclorista Roberto Câmara Benjamin, quando salientou que esse processo era a "marca da cultura local", bem como as do historiador Ivaldo Marciano de França Lima, quando afirmou que a presença dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba recifenses era fruto da "influência do frevo".

Como venho salientando, a questão dos instrumentos de sopro nas escolas necessita de estudos mais aprofundados. Além disso, olhar para esta presença na bateria das escolas de samba e ver nela, de imediato, a marca do frevo é naturalizar a história, é tomar a interpretação do objeto como o "lugar comum" e elevar o evidente, o dado e o natural à condição de "verdade". "É preciso extrair das palavras e da língua os enunciados correspondentes a cada estrato e a seus limiares, mas também extrair das coisas e da vista as possibilidades, as evidências próprias a cada estrato".²¹

É como se a presença dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba contivesse um significado evidente que se encontrava impresso e expresso no acontecimento. Dito de outra forma, se para tocar frevo necessita de instrumentos de sopro, e como esses elementos estavam presentes nas escolas de samba, logo, isso seria a influência do frevo! Entretanto, não partilho dessas conclusões, tampouco acredito que seja possível estabelecer definições em que as palavras ou os conceitos conteriam o próprio sentido e significado do mundo. Dessa forma, prefiro seguir outros caminhos que o apontado pelos referidos pesquisadores.

Nesta esteira, deve-se levar em consideração que muitas das agremiações carnavalescas recifenses utilizavam instrumentos de sopro em seus desfiles, assim como o grande contingente de bandas marciais espalhadas pela cidade, o que, de certa forma, proporcionava um número elevado desses elementos. Nesse sentido, posso conjecturar que, como havia uma maior

²⁰ MOURA, Roberto. *No princípio era a roda*: um estudo sobre samba, partido alto e outros pagodes. Rio de Janeiro: Rocco, 2004, p. 151.

²¹ Gilles Deleuze definiu os estratos como "formações históricas, positividades ou empiricidades, 'Camadas sedimentares'. Eles são feitos de coisas e de palavras, de ver e de falar, de visível e de dizível, de regiões de visibilidade e campos de legitimidade, de conteúdos e de expressões". DELEUZE, Gilles. Topologia: "Pensar de outra forma". In: FOUCAULT, Michel. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 57-62.

facilidade de acesso aos instrumentos de sopro, talvez, essa seja também uma das explicações possíveis para sua presença na bateria das escolas de samba.

Acredito também que semelhantemente aos estudos realizados por Wilson de Morais e demonstrados pela historiadora Zélia Lopes da Silva, os quais apontaram que a presença dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba paulistas estava atrelada aos "embriões" dessas agremiações, ou seja, os cordões carnavalescos, e que essa peculiaridade marcava as suas diferenças em relação às congêneres cariocas, esse pode ser um dos caminhos para se compreender a presença desses elementos nas escolas de samba recifenses.

Nesse sentido, como alguns estudiosos já apontaram, as "turmas" (grupos de homens que saíam pelas ruas dos subúrbios no período do carnaval) foram os embriões das escolas de samba pernambucanas.²² Talvez na estruturação dessas agremiações esteja algumas das (nossas) perguntas e questionamentos a respeito da presença dos instrumentos de sopro na bateria das escolas de samba da capital pernambucana.

Tenho consciência de que as práticas culturais são passíveis de múltiplas transformações por meio dos diferentes significados que a elas vão sendo somadas, no passar dos anos, pelos foliões. Assim sendo, as escolas de samba recifenses estavam (estão) continuamente sendo criadas, recriadas e reapropriadas, revelando "as paixões, os conflitos, as crenças e as esperanças de seus próprios agentes sociais".²³

²² REAL. Op. cit., 1990.

²³ ABREU, Martha. *O império do divino*: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira / São Paulo: Fapesp, 1999, p. 38.

9. Las tertulias literarias en Antioquia durante el siglo XIX: lugar de elaboración de algo nuevo y proceso de formación de una literatura regional

Juliana Vasco Acosta*

Resumen: El presente texto constituye un ejercicio metodológico mediante el cual intentamos formular nuestra propia definición de "tertulia literaria" – definición que no deberá escapar a las propias condiciones de su contexto de aparición, formas de funcionamiento y evolución – en el marco de los últimos años del siglo XIX en Antioquia. Para ello este texto presenta un estudio y revisión de algunas de las definiciones y antecedentes de formas asociativas relacionadas con encuentros alrededor de la literatura y se centra en el carácter específico de tertulias literarias surgidas en Antioquia en comparación con las tertulias que las antecedieron en el tiempo y que se registraron en otras partes de Colombia.

Palavras-chave: Tertulia literaria; Formas associativas; Antioquia.

Abstract: This text is a methodological exercise in which we try to make our own definition of "literary circle" – this definition should not escape the very conditions of its context of occurrence, modes of operation and development – in the context of the last years of nineteenth century Antioquia. Therefore this text presents a study and review of some of the definitions and history of associations related to meetings around literature, and focuses on the specific nature of literary circle emerged in Antioquia to compared to the gatherings that preceded in time and recorded in other parts of the country.

Keywords: Literary circle; Associations; Antioquia.

El presente texto hace parte de una investigación en curso, cuyo título provisional es *La formación de grupos literarios en Antioquia 1880-1915: una historia de las sociabilidades literarias*. Esta investigación, que hace parte de mis estudios doctorales en la Universidad de los Andes (Colombia), se encuentra en su primera fase de desarrollo. Así pues las reflexiones que serán aquí presentadas no tienen ninguna pretensión de novedad y se justifican en la medida que han sido posibles en el marco de un trabajo de selección, clasificación e interpretación parcial de documentos, entre ellos revistas literarias y epistolarios, y en las lecturas secundarias que nos llevan siempre a problemas y preguntas habituales en cualquier investigación y que aquí serán presentadas como principio de orientación metodológica. Preguntas que esperan encontrar nuevos o mejores caminos para ser respondidas, siempre sobre la base del *primado*

^{*} Estudiante de doctorado en Historia de la Universidad de los Andes, bajo la guía del profesor Dr. Renán Silva / Universidade Federal Fluminense, bajo la guía del profesor Giselle Martins Venancio. Contato: <j.vasco245@uniandes.edu.co>.

de lo social, es decir evitando las interpretaciones unilaterales que explican de manera parcial elementos extraídos del conjunto e intentando si encontrar explicaciones sociales a un fenómeno singular: las sociabilidades literarias en Antioquia durante el siglo XIX.

Buena parte del corpus documental que será utilizado para esta investigación y que ha sido interrogado en función de nuestras propias preguntas, se encuentra editado y publicado, generalmente, en ediciones de crítica literaria. Se trata, por el momento, de cuatro revistas literarias y culturales publicadas en Antioquia y que circularon en toda Colombia, entre finales el siglo XIX y comienzos del siglo XX, a saber: *La Miscelánea: revista literaria y científica* (1886-1915); *Lectura y Arte* (1903-1906); *Alpha* (1906-1915) y *El Liceo Antioqueño* (1884). Estas revistas como órganos de difusión recogieron, en parte, el proceso de configuración de una literatura regional y la actividad literaria de esos años mediante la referencia a tertulias literarias o sociedades de lectura, grupos de narradores y de intelectuales, obras literarias en diversos géneros y debates públicos alrededor de la literatura, todo ello información que nos ha permitido trazar, de manera parcial, el cuadro de las formas de sociabilidad literarias.

Sin más preámbulos y después de esta breve introducción presentaré solo la primera parte, aun en desarrollo, de uno de los capítulos que contemplará mi tesis, acompañada, en parte, de la metodología que soporta este proyecto investigativo. Esta primera parte del capítulo se centrará en la revisión de las definiciones y antecedentes de formas asociativas relacionadas con encuentros alrededor de la literatura que nos permitan formular nuestra propia definición de *tertulia literaria*, definición que no deberá escapar a las propias condiciones de su contexto de aparición, formas de funcionamiento y evolución.

En las últimas décadas del siglo XIX se fundan en Antioquia sociedades literarias¹ como Casino literario (1887-1890); Liceo Antioqueño (1870-1884); Tertulia Literaria (1888-

¹ Existieron en Antioquia sociedades literarias como: Casino literario (1887-1890) dirigido por Carlos E. Restrepo y conformado por Enrique W. Fernández, Prieto Eugenio, Juan de Dios Vásquez, Restrepo Nicanor, Rafael Giraldo y V, Carlos E. López, Juan de la C. Escobar, Camilo Villegas y G, Samuel Velilla, Joaquín E. Yepes, José de J. Villegas, J. P. Bernal, Sebastián Hoyos, Gonzalo Vidal, Enrique Ramírez G., Teodomiro Isaza, Antonio José Uribe, Javier Vidal y Francisco de Paula Rendón y Tomás Carrasquilla, miembros honorarios; Liceo Antioqueño (1870-1884) dirigido por Juan José Molina e integrada por: Camilo Botero Guerra, Camilo A. Echeverri, Januario Henao, Francisco de Paula Muñoz, Pedro Nel Ospina, Tulio Ospina, Lisandro Restrepo, Baldomero Sanín Cano, Manuel Uribe Ángel, Demetrio Viana, y probablemente por su el hijo de Molina, Carlos A. Molina; Tertulia Literaria (1888-?) dirigida por Joaquín E. Yepes, de esta sociedad aún no conocemos sus integrantes; La tertulia literaria (1889-1911), sociedad sin reglamento y sin presidente, de la que hacia parte Manuel Uribe Ángel, Camilo Botero Guerra, M° Escobar, Lucrecio Vélez, Carlos E. Restrepo, Juan de Dios Vásquez, José J. Hoyos, Gonzalo Vidal y Tomás Carrasquilla y la Biblioteca del tercer piso (1893-1908) dirigida por Francisco de Paula Rendón e integrada por Tomás Carrasquilla, Ricardo Rendón, Claudino Arango, Carlos Cadavid, Juan B. Caro D., Alfredo López, Justiniano Macía, Juan M. Restrepo, Luis Vélez M., Nacianceno Zuluaga, José D. Bernal, José V. Restrepo, Francisco Aristizábal, Francisco Fierro, Antonio Mauro Giraldo, Francisco Suárez A., Marcelino García, Carlos Rendón R., Vicente Piedrahita, Eustaquio Cardona, Francisco Luis Moreno, Abelardo Moreno, José Gaviria, Francisco Callejas, Luis A. Vélez, Vicencio Upegui, Severo Villegas, Franco Giraldo, Domingo Piedrahita, Luciano Moreno, Rafael llano, José María Olano, José María Barreneche. Conocemos otras sociedades literarias

?); La tertulia literaria (1889-1911) y Biblioteca del tercer piso (1893-1908); entre otras, como resultado del renacimiento de la actividad literaria a la que asistía la región.² Dicho renacimiento fue lo que permitió la multiplicación y aparición de este tipo de sociabilidades concurridas, en su mayoría, por jóvenes amigos interesados en departir sanamente y de manera solaz alrededor de asuntos literarios.³ Este tipo de "sociedades", de las que contamos con registro para el país desde finales del siglo XVIII, se caracterizaron por ser espacios para las sociabilidades privadas, con finalidades precisas y dotadas de un programa de estudio. Se trató, en un primer momento, de sociedades a las que asistían hombres y mujeres instruidos, que tenían como objetivo las reuniones de lectura y las discusiones sobre temas literarios, de ciencia y hasta políticos, en condiciones de igualdad y de libre exposición de ideas.⁴ En este sentido, podríamos decir que estas primeras sociedades se asemejan más a la idea de salón o de velada,⁵

para el caso antioqueño, no obstante, por el momento, este trabajo se centrará en el estudio y descripción de las aquí mencionadas por no poseer de las otras sino algunas menciones.

² De manera preliminar mencionaremos que cuando nos referimos a el renacimiento de la actividad literaria en Antioquia, acaecido hacia más o menos 1880, entendemos por este un momento de proliferación en el proceso de consolidación de una literatura, en este caso regional, antecedido por un tiempo de "parálisis" en la actividad literaria a causa de los problemas internos del país. Este proceso se hace verificable en las condiciones específicas que tienen que ver con la propia vida cultural tales como: la existencia de imprentas, el importante número de narradores, de revistas literarias y culturales publicadas, formas mínimas de legitimidad del oficio de leer y de escribir como actividad independiente, espacios de esparcimiento y diálogo como las tertulias literarias y la apertura a ciertas formas de cosmopolitismo y de conocimiento de la vida intelectual de otras regiones y sociedades. Hay que indicar también que estas condiciones se encuadran en un marco mayor de condiciones generales de posibilidad que tienen que ver con cierta acumulación mínima de riqueza social, un proceso de división del trabajo y de diferenciación, el crecimiento mínimo del alfabetismo, que asegure en alguna forma la existencia de un público lector. Véase: ZULETA, Eduardo; CASA, Enrique C. de la y MESA, Escobar Augusto. *Literatura antioqueña 1880-1930*. Medellín: Colección autores antioqueños, 2000; MELO, Jorge Orlando, *Medellín 1880-1930*: los tres hilos de la modernización. In: *Revista de extensión cultural*, Medellín, n. 37, sep. 1997.

³ "... que él que esta memoria está leyendo, sin atender a su carencia de méritos, ni a su poca valía entre la juventud que hoy encabeza el movimiento literario y científico de nuestra patria, se atreviera a convocar algunos de los que más descuellan en esa juventud, para formar con ellos una asociación literaria..." *La miscelánea. Revista literaria y científica*. Vol n. 7, dic. 1888, p. 193-199. "Memoria escrita para ser leída en una sesión del Casino literario de Medellín". Discurso pronunciado por Carlos E. Restrepo, miembro director del "Casino Literario" en la conmemoración de su primer año. "Lo primero habrá de ser recordar siempre, que nos hemos reunido en nombre de la amistad, es decir, para entretenernos como amigos buscando á la vez el bien para nosotros mismos y para la sociedad en general; que estamos por consiguiente en el deber inviolable de tratarnos como amigos, y de cultivar con esmero esta especie de confraternidad de las inteligencias". *El Liceo Antioqueño: Revista quincenal de Literatura y Ciencias*. Año I / Medellín, Junio 15 de 1884 / n. 1. "Objeto y Tendencias del Liceo". Discurso pronunciado por el señor Alejandro Botero Uribe. Caso similar para "La tertulia literaria"; "Tertulia literaria" y "la Biblioteca del tercer piso".

⁴ Para el caso: "Tertulia Eutropélica" en Santafé de Bogotá, dirigida por Manuel del Socorro Rodríguez y "Tertulia del buen gusto" impulsada por Doña Manuela Santamaría de Manrique también en Santafé de Bogotá. Véase: SILVA, Renán. *Los ilustrados de Nueva Granada 1760-1808*. Genealogía de una comunidad de Interpretación. Medellín: Fondo Editorial Universidad Eafit, [2002] 2009, p. 321-344; DÍAZ, Vásquez María Angélica. *Pluma, papel y tinta*: prensa literaria y escritores en Bogotá, 1846-1898. Bogotá: Universidad de los Andes, 2009, Tesis de maestría, p 79-90.

⁵ La plasticidad de la institución: círculos y sociedades especializadas. En: AGULHON, Maurice. *El círculo burgués*: la sociabilidad en Francia, 1810-1848. Buenos Aires: Siglo XXI editores, [1977] 2009, p. 112-118. Véase también: descripción de una velada campesina en: CHARTIER, Roger. *El mundo como representación*: estudios sobre historia cultural. Barcelona: Gedisa, 1995, p. 129-130 y otras forma de veladas donde participaban mujeres,

como prácticas de sociabilidad que incluyen a hombres y mujeres y cuyo programa no va más allá de la importante labor de la lectura grupal y del enfrentamiento de opiniones mediante las discusiones sostenidas, en oposición a las sociedades literarias que se constituirían posteriormente en el país, que para efectos de esta investigación seguiremos denominando *tertulias literarias*, las cuales constituyeron espacios de sociabilidad puramente masculinos, especializados y cuyo programa no solo atendía la discusión crítica, sino que se extendía hacia un proyecto de creación literaria individual, en cualquiera de sus modalidades, en las publicaciones de las mismas mediante sus órganos de difusión y en algunos casos en la formación de bibliotecas.⁶

Cuando sostenemos que seguiremos denominando estas "sociedades" como tertulias literarias lo hacemos en relación a que los integrantes de estos encuentros alrededor de la literatura en Antioquia designaban su organización como "sociedad" en el sentido de una asociación formal, reglamentada, y con estatutos. Sin embargo, el nombre con el que se identificaban y se presentaban en sociedad hacía referencia a la doble condición de su agrupación: una de trabajo bajo una perspectiva literaria y otra de sociabilidad. Así entonces con casino, tertulia o liceo hacían referencia al espacio de sociabilidad y con literario al programa de trabajo que los convocaba. En este sentido nos parece más afortunada la noción de tertulia literaria pues no solo describe la institución sino también la práctica que allí tiene lugar y el vínculo de cada individuo con esta agrupación como contertulio. De todo lo anterior surgen preguntas precisas que en este capítulo quisiéramos empezar a abordar, preguntas circunscritas a un problema preciso, el de las sociabilidades literarias, y a un espacio determinado, la región antioqueña, al fin preguntas que exigen ser tratadas en un ámbito teórico especial: el de la historia social, historia cultural, y el de la historia de la literatura por relación a un contexto mayor que vincula las funciones sociales de literatura con el estudio de las sociabilidades.8

^{1.}

hombres y niños en: AGULHON, Maurice. *Historia vagabunda*. Etnología y política en la Francia contemporânea. México: Instituto Mora, [1988] 1994, p. 17-42.

⁶ Véase: "Hemos formado el Casino Literario 'con los fines de ejercitarnos en la composición, leer y procurarnos ratos de solaz y expansión por medios honestos.' He aquí el primero de los doce artículos que componen nuestro reglamento y ahí tenés compendiada la historia de esta Sociedad." *La miscelánea. Revista literaria y científica*. Vol n. 7, dic. 1888, p. 193-199. "Memoria escrita para ser leída en una sesión del Casino literario de Medellín". Discurso pronunciado por Carlos E. Restrepo, miembro director del *Casino Literario* en la conmemoración de su primer año. "Que el objeto principal de esta sociedad es procurar el bien de todos, promoviendo especialmente el adelanto de las letras". *El Liceo Antioqueño: Revista quincenal de Literatura y Ciencias*. Año I / Medellín, Junio 15 de 1884 / n. 1. "Objeto y Tendencias del Liceo". Discurso pronunciado por el señor Alejandro Botero Uribe.

⁷ A propósito de posibles definiciones de "círculo" y "sociedad", véase: AGULHON. Op. cit., [1977] 2009, p. 58 e 112.

⁸ Entiéndase aquí sociabilidades como herramientas para acercarse al estudio de las formas de sociabilidad. A partir del enfoque que permiten las sociabilidades, esperamos que el análisis de la historia cultural y de la historia

Mencionaremos, solamente, que creemos que la historia de las sociabilidades literarias y la historia social de la literatura pueden ser, contrario a lo que ha mostrado la historiografía colombiana al respecto, la historia de un oficio, de sus practicantes, de sus relaciones, de sus creaciones, una forma de historia que no desvincula la literatura de la sociedad. Esta perspectiva estimula a otras formas de historia cultural, como la historia del libro, de la lectura y los lectores, así como la historia editorial. Creemos también que el estudio del funcionamiento social y de las estrategias de grupo, de sus prácticas y representaciones en el marco de las sociabilidades literarias no pueden estudiarse sin atender a las características singulares de los sujetos involucrados en el proceso, por ello en la medida que la documentación lo permita, es necesario esbozar los rasgos que individualizan a nuestros narradores o contertulios, sin perder de vista las relaciones de aparición de estas tertulias con el momento de transición hacia la llamada modernidad en Colombia.

Comencemos preguntándonos, ¿es la *tertulia literaria* una institución nueva, nueva en el sentido de discontinuidad con el carácter específico de las tertulias que la antecedieron en el tiempo, en el contexto antioqueño del siglo XIX? Para intentar responder analicemos varios ángulos. Partimos de la hipótesis que las *tertulias literarias* que tuvieron lugar en Antioquia a finales del siglo XIX reunieron muchos elementos de las sociabilidades tradicionales (lectura compartida en voz alta, lugar de conversación y bebida, espacios de circulación de ideas), heredados de las sociedades ilustradas del XVIII, ⁹ pero reunieron también, bajo nuevas formas, una renovada relación con la literatura, bajo la condición de que leían y escribían, incluso traducían, bajo proyectos específicos, preguntas concretas, y mediados por intereses comunes que convocaban a los miembros de las tertulias en tareas especializadas.

Sabemos por ejemplo que en el *Casino literario* se discutió de manera repetida sobre el cultivo de la novela en Antioquia y sobre la posibilidad de "hacer buena novela colombiana en el medio incipiente en que vivíamos".¹⁰ Carlos E. Restrepo y Tomás Carrasquilla, entre otros contertulios del Casino, afirmaron que sí, "en el concepto del crítico norteamericano Stedman, para el cual era mejor la obra de arte fabricada con los materiales que se tenía la mano; que solo

social de la literatura que convoca este trabajo, trascienda la simple crítica literaria y nos conduzca a la articulación entre el estudio de la literatura con el estudio de la vida cotidiana, de manera que se consolide un nivel de perspectiva mayor que incluya todas las formas de elaboración y de producción alrededor de la literatura. Véase: AGULHON. Op. cit., [1977] 2009; ______. Op. cit., [1988] 1994; GONZÁLEZ Bernardo de Quirós, Pilar. Civilidad y política en los orígenes de la nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires: 1829. Traducción de Horario Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

⁹ Roger Chartier en referencia a la *esfera pública política*: "aparecida en primer lugar en Inglaterra, [...] llevada por las Sociedades ilustradas (Salones, cafés, clubs, sociedades literarias, logias masónicas), y hecha posible gracias a la circulación multiplicada de lo escrito". CHARTIER. Op. cit., 1995, p III.

¹⁰ ANTOLÍNEZ, Manuel de (seudónimo de Sebastián Mejía). Palique. En: *La miscelánea. Revista literaria y científica*, Medellín, Vol n. 2, nov. 1895, p 136-137.

faltaba el arquitecto". La anécdota se extiende hasta afirmar que Carrasquilla aceptó el reto de mostrar que había materia novelable en la región, escribiendo la novela *Frutos de mi tierra* (1891). Entre otros proyectos específicos y tareas de carácter obligatorio para los integrantes de las tertulias aparece la de la composición. El encuentro se extendía más allá de un espacio neto de sociabilidad hacia proyectos de militancia, donde sus integrantes se veían obligados a cumplir con las tareas, he ahí una forma de relación que los vincula y la relación de dependencia al grupo.

Contrario a otros espacios de sociabilidad en el país, estas tertulias, incluso por relación con lo que comenta el propio Agulhon para el caso europeo, no se habían consolidado por la costumbre. Se trata de amigos instruidos que deciden hacer sociedad para formar una tertulia literaria y al mismo tiempo que los convoca un deseo de ocio alrededor de los asuntos literarios, los convoca también un deseo de militancia con matices un tanto políticos y un tanto religiosos, así dentro de su programa establezcan que se alejan de ambas orientaciones. A propósito, Carlos E. Restrepo en la conmemoración del primer año del *Casino Literario* menciona como móvil para la formación de este espacio de sociabilidad la lectura entre amigos del folleto *La casa y el casino* de D. Felix Sardá y Salvany. Este folleto, por lo demás recomendado por el pontífice León XIII, les había permitió constatar que el "mal" que amenazaba a la juventud era el llamado *Club público*. ¹³ Así las cosas le interesaba al *Casino Literario* contrarrestar los efectos "dañosos" del *club público* entre los jóvenes y entre la sociedad, oponiendo *Casino* contra *Club* y, por esa vía, diferenciarse de otro tipo de espacios de encuentro. ¹⁴ De hecho lo hacían también desde el lenguaje, "Casino contra club", expresión que debe ser una constatación, inscrita en el mismo uso del lenguaje, de que hay diferencia en las concepciones de uno y otro. ¹⁵

_

¹¹ RESTREPO, Carlos E. Tomás el mago. *Athenea*, Medellín, n. 12, Feb. 1928. Citado en: CARRAQUILLA, Tomás. Obra Completa, Volumen I, Edición a cargo de Jorge Alberto Naranjo, Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2008, p. LVIII.

¹² "...todo socio que no presentase la composición literaria el día que le correspondiese deberá pagar un peso de ley como multa". Universidad de Antioquia, Colección Patrimonio documental, Actas Casino Literario, Hojas sueltas, 1897.

¹³ Al cual los jóvenes "se entregaban con frenesí [...] el llamado *Club público* es la hidra de insaciable vientre que devora tantas vidas lozanas; el cáncer que ocultamente va haciendo preciosas victimas [...] Casino contra *Club*...". *La miscelánea. Revista literaria y científica*. Vol n. 7, dic. 1888, p. 193-199. "Memoria escrita para ser leída en una sesión del Casino literario de Medellín". Discurso pronunciado por Carlos E. Restrepo, miembro director del *Casino Literario* en la conmemoración de su primer año, p. 195-196.

¹⁴ Véase: ANTOLÍNEZ, Manuel de (seudónimo de Sebastián Mejía). Palique. En: *La miscelánea. Revista literaria y científica*, Medellín, Vol n. ?, abr. 1896, p. 285-293.

¹⁵ Tenemos conocimiento de clubes desde la década de 1880 como el *Club de la Varita* (1881); *La mata de moras* (1883-1892); el *Club de la bohemia* (1884) entre otros. Sabemos que muchos clubes fueron de carácter restringido "entrada solo para socios e invitados" y que se instalaron, la gran mayoría, en centros urbanos. Contaban con billares, salones de juego de ajedrez y dominó, espacio para la conversación, música y gallera abierta los días festivos. Este continuaba siendo, creemos que con mayor razón, un espacio para las sociabilidades masculinas. Finalmente, los clubes evolucionaron hasta convertirse, a mediados del siglo XX, en cantinas frecuentadas por hombres y mujeres.

Efectivamente tanto Casino como Club son instituciones análogas en el sentido de "casas de hombres", ambas son de carácter privado o semiprivado – como el caso de la "Biblioteca del tercer piso" – y se circunscriben a similares sociabilidades, pero sobre una relación diferente, la diversión y trabajo para el primero, la pura diversión para el segundo.

Esa misma condición, de trabajo y sociabilidad, que diferencia a la tertulia de otros espacios de encuentro seguramente tiene relación con el tipo de hombres que la frecuentan como contertulios. Se trata de hombres jóvenes e instruidos, casi todos ellos de profesiones liberales, jurisconsultos, médicos, y algunos más ingenieros y comerciantes que "dieron la mano a los trabajos de pensamiento" como una forma de entretención. 16 Es importante mencionar que se trata de hombres que no vivían del oficio de la escritura y en esta mediada responden a una doble condición de hombres asalariado y, por otro lado, de aficionados a la escritura. Hombres que, por lo demás, aceptan un programa de trabajo dentro de la tertulia donde "La política que agria los caracteres, y la irreligiosidad que pervierte las costumbres están desterradas en absoluto". ¹⁷ Componente importante de su programa, que por el momento solo señalaremos, y que deberá ser estudiado a profundidad, pero que, por otra parte, los aleja del perfil de tertulias que los precedieron en el tiempo tales como la "Tertulia Eutropélica" y la "Tertulia del buen gusto", de las que ya comentamos, donde la política era un tema recurrente que aparecía junto a otra gran variedad de temas y hacia parte de su programa. No obstante, bien sabemos que de alguna manera, pese a evitar el tema, este hacia parte de algunos de sus debates.

Así entonces, la tertulia literaria no parece ser una institución nueva para el caso antioqueño, en el sentido que recoge elementos de las sociabilidades tradicionales, pero sí una que introduce elementos nuevos. De acuerdo con las características que les son comunes a las tertulias literarias aquí estudiadas: *Casino literario*; *Liceo Antioqueño*; *Tertulia Literaria*; *La tertulia literaria* y *Biblioteca del tercer piso*, podemos decir, sin el ánimo de dar una definición unívoca y cerrada, que se trata de instituciones privadas o semiprivadas donde tiene lugar la práctica de la sociabilidad mediante encuentros, netamente masculinos, alrededor de temas literarios y de un programa de discusión crítica en condiciones de igualdad y de libre exposición de ideas, que se extendía hacia un proyecto de creación literaria individual, además de la realización de revistas literarias y culturales que constituían sus órganos de difusión y la

¹⁶ "jóvenes combatientes lleros (sic) de entusiasmo y de fe, naturalezas tímidas que necesitan el antifaz, todos llegarán a la arena del combate, solícitos por obtener la consideración pública". MOLINA, Juan José. Prospecto. En: *El Liceo Antioqueño: Revista quincenal de Literatura y Ciencias* (Medellín) (Universidad de Antioquia) (Vol. 01, n. 1-13, 1884), p. 1-2.

¹⁷ Idem.

formación de bibliotecas. Probablemente la tertulia pudo ser la institución que comienza a cumplir las funciones de la todavía inexistente asociación profesional y que suscita una forma de reconocimiento social para los narradores y una modo de ligación entre estos y sus lectores. El carácter específico de estas tertulias¹⁸ nos permite acercarnos a la idea de su definición como una forma de asociación y espacio de encuentro de lectores y de narradores, bajo la forma típica de sociabilidad de unos aficionados en ámbitos regionales durante el siglo XIX.

Partimos entonces de esta definición sencilla, mínima, maleable y que puede cambiar o ampliarse por el camino sobre *tertulia literaria*. Creemos que las definiciones, metodológicamente hablando, son una necesidad aun sabiendo que se corre el riesgo de que el estudio juicioso del problema muestre que la definición adoptada no corresponde para nada con aquella que la época ha construido, ha reconocido como la suya. Así entonces las definiciones plantean un problema de método similar al que plantean las cronologías. Averiguar ¿cuál es? y ¿por qué? la definición que una época ha hecho de un objeto, contribuye a definir una época, y nos permite construir a partir de ahí interpretaciones sobre el carácter de una sociedad, de una literatura, de una institución cultural y su mediación en la formación de hombres en ámbitos de la lectura y la escritura.

Asimismo este ejercicio de definición nos permite constituir una noción ampliada de sociedad y de lo social que desde el principio defina literatura como actividad social y creación social que cobija espacios de sociabilidad y que nos permita explicar el surgimiento de estas tertulias en el marco de la alfabetización, de la discusión pública y política, de los modelos culturales, en el contexto político de esa época, en las condiciones de vida de esos sujetos que integraron las tertulias sin explicar el advenimiento de esas tertulias por tales condiciones y por esta vía acercarnos a cuestiones sobre que esperan ser tratadas en esta investigación acerca de cómo situar este grupo de narradores al interior de las tertulias a finales del siglo XIX en comparación con los narradores de mediados del siglo; qué significa escribir en esa sociedad, cuáles son las condiciones que lo hacen posible; estudiar el posicionamiento político de los integrantes de estas tertulias y la inserción de ellos y de sus propios análisis y elaboraciones en los destinos políticos del país; conocer cómo se dan las relaciones entre política y literatura, precisamente en una época en que la propia literatura está afirmando su carácter de actividad autónoma. Además de si podía definir un modelo de intelectual para el país para ese momento, revaluando el hecho de la asociación común entre el escritor y la figura del intelectual o el hecho de la relación entre el oficio de la literatura y la función social del intelectual

¹⁸ Que está lejos de definirse en lo que hasta aquí se ha presentado, faltando mostrar la variedad, comparaciones y trayectorias de estas tertulias de acuerdo con las fuentes parcialmente consultadas.

acercándonos cada vez más a nuestro propósito de estudio: sociabilidades literarias en Antioquia durante el siglo XIX.

10. Folheando as páginas da "Revista Florestal", descortinando as capas de um discurso conservacionista (1929-1948)

Filipe Oliveira da Silva*

Resumo: O presente artigo tem por finalidade descortinar as capas da *Revista Florestal* no período compreendido entre 1929 e 1948. Organizada por Luís Simões Lopes e Francisco Rodrigues de Alencar, a *Revista Florestal* foi a primeira manifestação impressa para disseminar uma mentalidade reflorestadora que solucionasse o problema florestal. Toma-se por objeto de análise, as capas do periódico, esclarecendo sua vinculação com a política de conservação dos recursos naturais do Estado Varguista. Por meio delas, pode-se observar um ponto de encontro desta rede de sociabilidade conservacionista.

Palavras-chave: Revista Florestal; Capas; Proteção à natureza.

Abstract: This article aims to uncover the layers of the *Revista Florestal* in the period between 1929 and 1948. Organized by Luís Simões Lopes and Francisco Rodrigues de Alencar, the *Revista Florestal* was the first manifestation printed to disseminate a mindset that resolves the problem Reflorestadora forest. Becomes a subject of analysis, the covers of the journal, clarifying its relationship with the policy of conservation of natural resources of the Vargas State. Through them, we can observe a meeting of the network of sociability conservation. **Keywords**: *Revista Florestal*; Cover page; Nature protection.

"Velha é a questão do problema florestal, que se poderia chamar a questão da imprevidência": as palavras do engenheiro agrônomo Nélson Guedes Pereira, em 1929, que abrem nosso estudo apresentam um desafio para historiografia ambiental contemporânea. A problemática das florestas na sociedade brasileira e a percepção dos impactos causados por sua degradação não são fenômenos recentes — com cronologias precisas, estanques. Ao contrário, permeiam culturas políticas e historicidades próprias. Como nos ensina Rodrigo Motta, "os impressos são veículos fundamentais na divulgação e disseminação dos valores das culturas políticas". Interpretá-los é, por assim dizer, considerar a materialidade de sua escrita, bem como identificar o tecido social que dele emerge. Propõe-se, assim, descortinar as capas da

^{*} Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e bolsista de Iniciação Científica no projeto intitulado *Revista Florestal: imprensa e política conservacionista (1929-1948)*, sob a orientação da professora Dra. Juniele Rabelo de Almeida e apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Contato: <filipeos@id.uff.br>.

¹ PEREIRA, Nélson Guedes. Florestas privadas, florestas condenadas à morte. *Revista Florestal*, ano I, n. 6, dez. 1929, p. 12.

² MOTTA, Rodrigo Pá Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: . *Culturas políticas na história*. Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 24.

primeira manifestação impressa que se ocupou do problema florestal brasileiro,³ no período compreendido entre 1929 e 1948: a *Revista Florestal*.⁴

Para adequarmos nossa análise ao espaço destinado a esta comunicação, optou-se por estabelecer uma análise das capas da revista. Gerárd Genette, ao elaborar suas considerações sobre a "zona indecisa" entre interior e o exterior da produção editorial, revela que as capas tratam-se de um peritexto editorial dos mais importantes, ou seja, é um lugar essencial para a publicação. As capas permitem sublinhar, em sentido geral, a intencionalidade do editor ao se dirigir ao público. Nestas breves ponderações almeja-se verificar as estratégias editoriais que envolvem as capas da *Revista Florestal* assinalando os princípios que norteiam o periódico, entendendo que esta corresponde um espaço de encontro entre itinerários sociais, promovendo uma escrita plural e coletiva.⁷

Selecionou-se a primeira metade do século XX, pois é neste momento que diversos hommes de sciencia e de lettres trouxeram, acentuadamente, à mesa das discussões públicas a indignação diante do uso indiscriminado dos recursos naturais — estes, entendidos como bens patrimoniais da nacionalidade brasileira. Audaciosas críticas científicas contra o progresso vigente e o "problema florestal" resultaram em um "coro que bradava para que os brasilianos não fizessem ou alargassem desertos". Analisar a Revista Florestal é considerá-la como um nó para a qual se enlaçam fluxos sociais e se estruturam uma rede de sociabilidade conservacionista dos anos de 1920-1940. Esta complexa e densa malha — que, até recentemente, foi esquecida

³ Consideramos a *Revista Florestal* como a primeira no gênero, pois em primeiro lugar o periódico se intitulava enquanto tal. Em segundo, alguns periódicos da grande imprensa, ao noticiar sua criação evidenciavam esta particularidade ou lacuna que vieram preencher no mercado editorial. E, por último, devido a constatação de Luís Simões Lopes, criador da revista, em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC-FGV.

⁴ Cabe assinalar aqui que este recorte cronológico se dá em função da criação da revista, em 1929, e a edição mais antiga que analisamos até o momento, 1948. Entretanto, ressalta-se que carece de estudo a edição de 1949, cuja existência constatamos entre os periódicos da Biblioteca do Embrapa das cidades de Colombo, no Paraná, e em Belém, no Pará.

⁵ Expressão tomada sob a forma de empréstimo de GENETTE, Gerárd. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê editorial, 2009, p. 10.

⁶ Idem, p. 27.

⁷ PLUET-DESPATIN, Jacqueline. Une contribuition à l'histoire des intellectuels: les revues. In: Sociabilités intellectuelles: lieux, millieux, réseaux. *Les cahiers de L'IHTP*. CNRS, mar. 1992, p. 125-136.

⁸ Não se pretende considerar a primeira metade do século XX como o ponto inicial das discussões acerca da necessidade de conservação das matas, visto que como nos demonstra a historiografia recente os diagnósticos acerca da emergência de representações da natureza, entre a racionalidade econômica e o encantamento romântico já eram observados no final do período setecentista. Cf. PÁDUA, José Augusto. Natureza e Sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*, 1870-1889 (v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 313-365.

⁹ Expressão do antropólogo e literário Edgar Paulo Roquette Pinto em trabalho exposto na Primeira Conferência de Proteção à Natureza, ocorrido entre os dias 8 e 15 abril de 1934, no Museu Nacional, sediado no Rio de Janeiro. Cf. SAMPAIO, Alberto José de. Relatório geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*, v. XI, n. 1, mar. 1935.

pela historiografía – era composta, sobretudo, por intelectuais, cientistas e funcionários públicos. ¹⁰ Na imprensa, os conservacionistas divulgaram suas propostas às autoridades públicas, com os seguintes objetivos: adquirir adeptos de diversas formações e instituições; criar uma mobilização pública em defesa dos recursos naturais; denunciar as práticas de exploração sobre o ambiente natural; e, principalmente, consolidar o imaginário social de nação vinculado às riquezas naturais do território brasileiro.

Considerando-se "uma arma" para alertar à nação contra os crimes praticados nas florestas brasileiras, a *Revista Florestal* foi organizada, em 1929, pelo engenheiro agrônomo Luís Simões Lopes, com auxílio de Francisco Rodrigues de Alencar – técnico e bibliotecário do Horto Florestal da Gávea, Rio de Janeiro. Auto intitulando-se "sentinela vigilante das preciosas florestas", 12 a revista nasceu no recém-criado Serviço Florestal do Brasil. Entre seus idealizadores havia um consenso de que as florestas nacionais possuíam uma potencialidade econômica, estética e higiênica incomparável às demais nações. Os editores afirmavam que os recursos naturais despertavam a cobiça de estrangeiros cabendo, a revista, clamar pelas florestas. Na organização do periódico, Simões Lopes e Alencar trocaram correspondências com renomados intelectuais para compor o quadro de colaboradores e do Conselho Consultivo da revista. Membros de diversas instituições contribuíram, dentre elas o Jardim Botânico, o Serviço Florestal do Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Universidade norteamericana de Yale e o Museu Nacional.

A "comunidade de leitores" aos quais se dirigiam a revista tratam-se, basicamente, de silvicultores e agrários. Como, então, comentar acerca deste problema se um dos principais responsáveis por ele são os seus leitores? A estratégia da revista, visando abrir o canal de comunicação com estes grupos leitores, foi responsabilizar, em maior grau, o *outro*, isto é alertar que os verdadeiros crimes cometidos com as florestas, não são realizados pelos homens cultos, mas sim pelos grupos indígenas, caboclos e moradores de barracos das favelas. Como dizia

¹⁰ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009, p. 15.

¹¹ A visão da criação do periódico como "arma" para combater o problema florestal foi apontada por uma correspondência de Luís Simões Lopes endereçada ao empresário Alberto Soares Sampaio, datada de 8 de maio de 1968, custodiada pelo CPDOC-FGV, presente no conjunto documental codificado como LSL.1909.08.01.

Esta designação advém do Editorial intitulado: Nosso Programa. In: *Revista Florestal*, ano I, n. 1, jul. 1929, p. 1. O conceito *sentinela* é particularmente interessante para interpretar o movimento florestal destes anos, pois, para além do periódico, a Sociedade dos Amigos das Árvores também se intitulava como sentinela das florestas brasileiras durante a palestra de seu presidente Leôncio Correia na abertura da Conferência de proteção à natureza, em 1934. O uso generalizado para diversas estruturas de sociabilidade não desfaz a conexão de seu sentido duplo: em primeiro lugar de guardiães das florestas e, em segundo, de alerta ao Estado das condições que as matas presenciavam. Ou seja, neste conceito apresentam-se o apelo pelo nacional e pela centralidade do Estado.

¹³ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIS e AVIEI. Brasília: Ed.UnB, 1994.

Paulo de Souza, esses "não vacilavam na aplicação do machado e do fogo às nossas matas, com o fim de conquistar terras para as suas lavouras". ¹⁴ Algumas passagens ainda afirmam sobre a necessidade de regularizar a caça de animais para evitar os "possíveis abusos dos indígenas". ¹⁵

A edição inaugural da revista tal como as três capas seguintes apresentam uma tipologia padrão da diagramação editorial (Imagem 1). Na parte superior do magazine indica-se a data de publicação com o respectivo mês e ano em que circulou este periódico. O título em letras garrafais vinha logo posteriormente. Nele, além de "Revista Florestal" indica-se entre parênteses a expressão Brasil. Isso legitimava a pretensão nacionalista do periódico em disseminar as florestas como patrimônio da nação brasileira e repercutia a intenção de alcançar uma grande distribuição pelo país.



Imagem 1: Capa da edição de julho de 1929. Fonte: Acervo da Biblioteca Barbosa Rodrigues.

A circulação da revista se estendia a diversas cidades do país, a saber: 1) Rio de Janeiro – *lócus* de produção, do qual emergem maiores informações, em virtude do contato institucional de seus diretores com estabelecimentos deste distrito –; 2) São Paulo –informações sobre as atividades elaboradas na Secretaria de Agricultura do próprio estado, visto que possuía colaboradores situados em diversos espaços científicos da cidade, tais como Arthur Neiva que trabalhava no Instituto Biológico, Octávio Vecchi, Navarro de Andrade na Companhia de Estradas de Ferro de São Paulo –; 3) Belo Horizonte – cidade onde legislavam os políticos e colaboradores da revista, Fidélis Reis e Augusto Lima –; 4) Florianópolis – cidade administrada

¹⁴ SOUZA, Paulo de. Perspectivas e confrontos. In: *Revista Florestal*, ano I, n. 1, jul. 1929, p. 14.

¹⁵ As pelles de lagartos nos mercados estrangeiros. In: *Revista Florestal*, ano I, n. 1, jul. 1929, p. 16. Para saber mais sobre o código da caça e pesca de 1934 consulte DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante*: o Museu Nacional: especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

pela família Konder, cujo membro, Marcos Konder, fazia-se representar na colaboração da revista – ; 5) Curitiba – do qual se extraem textos dos principais jornais da cidade, além de comentar conflitos quanto ao uso da madeira paranaense – ; 6) Vitória – cidade que recebe atenção especial pela sua demolição e modificações urbanísticas, com a implantação de parques e jardins na edição de agosto de 1929 –; 7) Belém, demonstrando a importância da difusão do diagnóstico do problema florestal na Amazônia.

Cabe lembrar que estas eram as cidades onde ocorria a distribuição do periódico. ¹⁶ Contudo, existem diversas localidades abarcadas por esta revista, desde cidades pequenas, estados, a macrorregiões, como é o caso do Nordeste, sempre lembrado por um dos colaboradores da revista e deputado cearense, Nélson Catunda, e, inclusive, diversos países, como China, Indochina, Índia, Itália, Estados Unidos, Áustria, Tchecoslováquia, Canadá, França, Inglaterra, entre outros. Ao se referir aos demais países, o periódico comenta sobre a importância que o compra de nossos recursos naturais tem para tais sociedades.

Abaixo da inscrição do título e subtítulo, vemos o lema da revista: "Órgão de defesa das florestas e assistência às indústrias de madeiras e subprodutos florestais". Como se vê, o lema pressupõe em primeiro lugar a organicidade na revista, isto é, algo que tem funcionalidade similar a um organismo, é construído sob a forma de um sistema, uma rede que articula os seus integrantes através da interdependência. A ideia de órgão reforça a noção de sociabilidade conservacionista, pois se reporta uma integração de intelectuais a partir da revista em prol da defesa das matas. Porém, tão somente defende as matas como auxilia as indústrias que delas se utilizam. Na conciliação destes elos, a revista constrói um discurso que se pauta no desenvolvimento industrial sem, no entanto, degradar as matas. Assim, o lema da revista nos possibilita analisá-la enquanto uma proposta para o desenvolvimentismo que perpassa a exploração, embora de maneira racional. Seguem-se ao lema, uma tarja com indicação do número, ano e os nomes diretores técnico e gerente da publicação. Abaixo desta constam, à direita, a lista de colaboradores que na primeira edição possuía apenas 29 colaboradores, na segunda eleva este número para 31 e na terceira edição 34 colaboradores.

Trata-se de um número expressivo que se eleva com o tempo, uma vez que na edição de primeiro aniversário já contamos com 40 colaboradores. Compondo um quarto da página há

¹⁶ Destaca-se que a circulação do periódico não se restringiu ao Brasil. Como aponta o matutino *O Globo*, a *Revista Florestal* foi bem acolhida no plenário lusitano, por exemplo, sendo vista como uma amostra da política florestal e agrícola brasileira. Além disso, a revista *Tropical Woods*, do norte-americano e também colaborador do periódico, Samuel Record, recomendava seus artigos. Cf. A *Revista Florestal* bem acolhida em Portugal. In: *O Globo*, 28 maio. 1947, p. 5. Ver também: a recomendação de: A situação do comércio de madeiras do Brasil com a Alemanha. In: *Tropical Woods*, n. 23, 1 set. 1930, p. 29.

um espaço para os anunciantes. Conforme o depoimento de Luís Simões Lopes ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC-FGV, eram ele e seu amigo Rodrigues Alencar que mantinham a revista, tendo que buscar anunciantes para continuar a empreitada. Os anúncios, à primeira vista, destoavam das propostas do programa do periódico. Enquanto os artigos propagavam a proteção das matas e florestas, os anúncios vinculavam-se a imprensa agrícola, tais como de maquinários, equipamentos, pesticidas e serrarias. Dois deles são bem conhecidos por também anunciar em *Chácaras e Quintais* e *O Campo*: tratam-se de Adolpho Botelho maquinários que estampou a primeira página da edição inaugural da *Revista Florestal*, bem como John Deere, patrocinadora também de maquinários agrícolas.

Nas edições de novembro de 1929 a junho de 1930, a formatação pouco diferiu, sendo apenas realizada uma substituição dos anúncios pelo sumário. Uma característica das capas da revista eram a ausência de estímulo do leitor a comprar o objeto. Na capa não se veiculava os artigos que seriam incluídos na edição, ou pelo menos mencionavam alguns dos trabalhos.

Eram apenas o capital simbólico da lista de colaboradores que poderiam persuadir os leitores à compra. Aqui, temos que assinalar um ponto interessante da venda da revista: a noção de que a revista era, além de uma via de disseminação da proposta de conservação era também um caminho aberto ao mercado consumidor. As estratégias de venda eram muitas tais como: a distribuição gratuita para apreciação e posterior assinatura do periódico, e seu baixo preço também influenciava.

A edição mais cara custando 5\$000, 3\$000 a mais do que as anteriores, foi a edição de aniversário de julho-agosto de 1930. Esta edição comemorativa marcou o término da primeira fase da revista e da suspensão da publicação do periódico, cujos motivos, na letra do editorial seriam "os empecilhos e dificuldades, além das hostilidades" para manter sua publicação, visto que o governo e as classes industriais não asseguravam a continuidade de publicações especializadas. No entanto, as fontes documentais – para além da revista – indicam motivos não simplesmente de ordem econômica, mas também de ordem política, para suspensão do periódico, engajando-se os intelectuais nele envolvidos na "revolução de 1930".

A capa da edição traz elementos que são importantes ressaltar. Como diria Genette, "a simples escolha de cor para o papel da capa pode indicar por si só e com muito vigor o tipo de obra" ou, ao menos, o conteúdo a que se pretende discorrer. Até o momento, as capas eram esverdeadas ou amarronzadas. Isto provavelmente faz menção direta a árvore tão cultuada na revista, cuja copa predomina o verde e a madeira, o marrom. Esta publicação, entretanto, com um fundo branco projeta uma ênfase maior na imagem do ipê-roxo do Horto Florestal da Gávea.



Imagem 2: Capa da edição de novembro de 1929. Fonte: Biblioteca do Museu Nacional.



Imagem 3: Capa da edição comemorativa de julho-agosto de 1930. Fonte: Biblioteca do Museu Nacional.

Esta árvore era uma das mais admiradas da flora brasílica e, por coincidência – ou não – ilustra o perfil temporal da revista. Seu florescer é entre junho e julho, mesma época de criação da revista e as flores caem em agosto e setembro, similar ao desaparecimento da revista. Pela primeira vez é colocada uma imagem na capa da revista. O número era tão esperado que, em maio de 1930, os editores solicitavam aos leitores fotografias de "trechos de nossas florestas e qualquer paisagem interessante" que pudessem ilustrar a aniversariante. Outra característica desta edição está atrelada a retirada do subtítulo "(Brasil)" e a lista de colaboradores que aparecem, o primeiro apenas no editorial e, o segundo, na terceira página da revista. Permanecem o lema e abaixo dele inscreve-se "Número especial de aniversário" (Imagem 3).

Os periódicos da grande imprensa documentaram a expressiva edição. O jornal *O Paiz* afirmou em sua coluna "Publicações diversas" que "magnificamente impressa e encerrando copiosa matéria literária e técnica, sobre as árvores, 'Revista Florestal', em seu número especial bem revela o quanto já se cuida desses assuntos entre nós". E ainda acrescenta: "as ilustrações do mensário dedicado às árvores são excelentes, apresentando ainda belíssima capa colorida de um trecho de floresta da terra carioca". ¹⁷ Ao ser concretizada esta primeira fase da revista, era um sonho impossível dos colaboradores o retorno da revista em curto prazo. Em menos de dois

¹⁷ Publicações diversas. In: O Paiz, 18 set. 1930, p. 8.

anos, na edição de fevereiro de 1932, lançava-se novamente ao mercado a *Revista Florestal* (Imagem 4).

Imagem 4: Capa da edição de Fevereiro de 1932. Fonte: Acervo da Biblioteca do Museu Nacional.



No editorial afirmam que não acreditavam que poderiam retornar ao campo editorial, visto que se perduraram as mesmas relações de degradação com a natureza. Mantinha-se, no entanto, o programa original e com a presença de outros atores do político e saída de alguns — como Luís Simões Lopes, que cumpria cargo de oficial no Gabinete provisório, e Octávio Vecchi, assassinado em janeiro de 1932 — que participaram da configuração da Sociedade dos Amigos das Árvores, em 1931. Ainda que a revista tivesse dissolvido, a teia estruturada pela revista permaneceu e se consolidou reivindicando diretamente ao governo provisório as suas reivindicações. A congruência com o discurso nacionalista e centralizador do Estado varguista, bem como a inserção de seus colaboradores nos quadros públicos destacados do regime possibilitou a revista se tornar oficial e, assim, não contar com anúncios e depender deles e das assinaturas para sua sobrevivência nas bancas. Tanto na edição de fevereiro com a seguinte de outubro de 1932, apresentam características similares.

Na parte superior da capa, lê-se a cidade e o país de publicação, isto é, Rio de Janeiro e Brasil, seguido pelo título no mesmo tipo de letra das primeiras edições. Abaixo constavam uma indicação da vinculação do mensário ao ministério da agricultura e, mais especificamente, ao Serviço Florestal. O espaço maior é dedicado ao sumário e um esboço de um dos símbolos da campanha de conservação: as aves e o próprio símbolo do Serviço Florestal, que equivale às mudas de árvores sendo capturadas pela mão humana. As alterações nos quadros administrativos e a desestruturação financeira desta instituição da qual partiam as decisões da revista, podem ser um indício do fim desta segunda fase com apenas estas duas edições.

A revista passa uma década fora de circulação. Nesta década o movimento florestal não simplesmente intensificou, como ganhou respaldo do Estado, que implantou entre os seus propósitos no ministério da agricultura uma política florestal. Nela, previa-se elaboração dos códigos Florestal, de Minas, de Águas e de Caça e Pesca. Ambos foram implantados em 1934, no final do governo provisório. Ampliou-se o número de hortos florestais designados pelo Estado para distribuir as mudas, institucionalizou-se a *Festa da Árvore* com o intuito de florescer nas crianças o amor às árvores, criou-se os parques nacionais do Itatiaia, em 1937, do Iguaçu e da Serra dos Órgãos, em 1939. A reestruturação do Serviço Florestal, em janeiro de 1943, com a entrada de Alpheu Domingues comandando a comissão de redação revitaliza o intento por ter um periódico destinado a tratar das florestas. Sua capa é emblemática.

A revista altera as letras de seu título e reforça nas letras "R" e "F" traços verticais simbolizando o tronco de uma árvore, demonstrando o interesse pelas madeiras. Esse horizonte pelas madeiras também é perceptível na fotografía da revista que focaliza apenas os troncos de eucaliptos e não a sua copa. Esta foto, foi extraída do Horto Florestal no Jardim Botânico. Entre as oitenta páginas da revista, os editores explicam que selecionaram os eucaliptos para ilustrar a capa, pois eles reafirmam "o vulto e a segurança do lucro que a nossa silvicultura oferece ao Brasil", visto que suas madeiras custam em torno de 20 a 25 cruzeiros cada uma. Além disso, vemos a representação da Pedra da Gávea, monumento rochoso carioca que desde a primeira fase do periódico os colaboradores lutaram para a aquela área fosse reconhecida pelo Estado como parque nacional do Rio de Janeiro, devido a abundâncias de espécies nativas e potencial ponto turístico. A edição se coloca como trimestral, porém não é levada adiante, em função da diminuição das verbas públicas a esta questão (Imagem 5).



Imagem 5

Imagem 5: Capa da edição trimestral de janeiromarço de 1943. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Imagem 6: Capa de dezembro de 1945. Fonte: Acervo da Biblioteca Barbosa Rodrigues.

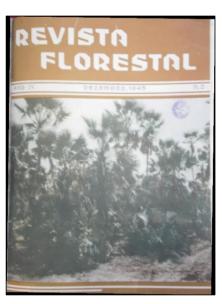


Imagem 6

O pós-guerra reavivou a necessidade de pensar as florestas nacionais, visto que os preços das madeiras aumentaram subitamente para atender os ímpetos industrialistas e trouxeram uma percepção mais acentuada da exploração de nossas florestas e ineficácia das legislações vigentes. A proteção dos monumentos naturais deveria ser reafirmada pela divulgação deste conhecimento através dos meios de comunicação e fiscalização das práticas sociais condenáveis. Retornou-se, pois, com os mesmos interesses em Setembro de 1945. As edições passaram a seguir o cronograma das estações do ano, apresentando em suas capas trimestrais as árvores da estação e paisagens exuberantes do Brasil. Em 1947 e 1948, no entanto, os gastos com a publicação tornaram-na anual, porém possuindo uma quantidade de páginas considerável (Imagem 6).

À guisa de uma conclusão parcial, podemos reportar-nos as capas da *Revista Florestal* como instrumentos para identificação do movimento conservacionista brasileiro entre os anos de 1929-1948. Nelas, expõem-se os interesses que vinculavam o problema florestal a uma categoria relevante à nação brasileira. É, em primeiro lugar, um problema a ser solucionado na visão dos intelectuais que do periódico participa, ou seja, opera-se um diagnóstico sobre os anos de 1920, que indica ser necessário o reflorestamento do país para as gerações futuras e projeta-se como solução a necessidade de uma Estado fiscalizador, forte e centralizador, para conter tal problemática que ponha em primeiro plano os interesses da Nação. As capas, desse modo, esboçam o perfil conciliador entre o projeto conservacionista e o desenvolvimentista, visto que a finalidade é a de alcançar o progresso econômico e industrial permanece, porém, sob uma cautela no uso dos recursos naturais.

PARTE IV

INTELECTUALIDADE, ESCRITA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

11. (Re)escrita da história do Brasil na virada do século XIX para o XX

Bárbara Winther da Silva*

Resumo: O texto em questão preocupa-se em problematizar questões referentes à escrita da história no final do Império e durante a Primeira República no Brasil. Para tanto, optamos por investigar um local de produção do discurso histórico de grande proeminência e importância nesse período: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ele foi criado no ano de 1838 e tinha como umas das suas funções primordiais pensar a construção da nacionalidade brasileira. Através da análise das páginas da Revista do referido Instituto - especificamente: pareceres da comissão de admissão de novos sócios, discursos de posse e artigos que pensam a natureza do conhecimento histórico - buscaremos compreender a concepção de história para os letrados vinculados a este local de produção historiográfica, assim como as diversas preocupações sobre a melhor forma de escrevê-la.

Palavras-chave: História; IHGB; Historiografia; Primeira República.

Abstract: The aim of this text is discuss issues related to the writing history the end of the Empire and during the First Republic in Brazil. Therefore, we chose to investigate a local production of the historical discourse of great prominence and importance in this period: the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB). It was created in 1838 and had as primary function consider the preparation of Brazilian nationality. Analyzing the pages of the Journal of the Institute, specifically on opinions of the admission comission for new associates, inaugural adress and articles that discuss the nature of historical knowledge, try to understand the concept of history for these scholars linked to this place of production historiography, as well as the various concerns about the best way to write it.

Keywords: History; IHGB; Historiography; First Republic.

O presente trabalho tem como foco de análise a escrita da história no final do Império e durante a Primeira República no Brasil. O espaço que me debruço para realizar a pesquisa é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), através das páginas da sua Revista. Esse instituto foi criado em 1838, tendo como principal função pensar a escrita da história nacional.

Como apontou Manoel Luís Salgado Guimarães, a história seria a ferramenta essencial para forjar a tão pretendida nacionalidade, discussão que perpassa todo o século XIX e se desdobra durante o XX. Em outras palavras, o objetivo era indicar o sentido da formação do

^{*} Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGH-FRRJ, sob a orientação da professora Dra. Rebeca Gontijo e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Contato: <wintherbarbara@hotmail.com>.

Brasil, conformando uma visão uniforme entre as elites, ou melhor, uma "retórica da nacionalidade", nas palavras de Temístocles Cezar.¹

De acordo com esse autor, a expressão define a principal característica da cultura historiográfica oitocentista: a produção de um discurso com a finalidade de convencer os nacionais de que partilhavam um passado comum e um presente com a mesma identidade. Contudo, ao mesmo tempo em que almejava uma compreensão homogênea de si mesmos e da história do Brasil, esse discurso historiográfico encobria elementos dispersos, uma vez que, naquele contexto, a história, a geografia, a literatura e a etnografia buscavam singularizar essa "retórica", constituindo-se como domínios de explicação do ser nacional.²

Os textos que me proponho analisar são: discursos de posse, pareceres da comissão de admissão e artigos que versam sobre o conceito de história. São textos publicados na Revista do IHGB entre os anos de 1870 e 1920. Todos esses textos de alguma forma pensam a natureza do conhecimento e como a operação historiográfica deve ser realizada. A pergunta que proponho responder é: qual a concepção de história que os letrados da Primeira República possuíam? E para, além disso, qual a definição de ser historiador? E por fim, quais as formas pelas quais essa história deverá ser escrita?

Levando em consideração que o período que me proponho analisar é marcado por mudanças, como exemplo, a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889), é importante levar em consideração que esses acontecimentos se articularam com diversas preocupações referentes à escrita da história. Nesse sentido é bom lembrar que a instauração da República, em 1889, colocou novas exigências para a escrita da história, além disso, "tais investimentos implicavam na consolidação da história como um saber estratégico, de importância capital para a legitimação da República". Com isso:

[...] o estudo e a escrita da história deveriam adquirir novas características, além de reformular outras tantas, reinventando a tradição historiográfica herdada do Oitocentos, a fim de construir uma tradição historiográfica republicana. Tal empreendimento deveria enfrentar um conjunto de temas cruciais, relativos à questão da formação da nacionalidade.⁴

¹ CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006, p. 30-41.

² Idem, p. 29.

³ GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano*: Capistrano de Abreu, da historiografía ao historiador (Tese em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2006, p. 245.

⁴ Idem.

Um exemplo é o texto do sócio do IHGB, Tristão de Alencar Araripe, intitulado *Indicações sobre a istória nacional* e publicado em 1894 nas páginas da revista do IHGB. Segundo Hugo Hruby, o texto de Araripe pode ser considerado o 1º ensaio teórico-metodológico para os historiadores da Primeira República.

Nesse texto Araripe levanta diversas questões acerca de como deve ser escrita a história nacional, sendo que para esse presente texto optamos por tratar apenas algumas questões, as quais serão abordadas no decorrer do trabalho.

Esse ensaio é um exemplo de articulação de duas concepções de história: a concepção antiga e a moderna. Nesse trabalho ele tenta articular a dimensão ligada à exemplaridade da história, ao mesmo tempo, que defende que a história se embase em procedimentos de crítica a fonte, ligada a uma dimensão científica, ao mesmo tempo, que tem como exigência primordial para o historiador: o uso de documentos em seu trabalho. O uso de fontes é de crucial importância não só para Araripe, mas para outros "homens de letras" desse período, sendo uma das ferramentas no trabalho daqueles que se propõem a escrever a história nacional.

Fazendo referência à utilização de documentos na escrita da história pelos historiadores brasileiros, Angela de Castro Gomes, argumenta que: "O que distinguia fundamentalmente o trabalho historiográfico daquele realizado por outros intelectuais seria essa relação da pesquisa da crítica e da interpretação de fontes, que exigia a identificação, a classificação e o uso dos documentos".⁵

No que diz respeito a esses "homens de letras", é bom lembrar que transitavam entre diversos campos do saber. A esse respeito Rebeca Gontijo salienta que:

[...] a expressão "homem de letras" servia para designar um conjunto bastante amplo e heterogêneo de polígrafos, que incluía bacharéis em direito, médicos, engenheiros e literatos, que se ocupavam de modo diferenciado do ensino, da escrita da história, dos debates políticos, da literatura e dos temas sociais, através de atividades como, por exemplo, o jornalismo, o magistério e a crítica literária.⁶

Outra questão importante nesse momento é ligada ao âmbito da testemunha. A dimensão ligada a essa instância pode acarretar juízo de valor na pena do historiador. A Primeira República coloca um problema para esses homens que pretendem escrever o grande livro da história nacional: a distância em relação aos acontecimentos. A república é um evento recente, ao mesmo tempo, em que está se desenrolando frente aos seus olhos. Tendo isso em vista, ao mesmo tempo em que são testemunhas dos fatos, são eles que irão escrever a história. Então

⁵ Cf. GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

⁶ GONTIJO. Op. cit., 2006, p. 23.

como não ser parcial e tendencioso na escrita da história? Ao mesmo tempo em que uma exigência para esses historiadores é o patriotismo, um sentimento muito exaltado por esses homens. Isso nos coloca outras questões, como por exemplo: o que é ser um historiador patriota nesse momento? Além disso: qual pátria é essa que deve ser exaltada? São essas perguntas que minha pesquisa tentará responder.

Uma metáfora recorrente é a do historiador como um juiz imparcial, devendo deixar suas paixões de lado na hora de produzir a história nacional. Ao mesmo tempo, que ser historiador é encarado como uma missão sacerdotal, de suma importância para a nação brasileira. A esse respeito o letrado Tristão de Alencar Araripe salienta que: "Daqui nasce a necessidade oje reconhecida de documentar a istoria, de maneira que o istoriador não pareça arbitro das reputações, mas juiz imparcial, embora severo. Eis o que dezejara praticado pelos nossos futuros istoriadores".⁷

O presente é uma temporalidade muito importante para esses homens. Ela articula-se com o passado e o futuro. O que cria outro problema: com qual passado o presente estará articulado? Tal pergunta está intimamente ligada ao futuro que é idealizado e que ao mesmo tempo é incerto.

A ideia de que o Brasil é um país na infância, ajuda a sustenta que o mesmo possui um espaço de atuação mais amplo, uma vez que precisa trilhar muitos caminhos que lhe propiciarão a entrada no rol das grandes civilizações. A República, partindo desse pressuposto, entra em cena como um progresso histórico, uma etapa da evolução pela qual a nação brasileira deveria passar. O presente nesse sentido é exaltado como inevitável, ao mesmo tempo em que o passado escrito na figura do Império, deve ser ultrapassado, ou melhor, superado.

Aí é evocado o problema do Império, principalmente o II Reinado, um futuro tão próximo, mas que ao mesmo tempo coloca diversas questões: como, por exemplo, lidar com uma forma de governo diferente ao passo que a anterior está tão próxima. Uma forma destes letrados lidare com essa questão é buscarem eventos que buscavam o rompimento com o Império. Um exemplo é a Revolução de 1817, vista como um evento que já tinha elementos da recente República. A Revolução Farroupilha também é um evento lembrado e exaltado como importante de ser narrado pelos futuros historiadores.

Entretanto, essa menção e importância atribuída à Revolução de 1817 não foi uma constante. Um exemplo são as próprias páginas da *Revista do IHGB* (RIHGB), na qual, essa temática foi velada e mantida no esquecimento durante muito tempo. Apenas em 1853, a revista

⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a istoria nacional. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 286.

do Instituto publica um manuscrito sobre tal acontecimento, que tinha uma visão favorável ao governo do Rio de Janeiro.⁸

A maioria dos trabalhos publicados na revista desqualifica a Revolução de 1817. Um exemplo desse tratamento dado ao fato é a análise de Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua obra *História geral do Brasil* (1854-1857), na qual afirma que:

É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar [...]. Sabemos que está na moda adular os anais pernambucanos com a proeza dessa revolução [...]. Vão decorridos já quarenta anos depois desta insurreição, e os sucessos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mito heroico de patriotismo, *não brasileiro mas provincial, sem fundamento algum.*⁹

Porém, existem aqueles poucos que se dedicam a exaltar essa revolução. Um exemplo de defesa feita pode ser observado em Alexandre Barbosa Lima. Esse último critica a historiografia anterior que tratava tal evento como menor, como um fato isolado. ¹⁰ Usando as palavras de Lúcia Guimarães, que comenta a análise de Barbosa Lima sobre a Revolução de 1817: "No seu entender, chegara o momento de se fazer justiça e incorporar ao panteão da pátria, onde já se encontrava o mineiro Tiradentes, a *trindade égria* de Pernambuco: Padre Montenegro, Domingos José Martins e Frei Caneca". ¹¹

Outra questão abordada diz respeito à educação, ligada no caso de Tristão de Alencar Araripe à instrução pública. Mas, antes de nos atermos mais precisamente a Araripe, é importante lembrar que no primeiro número da revista do IHGB, publicado em 1839, a questão da educação já aparece. O primeiro artigo do seu estatuto diz:

Art. 1º O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim *coligir, metododizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil*; e assim também promover conhecimentos deste dous ramos filológicos por meio do ensino público logo que o cofre proporcionar esta despesa. ¹²

⁸ Sobre os trabalhos referente à Revolução de 1817 nas páginas da Revista do IHGB ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Entre a monarquia e a República: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república*: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008, p. 155.

⁹ VARNHAGEN *apud* GUIMARÃES. Op. cit., 2008, p. 155-156 [grifos meus].

¹⁰ GUIMARÃES. Op. cit., 2008.

¹¹ Idem, p. 159.

¹² Extrato dos Estatutos. In: *RIHGB*, tomo I, p. 18, 1839 [grifos meus].

Araripe defende que a instrução, juntamente com a história, seria útil ao povo brasileiro e ao mesmo tempo ao desenvolvimento do país e ao progresso. Tal progresso se daria através da instrução popular, que seria a luz da pátria. Instrução e ilustração que colocariam o Brasil no rol das grandes civilizações. Civilização essa que é republicana, sendo assim, há uma "necessidade de uma cultura cívico-patriótica, capaz de produzir novos cidadãos". A esse respeito, Angela de Castro Gomes salienta que:

[...] existe uma convergência quanto à urgência da República de produzir um novo discurso político, carregado de valores e simbologias cívicos-morais, no qual a história, ao lado da geografia e da língua pátria tinha um lugar estratégico. Ou seja, em função desse fundo político-ideológico, a questão da educação nacional [...], a questão da educação cívico-patriótica têm seu peso e importância nada desprezíveis. 14

Outro fator de desenvolvimento para a nação é a justiça, que conciliada com a instrução, serviria de base para o progresso do país. O Brasil, com a implantação da República, fixou as bases para o progresso, tendo como ideias-chave, segundo Araripe, as já mencionadas instrução e justiça. O autor defende que: "a instrução e a justiça pois são duas idéas fundamentaes, que não têm fim restrito, mas sim geral, constituindo condição indispensável á vida das sociedades umanas".¹⁵

Essas "duas ideas fundamentaes" devem estabelecer relação de complementaridade e articulação, tendo em vista que só a sua ação conjunta torna a vida social possível. Sendo assim, essas duas ideias são necessárias. Segundo Araripe: "Como porém fazer justiça e avaliar d'ela sem instrução? E' tão necessária a instrução para a existência e pratica da justiça que os sagrados livros ensinam-nos como impreterível a luminoza máxima: *Erudimini, vos qui judicatis Terram*". ¹⁶

A escrita da "história pátria" deve ser diferente daquela construída pelos antigos, que tinham como fatores de exaltação e narração, fatos ligados apenas a duas dimensões da vida humana: a questão militar (ligadas às guerras, disputas) e questão política (sempre referente à exaltação de uns poucos indivíduos). Essas duas dimensões fazem parte da ação humana, mas esta não pode ser resumida a apenas essas duas instâncias da vida humana, mas sim diversos outros assuntos nos quais a ação humana atua e pode frutificar em exemplos muito mais pertinentes de serem colocados na memória nacional. Alguns exemplos dessas temáticas são: a indústria, o comércio etc.

¹³ GOMES. Op. cit., 2009, p. 85.

¹⁴ Idem, p. 95.

¹⁵ ARARIPE. Op. cit., 1894, p. 262.

¹⁶ Idem, p. 262.

Uma questão ligada às proezas militares faz referência que os eventos narrados são sempre qualidades pertencente aos conquistadores, assim, excluem-se os outros que estavam mantendo contando com os conquistadores, assim como restringe a ação do último apenas a dimensão militar. Tendo em vista, é claro, que o próprio Brasil é um país colonizado, que foi conquistado, sendo assim, os países que foram conquistados devem ser lembrados na história das civilizações, ou melhor, serem objetos narrados na história universal, pois é uma peça importante no mundo. O que já atenta para uma preocupação recorrente: a busca pelo lugar do Brasil entre as grandes civilizações.

Percebe-se com isso que a autoridade dos antigos não continua intacta. Exigem-se novos rumos para a escrita da história, não mais os antigos são uma fonte de saber inquestionável. Eles, de certa forma, limitavam as suas narrativas, detinham-se em apenas alguns fatos da dimensão da vida humana. Até mesmo os aqueles tidos como exemplos de historiadores nacionais são questionados, como, por exemplo, Francisco Adolfo de Varnahgem e Rocha Pitta. Porém, tal crítica não exclui as qualidades dos que vieram antes, exaltando o que para esses letrados é uma das características positivas dos antigos: a arte de escrever. Construir uma narrativa dotada de uma bela escrita continua sendo uma preocupação, pois, através da forma como a narrativa é construída, assim como por meio do que é narrado, a nação terá como referencial uma história que ao mesmo tempo tem o poder de atrair o leitor para o texto, assim como inspirar as suas ações, tendo em vista as personagens, os eventos, que são escolhidos como merecedores de serem narrados para a integrarem a história da nação em construção.

Entretanto, apesar da crítica aos "antigos" eles não são descartados. O historiador deve ter a destreza de retirar desses relatos informações úteis para a história da nação, que possam contribuir para a futura da escrita da história nacional. Essa questão da escrita futura é outra dimensão muito presente nesses estudos. Eles preocupam-se em deixar um terreno fértil, propício para a escrita da história, uma vez que o *como* deveria ser escrita está em etapa de reformulação, além desse fator, existia a própria incerteza do tempo presente, a recém República, não tinha sua direção já totalmente determinada. Tendo em vista tal conjectura, decorrente de demandas ainda em construção, esse projeto deveria ser ainda formulado e esperado para ser concretizado, o que não impedia, de forma alguma, os contínuos debates de como o mesmo deveriam ser concretizado.

Pensando nas formas de concretizar esse projeto de escrita da história nacional, Tristão de Alencar Araripe lança alguns conselhos para os futuros historiadores, diz ele: "O futuro istoriador do Brazil será aquele que souber ensinar-nos donde veio, e como formou-se este povo

magnânimo, excitando ao mesmo tempo o patriotismo dos brazileiros, já tão assinado no passado, e tão prometedor do futuro". ¹⁷

E por fim, trataremos da constante preocupação com as origens. A busca das origens é outro assunto muito discutido e abordado. Essa busca de origens não deve ser a partir de cronistas, historiadores antigos, romancistas, mas sim de documentos, pois até a sua descoberta a história pode está repleta de conjecturas, que não são meritórias de esclarecimentos de fatos, argumenta o Barão de Capanema a esse respeito: "Só se podem formular conjecturas até que se encontrem documentos que esclareçam o fato". ¹⁸ Os documentos são o que irão legitimar a escrita da história, ao mesmo tempo que colocará a exigência de novos procedimentos ligados ao trato com os diversos documentos que serão elencados como importantes.

Portanto, vemos que a escrita da história nesse período não é algo acabado, mas pelo contrário, existem diversas interpretações acerca de como a história deveria ser escrita, quais eventos e personagens deveriam ter lugar no livro da história nacional, do ponto de vista republicano. Por fim, a localização e compreensão dessas interpretações permitirá, também, compreender qual o papel atribuído ao historiador entre os homens de letras no Brasil no início do século XX, considerando que nas discussões acerca da (re)escrita da história, supostamente, articulam-se a definição daqueles que deveriam escrevê-la.

¹⁷ Idem, p. 289-290.

¹⁸ CAPANEMA, Barão de. Questões a estudar em relação aos princípios da nossa história. In: *Revista do IHGB*, tomo 52, I parte, 1889, pp. 499-509, p. 254.

12. Um historiador em tempos de mudança. José Honório Rodrigues e o campo historiográfico dos anos 1950

Mariana Rodrigues Tavares*

Resumo: Este trabalho se destina a apresentar a atuação de José Honório Rodrigues nos anos 1950-60, período em que se inicia um processo de reconfiguração do campo historiográfico, redefinindo-se novos cânones e estabelecendo-se novos paradigmas. Neste sentido, ao analisar a trajetória deste intelectual procurarei mostrar de que maneira José Honório Rodrigues foi um intelectual de transição e a sua opção pela permanência em arquivos conferiu um espaço diferenciado na historiografia atual, especialmente se comparado a outros intelectuais.

Palavras-chave: Reconfiguração do campo; Intelectuais; José Honório Rodrigues.

Abstract: This paper is intended to present the work of José Honório Rodrigues in the years 1950-60, period that begins a process of reconfiguration of the historiographical field, redefining new canons and setting up new paradigms. Thus, when analyzing the trajectory of this intellectual endeavor to show how José Honório Rodrigues was an intellectual transition and his choice of staying in files given a distinctive space in current historiography, especially compared to other intellectuals.

Keywords: Field's reconfiguration; Intellectuals; José Honório Rodrigues.

No que se refere à história, inclusive à história do Brasil, em seus diferentes setores, foi certamente decisiva e continua sê-lo, sobre as novas gerações, a ação de alguns daqueles mestres: de um Jean Gagé, por exemplo, e de um Fernand Braudel em São Paulo; de um Henri Hausser e de um Eugène Albertini, na hoje extinta Universidade do Distrito Federal. O que puderam realizar até aqui, no sentido de sugerir novos tipos de pesquisa e suscitar problemas novos, é apenas sensível, por ora, em certos tipos de trabalho – cursos especiais, seminários, teses de concurso –, que pela sua mesma natureza hão de fugir ao alcance de um público numeroso. Não parece excessivo acreditar, entretanto, que neles já se encontra o gérmen de um desenvolvimento novo e promissor dos estudos históricos no Brasil. 1

A utilização desse fragmento, de Sérgio Buarque, como introdução, tem a função de evidenciar de que maneira a produção de balanços historiográficos nos anos 1950 parece ter seduzido os intelectuais. Além de Buarque de Holanda, cabe citar os de Fernando de Azevedo, intitulado *As ciências no Brasil*; o de Nelson Werneck Sodré, cujo título era *O que se deve ler para conhecer o Brasil*; e o trabalho organizado por Rubem Borba de Morais e Willian Berrien,

^{*} Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e bolsista de Iniciação Científica no projeto intitulado *Escritas da história e construção historiográfica: José Honório Rodrigues no espaço da produção intelectual dos anos 1950*, sob a orientação da professora Dra. Giselle Martins Venancio e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Contato: shistoria.mari@gmail.com>.

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *O pensamento histórico no Brasil dos últimos cinquenta anos*. Correio da Manhã, 15 jun. 1951.

chamado *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*; além, é claro, os livros de José Honório Rodrigues, meu objeto, e intitulados *Teoria da história do Brasil* (1949) e *A pesquisa histórica no Brasil* (1952).

Mas para além dos balanços historiográficos, os anos 1950 guardava a novidade da mudança residia na primeira "remessa" da produção oriunda das Universidades. Indubitavelmente, a principal discussão da época era a configuração de um balanço e a delimitação de fronteiras entre o antigo e novo na historiografia brasileira. As regras mudaram conforme se modificava a estrutura do jogo em que as suas próprias regulações são elas mesmas postas em jogo. O campo historiográfico, parafraseando Bourdieu,² estava suscetível a mais uma mudança. O que antes pertencia à órbita dos Institutos Históricos, no sentido de legitimar a produção das versões da História brasileira, sofre uma ruptura nos anos 1950 e 1960, passando às Universidades, recentemente criadas no Brasil. O caso mais emblemático e já analisado é da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi).

Conforme argumenta Marieta de Moraes Ferreira, a análise do ensino de história na FNFi da Universidade do Brasil (UB) implica no acompanhamento da experiência desenvolvida durante o tempo de existência da própria universidade, onde esse ensino ocorreu entre os anos de 1939-1964/65.³ Nesse período de criação das universidades e posteriormente da circulação das primeiras produções, traduziu-se, efetivamente, na mudança de paradigmas acerca dos estudos científicos e da própria constituição da História enquanto uma ciência. Entretanto, os processos de mudanças de cânones e paradigmas não foram exclusivos apenas dessa época, mas corresponderam às próprias renovações dos campos, fossem eles literários ou históricos.

Juntamente com a redefinição da História, vista a partir desse momento como uma área de estudos científica, o processo de requalificação dos cânones não poderia deixar de acontecer. E é a partir desse traço que procurarei inserir meu objeto de estudo. O objetivo deste trabalho é apresentar/analisar o espaço intelectual de José Honório Rodrigues no campo histórico dos anos 1950. E aproveitando a redefinição dos cânones, começaremos por José Honório Rodrigues e os diagnósticos sobre a produção intelectual brasileira. O maior exemplo é, sem sombra de dúvida, a retomada da figura de Capistrano de Abreu.

² BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed.UNESP, 2004.

³ FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, abr./jun. 2012, p. 611-636.

José Honório Rodrigues foi o organizador, prefaciador e anotador das edições da obra de Capistrano de Abreu posteriores a 1954, com a exceção das obras Caminhos antigos e povoamento do Brasil, de 1960, e das últimas publicações da Sociedade Capistrano de Abreu (SCA), a 2ª edição da 3ª série dos Ensaios e estudos e dos Capítulos de história colonial, ambas de 1969. Mas as relações de José Honório Rodrigues com a obra de Capistrano são anteriores a sua entrada na Instituição, em 1939. Foi como pesquisador dedicado à história da Colonização holandesa no nordeste brasileiro que José Honório Rodrigues iniciou sua aproximação com a obra de Capistrano, além de ter recebido um prêmio na Academia Brasileira de Letras (ABL) com o livro dedicado a história dos holandeses no Brasil. Com relação à Sociedade Capistrano de Abreu, nascida em 1927, ano da morte de Abreu com a função de preservar a memória do intelectual, conforme mostra a dissertação de Ítala Byanca "Les morts vont vite: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)", nessa sociedade José Honório ingressa, em 1939, ano inicial de sua carreira levando em consideração sua formação, em 1937, por meio de uma publicação na Revista do Livro que, nas palavras de Byanca, fora "o primeiro encontro de JHR [José Honório Rodrigues] com Capistrano de Abreu".4

Para além do exposto acima, da retomada de Capistrano como historiador, José Honório Rodrigues prestava homenagens ao "mestre" por considerá-lo um exímio pesquisador. A pesquisa e o trabalho com fontes eram fundamentais para José Honório e garantiriam, assim, a expressão do trabalho do verdadeiro historiador. Nas palavras de Honório Rodrigues:

É especialmente com Capistrano de Abreu que se inicia a historiografía nova, expressão do Brasil novo, pois ao escrever *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (1899), tema colonial ainda, ele rejeita a ênfase sobre as origens europeias e as relações europeias. Seu tema é integralmente nacional, pois convidava os historiadores brasileiros a não centralizar o seu interesse nas comunidades do litoral, mas no interior, no próprio Brasil arcaico, é verdade, mas nas origens autônomas do Brasil novo: as minas, as bandeiras, os caminhos. A rejeição colonial está implícita no próprio tema colonial.⁵

Mas o resgate da memória de Capistrano de Abreu não parava por aí. Em 1953, ano do centenário de nascimento de Capistrano, a intenção da Sociedade que levava seu nome e a de

⁴ SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Les morts vont vite*: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969) (Dissertação em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008, p. 184.

⁵ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução metodológica. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p.34.

José Honório Rodrigues era a publicação das cartas do velho historiador. Em reportagem do *Diário de Notícias*, desse ano trazia a seguinte informação:

Obras e Cartas de Capistrano de Abreu / A obra de Capistrano de Abreu será novamente editada. O Instituto Nacional do Livro, utilizando-se de uma verba de Cr\$ 300 mil, destinada à edição das obras do grande escritor brasileiro, lançará no mercado a sua correspondência. Dado o tom sarcástico de certas cartas de Capistrano, é bem possível que não sejam elas editadas, sobretudo porque atingem personalidades ainda vivas, informa-se oficialmente. A grande parte de sua correspondência será, porém, divulgada. A tarefa de coligir os documentos foi executada pelo Sr. José Honório Rodrigues, que nela trabalhou durante dois anos. A parte restante das Obras será reeditada pela Livraria Briguier, que possui os direitos autorais. Constitui-se ela, entre outros, dos seguintes livros: "Descobrimento do Brasil", "Estudos e Ensaios", "História Colonial". O Instituto Nacional do Livro dispõe de uma verba global de Cr\$4 milhões para garantir os editores no lançamento dos livros, adquirindo um mínimo que será posteriormente distribuído entre as bibliotecas públicas do país. Dessa verba serão retirados os recursos para garantir a edição das Obras Completas de Capistrano de Abreu.⁶

No entanto, ao que parece, a publicação das cartas de Capistrano nunca saíu dos projetos de José Honório. Segundo Ítala Byanca, estudiosa de Capistrano aqui citada, o impedimento se deu em razão de um veto interno da Instituição, a Sociedade Capistrano de Abreu, para as publicações de Capistrano por Honório Rodrigues, que se apresentava como "guardião da memória" de Capistrano de Abreu. O meu propósito de contar a atuação de José Honório através da recuperação da memória de Capistrano de Abreu tem profundas relações com o projeto de História de Honório Rodrigues, por mim chamado de "um historiador em tempos de mudança". José Honório, além de admirar Capistrano pelo trabalho com as fontes e, principalmente, seu empenho de divulgá-las, havia historiadores que pouco contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, no sentido que definia como a conquista e a reprodução de documentos para o uso dos historiadores em geral. Munido desse propósito, José Honório Rodrigues seria um historiador empenhado em difundir as fontes para os historiadores. É o que veremos através da coleção *Documentos históricos* e de sua atuação no Arquivo Nacional (AN).

A Série *Documentos históricos*, da Biblioteca Nacional (BN), foi criada em 1928, pelo diretor Mário Behring, que esteve à frente da instituição entre os anos de 1924 e 1932. Durante os oito anos de gestão de Mario Behring a série contou com os primeiros vinte volumes publicados. Para Behring, por meio desta série, "começam a ser publicados os mais antigos

⁶ Para maiores detalhes, ver: Suplemento Literário. In: *Diário de Notícias*, 29 mar. 1953 [grifos meus].

⁷ SILVA. Op. cit., 2008, p. 208.

manuscritos que neste estabelecimento existem [...] constantes de volumosos códices que raríssimas pessoas tem até aqui consultado".⁸

Na gestão seguinte a de Mario Behring, coube a Rodolfo Garcia a direção da Biblioteca Nacional e a respectiva série atingiu a marca de 70 volumes publicados. Mas a fase áurea dessa coleção viria mais tarde, entre os anos de 1946 e 1956, sob a administração de José Honório Rodrigues, como chefe da seção de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional. Coordenada por José Honório Rodrigues, a série atingiu o número de 110 volumes publicados, após um período de inatividade. Em cada volume era publicado cerca de 300 páginas de documentos. No entanto, mais do que o ressurgimento de uma série de fontes documentais, a *Documentos históricos*, de José Honório Rodrigues, representou um traço característico da "era" Honório Rodrigues à frente das Instituições de guarda de acervos e de seu plano de recuperar uma dada forma de escrever a História que, em sua concepção, compunha-se pela incansável interpretação de fontes.

Ao assumir a direção de uma das seções da Biblioteca Nacional, logo após a sua saída dos quadros de funcionários do Instituto Nacional do Livro (INL), o primeiro passo de José Honório Rodrigues foi catalogar a documentação existente na Instituição, a fim de possibilitar aos pesquisadores meios para a escrita da História. Uma das justificativas oferecidas por José Honório para a necessidade de resgatar os documentos e principalmente organizá-los,

É a falta de catálogos e, portanto, o não conhecimento completo do acervo, da Biblioteca que explica a escolha arbitrária dos códices divulgados, sem respeito ao assunto e à data, e as constantes variações cronológicas e frequentes mudanças da matéria dos volumes já publicados. [...]. A organização de um plano de publicações de documentos históricos depende, portanto, da catalogação e do conhecimento do acervo. Este seria o único caminho certo em relação a escolha dos textos. Todavia, pelo fato de não conhecermos todos os documentos e, portanto, de não podermos justificar a nossa escolha, não se desencaminhará a publicação. Esta, durante mais algum tempo não será ordenada sistemática, cronológica, mas procurará atender à esta exigência agora que de novo se cataloga e se conhecem milhares de peças, e à segunda

⁸ BEHRING *apud* ANDRADE. *A edição de documentos históricos do acervo da Biblioteca Nacional*. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, 2 a 6 set. 2011, p. 1-12.

⁹ Os 110 volumes publicados durante o período de José Honório Rodrigues como chefe de seção, correspondem à direção de Josué Montello (1946-1951), na qual foram publicados os volumes de 71-94 e, posteriormente, a direção coube a Eugênio Gomes (1951-1956), na qual se publicaram os volumes 95-110. O mais curioso dessa história é que a segunda maior fase de publicações corresponde ao período em que Honório Rodrigues esteve à frente da seção de Publicações e, o mais importante: a série encerraria sua publicação no mesmo momento em que Honório deixava a Biblioteca Nacional, para assumir outros cargos no Arquivo Nacional e no Itamaraty. Após 42 anos sem publicações entre 1955 – data de publicação do volume 110 – até 1997 não se publicaria nenhum volume. Depois disso, em 2011, foi lançado o último volume e, até o ano de 2013, não há mais dados a respeito de novos lançamentos. Essa história mostra de que maneira a prática documental e arquivística esteve sempre atrelada a historiografia de José Honório Rodrigues.

norma de uma edição de documentos históricos - que é a de reproduzi-los autenticamente. 10

Em paralelo ao trabalho na Biblioteca Nacional, José Honório Rodrigues lecionou no Instituto Rio Branco, para a formação de funcionários no Itamaraty, entre os anos de 1946 a 1956, assim como permaneceu na seção de pesquisas do mesmo instituto, entre 1949 e 1950, trabalhando no arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Nesse Instituto, José Honório além de movimentar uma enorme gama de funcionários, foi responsável por mapear a documentação do Visconde do Rio Branco, para citar um exemplo.

No entanto, o cargo mais importante que ocupou na administração pública foi de diretor do Arquivo Nacional, de 1958 a 1964. Já em 1959, publicava o livro intitulado A situação do Arquivo Nacional, em que dizia, "Ao assumir a direção do Arquivo Nacional, aos 29 de agosto de 1958, não pude reprimir minha desolação diante do espetáculo deprimente de desorganização e abandono que revelava a velha instituição". E continua afirmando sobre a referida obra:

> A presente exposição, baseada na experiência de um ano e na leitura de todos os relatórios desde 1844, procura estudar, com a maior objetividade, os aspectos fundamentais do problema e encaminhar as soluções para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração e possa assegurar ao povo de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação. 11

Mas, além das preocupações com o acesso a informação, a grande questão para Honório Rodrigues residia também na organização dos fundos, nas seções e nas coleções do Arquivo Nacional. Em suas palavras: "Como o Arquivo Nacional não possui um registro geral dos fundos; como nunca se procedeu à elaboração de inventários, mesmo preliminares ou provisórios, como nunca se fizeram guias gerais [...] só se pode ter uma ideia muito provisória do acervo geral".12

Conforme demonstra Mariana Simões, ¹³ a intenção de José Honório Rodrigues era oferecer subsídios para a melhoria da formação dos profissionais de arquivo e, ao mesmo tempo, promover a valorização de edições e publicações que auxiliassem no trabalho dos

¹⁰ RODRIGUES, José Honório. Série *Documentos históricos – Pernambuco e outras capitanias do Norte – cartas* e ordens (1717-1727), v. LXXXV, 1949.

¹¹ RODRIGUES, José Honório. A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios *Interiores*, 1959, p. 33.

¹³ SIMÕES, Mariana. José Honório Rodrigues, a turma de publicações e as Publicações técnicas do Arquivo Nacional. Anais do XVII Simpósio Nacional de História. ANPUH: Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356 ARQUIVO texto Anpuh MarianaSimoes rev .pdf>. Acesso em: 23 nov. 2013.

arquivos e na formação dos profissionais. Todas essas questões levaram José Honório Rodrigues a inaugurar no Arquivo Nacional a série *Publicações técnicas*, lançando 27 números no total. Essas publicações tinham a finalidade de preparar a equipe de profissionais arquivistas para atender o público de pesquisadores, além de impulsionar a estabilização do campo dos estudos da arquivologia.

A estrutura narrativa aqui apresentava procura analisar de que maneira José Honório Rodrigues, nos anos 1950, foi um historiador que ocupava todas as instâncias de legitimação do campo historiográfico, espaço social este passível de mudança como o eram naquele momento. A prática historiográfica de José Honório era a do historiador polígrafo, aquele que, para Honório, só seria um verdadeiro profissional através das fontes e dos documentos históricos. Para além dos ambientes de arquivo e da valorização do trabalho documental, José Honório Rodrigues também não deixou de venerar os mestres da historiografia como aqui já afirmado. Nas palavras de Honório "Varnhagen, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia¹⁴ formavam a trindade bendita da historiografia brasileira". Seus métodos e formas de trabalho deveriam ser recuperados e valorizados pelas gerações dedicadas aos estudos históricos. E foi essa a maior contribuição de José Honório a frente dos Institutos e da Série *Documentos históricos*. Seu plano compreendia mais do que a recuperação de fontes históricas, mas sim, o resgate de uma tradição historiográfica que estava ficando relegada a segundo plano em tempos de mudança como o eram nos anos 1950. A legitimidade da História estava mudando de curso, mas, para José Honório, nossos primeiros mestres jamais deveriam ser esquecidos.

No que diz respeito a José Honório Rodrigues atualmente, não é demais supor que em tempos de centenário como o são o ano de 2013, Honório Rodrigues tem sido cada vez mais reapropriado pela historiografia. Podemos verificar isso pela elaboração de teses com a de André Freixo, intitulada *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*, ¹⁶ defendida em 2012, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o resgate intenso e efetivo do grupo paraibano personalizado na figura de José Octávio de A. Mello e os "honorianos" do nordeste. No entanto, ao contrário dos trabalhos dedicados a resgatar e recuperar a memória de José Honório Rodrigues, nosso objetivo neste artigo e nesta

¹⁴ Um fato curioso a respeito da retomada de Rodolfo Garcia por José Honório Rodrigues se deve à enorme expressividade do primeiro na Sociedade Capistrano de Abreu. José Honório Rodrigues, como visto, além de um admirador do trabalho de Capistrano, foi o responsável pela publicação de suas correspondências. Para maiores esclarecimentos, ver: SILVA. Op. cit., 2008.

¹⁵ Para maiores detalhes, ver: RODRIGUES, José Honório. Rodolfo Garcia. In: _____. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970, p. 155-163.

¹⁶ FREIXO, André de Lemos. *A arquitetura do novo*: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues (Tese em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

pesquisa é o de evidenciar como Honório Rodrigues foi um historiador imerso no período da transição e, mais do que isso, foi destacar de que maneira a sua opção pela prática arquivística acabou por conceder um espaço de reapropriação historiográfica marginalizado.

13. Leituras e leitores à margem da primeira edição de "Visão do paraíso", de Sérgio Buarque de Holanda (1959)

André Carlos Furtado*

Resumo: Em 1958 o texto *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda, foi defendido como tese para provimento da cátedra de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo (USP) e, no ano seguinte, impresso pela Livraria José Olympio Editora na coleção *Documentos Brasileiros*. Assim, o interesse deste estudo visa analisar que fortuna crítica e tipos de classificação parte dos leitores da primeira edição lançaram sobre o livro e seu autor, para refletir sobre a circulação da obra e sua recepção, em 1959. Para tanto, a documentação examinada remete às resenhas publicadas em periódicos do Brasil e assinadas por letrados de diferentes ofícios, pois, deste modo, acredita-se ser possível compreender alguns aspectos do peculiar regime das trocas intelectuais mantidas entre o escritor, os historiadores estrangeiros – quiçá estudiosos das mentalidades – e os leitores iniciais do livro.

Palavras-chave: Visão do paraíso; Sérgio Buarque de Holanda; Leitores; Recepção.

Abstract: In 1958 Sérgio Buarque de Holanda's text *Visão do paraiso*, was defended as a thesis for filling the chair of the History of Brazilian Civilization, at University of São Paulo (USP), and the following year, was printed by Livraria José Olympio Editora in the collection *Documentos Brasileiros*. Thus, the interest of this study is to analyze which types of critical and rank the readers of the first edition launched on the book and its author to reflect on the circulation of the work and its reception in 1959. Therefore, the documentation examined refers to reviews published in journals in Brazil and signed by scholars of different crafts, as thus believed to be possible to understand some aspects of the peculiar system of intellectual exchanges held between the writer, foreign historians – perhaps scholars of mentalities – and initial book readers.

Keywords: *Visão do paraíso*; Sérgio Buarque de Holanda; Readers; Reception.

Fruto de pesquisas realizadas por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) em arquivos brasileiros e europeus, particularmente, neste último caso, de acervos italianos quando da sua experiência como professor visitante na Universidade de Roma, entre 1952 e 1954, *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* foi apresentado e defendido, em 1958, para provimento de cátedra na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). A cadeira em questão correspondia a de História da Civilização Brasileira. Esta, por sua vez, já vinha sendo ocupada pelo intelectual

^{*} Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF, sob a orientação da professora Dra. Giselle Martins Venancio e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Contato: .

interinamente desde 4 de dezembro 1956,¹ a convite do diretor em exercício da FFCL, Eurípedes Simões de Paula, em substituição ao professor Alfredo Ellis Júnior, aposentado por motivos de saúde.²

Vencido o concurso, chegava a hora de transformar a tese em livro. Assim, no ano seguinte à defesa, em 1959, o escrito gestado "num período curto de três a quatro meses",³ foi impresso pela Livraria José Olympio Editora, como o volume 107 da coleção *Documentos Brasileiros*.⁴ Sua impressão correspondeu, simultaneamente, ao ápice e início do declínio deste projeto editorial no mercado. Tanto por conta dos problemas enfrentados pela indústria livresca no país – com uma legislação nada favorável –, quanto pelo surgimento de outras editoras e empreendimentos, bem como devido à morte de seu diretor, Octávio Tarquínio de Souza, seguido de um período em que a coleção ficou, por assim dizer, órfã, até Afonso Arinos de Mello Franco a assumir, em 1962.⁵

Mas, desde 1939, em substituição a Gilberto Freyre, que foi seu primeiro coordenador, a coleção *Documentos Brasileiros* era dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa, conhecido biógrafo de estadistas do Império, com obras editadas, justamente, na referida coleção. Estes aspectos, nada desprezíveis, mostram um pouco a complexidade das disputas letradas do período e as possíveis formas de inserção nos circuitos do mundo intelectual. Afora essa questão, convém salientar que o contato entre Tarquínio de Souza e Buarque de Holanda remontava, no mínimo, aos anos 1940, quando publicaram em coautoria o livro didático *História do Brasil*. Além disso – e ainda atento ao emaranhado da configuração intelectual daqueles anos – o próprio Octávio Tarquínio de Souza foi chamado para compor a banca examinadora da tese *Visão do paraíso*. Segundo correspondência que enviou a Sérgio Buarque, recebeu um convite da USP para fazer-lhe a arguição, mas declinou sob a justificava de que não

¹ SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 241-259, jan./abr. 2011.

² NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso* e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: Ed.USP, 2008.

³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 269-274, set./dez. 1994, p. 270.

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Coleção "Documentos Brasileiros" (v. 107). Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

⁵ Cf. FRANZINI, Fábio. À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959) (Tese em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006; SORÁ, Gustavo. Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Ed.USP / Com-Arte, 2010; & VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 05-23, jan./jun. 2013.

⁶ GONÇALVES, Márcia de Almeida. Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. *Revista de História* (USP), São Paulo, n. 150, p. 129-155, 2004, p. 130.

⁷ SOUSA, Octávio Tarquínio de; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História do Brasil* (n. 2). Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. Acervo Geral (Livros), Anexo II-873, 4, 45, II-381, 1, 2. *Biblioteca Nacional* (BN).

poderia aceitar este papel: "Não se trata de falsa humildade: é simples noção de minhas limitações", ⁸ escreveu Tarquínio de Souza.

Práticas letradas e rede de sociabilidades momentaneamente à parte, de forma sistemática e intensiva, tratava-se da primeira vez que o tema paradisíaco presente em relatos luso-castelhanos quinhentistas era tomado como objeto de estudo,⁹ para compreender a formação do território americano, em especial a porção do Atlântico Sul. Contudo, no dizer do historiador Ronaldo Vainfas, o interesse por este escrito só foi suscitado pelo impacto causado por outra tese: "O Diabo e a Terra de Santa Cruz, de Laura de Mello e Souza, em 1986, historiadora que lhe seguiu fielmente os passos, reinventando a problemática de Sérgio Buarque". Porém, a autora deste estudo observa certo esquecimento de Visão do paraíso, considerada a pesquisa favorita do autor, ¹¹ porque, em suas palavras, quando surgiu, nos anos 1950, a historiografia atentava mais aos aspectos econômicos. Assim, ficava mais "em torno das obras de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado", ¹² de modo que o texto sobre os mitos edênicos incitaria interesse décadas depois.

À hipótese citada pode-se agregar outra, que remete à própria trajetória editorial do texto de Sérgio Buarque como um fator, este sim, ao que parece, decisivo, para o esquecimento da obra. Isso porque *Visão do paraíso* só receberia uma segunda edição dez anos depois de seu lançamento pela José Olympio. E, afora este aspecto, deixava a coleção *Documentos Brasileiros*, para integrar o catálogo da editora concorrente. Isto é: concorrente em termos de publicações de caráter monográfico, que correspondia ao volume 333 da coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional (CEN), então coordenada por Américo Jacobina Lacombe, mas em coedição com a Editora da Universidade de São Paulo (Ed.USP).

Seja como for, o fato é que, hoje, a leitura historiográfica feita sobre *Visão do paraíso* divide-se entre as avaliações que a apontam como obra antecipadora das pesquisas sobre as *mentalidades* e os que preferem agir com maior cautela. Assim, de um lado, há Laura de Mello e Souza e Evaldo Cabral de Mello a defenderem que "Nenhuma obra da época possibilitou, como *Visão do Paraíso* – antes dela, o crédito cabe, sem dúvida, a *Os Reis Taumaturgos*, de

⁸ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 439 – Carta de Octávio Tarquínio de Sousa a SBH, recusando o convite para que fosse examinador da tese e dizendo que ficou deslumbrando com a mesma. Rio de Janeiro, 29 set. 1958. as. Octávio. 1p. Cp 217 P9. Fundo Sérgio Buarque de Holanda (SBH). Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*).

⁹ SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografía da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografía brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. In: CANDIDO, Antonio (org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 56-7.

¹¹ SANTOS, Nelson Pereira dos. *Raízes do Brasil* – Uma cinebiografía de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Estação Filmes, 2003. 1 DVD (148 min).

¹² SOUZA. Op. cit., 1998, p. 28.

Bloch – a compreensão daquilo que a historiografia francesa dos *Annales* [...] denominou de *outillage mental*"¹³ e que foi "o primeiro livro de História das mentalidades escrito entre nós, embora nos anos 50 a designação não se houvesse generalizado".¹⁴ De outro, há Ronaldo Vainfas a questionar o suposto pioneirismo, "para não dizer inexato, relacionar [...] com a historiografia francesa, sobretudo os movimentos que ali se desenvolveu a partir de fins dos anos 1960. Aliás, a historiografia francesa só muito pontualmente é citada ou mencionada no livro".¹⁵

Portanto, a problemática instigadora deste trabalho remete ao questionamento que busca refletir o quão inteirado estava Buarque de Holanda acerca da produção acadêmica posteriormente conhecida como *História das mentalidades* e em que medida sua tese seria um diálogo e uma antecipação desses estudos no Brasil. Na impossibilidade de respostas dogmáticas – e longe da pretensão de buscar uma classificação definitiva à tese-livro –, cumpre assinalar, que o interesse da reflexão proposta pretende fazer uma análise sobre uma parcela da fortuna crítica, que alguns dos leitores da primeira edição de *Visão do paraíso* (1959) teceram sobre o livro.

Para tanto, as fontes utilizadas correspondem às resenhas que circularam em periódicos, muitas das quais assinadas por letrados de diferentes ofícios (jornalistas, romancistas, acadêmicos etc.), salvaguardadas no Fundo *Sérgio Buarque de Holanda* (SBH), localizado no Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*). Integrante da série *Produção de Terceiros*, a subsérie *Resenhas* é composta por 104 documentos, que correspondem a 181 textos. Destes, 34 são para *Visão do paraíso*. Contudo, devido à instabilidade do escrito, atualmente na sétima edição 16 – com uma única tradução, para o espanhol 17 –, além dos inúmeros olhares lançados sobre as páginas da tese transformada em

³ ______. Prefácio. In: NICODEMO. Op. cit., 2008, p. 20.

¹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *Raízes do Brasil* e depois (posfácio). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 192.

¹⁵ VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil*: banquete no trópico. São Paulo: Ed.Senac, 2001, p. 26.

¹⁶ HOLANDA. Op. cit., 1959; ______. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Coleção "Brasiliana" (v. 333). 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Ed.USP, 1969; _____. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Coleção "Brasiliana" (v. 333). 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977; _____. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Coleção "Brasiliana" (v. 333). 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985; _____. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; ____. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996 [com 1ª reimpressão em 2000, em coedição com a Coleção "Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro", da Publifolha]; ____. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹⁷ _____. *Visión del paraíso*: motivos edénicos en el descubrimiento y colonización del Brasil. Tradução de Estela dos Santos. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.

livro, cabe destacar que, para os domínios e limites do presente estudo, o debate ficará circunscrito aos leitores da primeira versão de *Visão do paraíso* (1959) e, dentre estes, centrado naqueles que assinaram suas resenhas.

Assim, dentre as 20 críticas publicadas que registraram autoria, escolheu-se a metade mais representativa, no sentido de espraiarem suas reflexões para além de uma simples síntese sobre o livro de 1959. Dentre estas, constam as resenhas dos seguintes intelectuais: Mário Erbolato, Leonardo Arroyo, Valdemar Cavalcanti, Sérgio Milliet, Rolmes Barbosa, Jarbas Duarte, João Camilo de Oliveira Torres, Nogueira Moutinho, Hélio Vianna e Wilson Martins. Como antecipação de mea-culpa, saliento que, por se tratar de uma pesquisa em curso, não será possível se deter em demasia na posição ocupada pelos resenhistas mencionados ou suas eventuais relações (pessoais, institucionais e/ou editoriais) com Sérgio Buarque de Holanda, ainda que estes aspectos certamente possam apontar a direção das muitas perguntas que, por certo e por ora, ficarão no ar. Portanto, reitero o objetivo de apontar, para começo de debate, como foi a recepção de *Visão do paraíso* entre os intelectuais mencionados e que olhar crítico lançaram sobre o livro e sobre seu autor.

O primeiro deles, o jornalista Mário Erbolato, escreveu no *Diário do Povo*, editado em Campinas, que Sérgio Buarque era um escritor com formação especializada em estudos humanísticos. Ato contínuo, afirmou que *Visão do paraíso* abria promissoras perspectivas, ao mostrar que os mitos podiam servir "para alimentar ambições e mover a ação *econômica*, social e até política [de] muitos espíritos". Embora sem adentrar em questões rigidamente classificatórias, o resenhista, por outro lado, entendeu o tema como quase inédito na produção bibliográfica brasileira e finalizou sua fala com elogio ao livro, visto como "fascinante pelo assunto, e também brilhante pelo estilo e pela forma com que foi exposto e desenvolvido". Por escrever que a fantasia edênica continha força motriz até sobre o domínio econômico, cabe perguntar: será mesmo que a leitura contemporânea à primeira edição de *Visão do paraíso* a enxergava tão distante assim dos trabalhos de Caio Prado Jr. ou de Celso Furtado? Dificil saber, mas seria imprudente não questionar, uma vez que o próprio leitor não via o tema tão descolado assim de um problema de fundo econômico.

O colunista da *Folha da Manhã* (SP), Leonardo Arroyo, enalteceu a variedade de fontes utilizadas na pesquisa e, tal qual o faria posteriormente a leitura historiográfica, identificou

¹⁸ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2238 – Recorte de jornal intitulado "Acaba de ser lançado Visão do Paraíso, o grande livro de Sérgio Buarque de Holanda", com resenha de Mário Erbolato, sobre o referido livro. Diário do Povo. Campinas, 1958 (sic) [1959]. s.p. Pt 223 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].
¹⁹ Idem.

enfaticamente, na resenha, que "pela primeira vez em nossa bibliografia histórica, em que pesem possíveis restrições que os *especialistas* lhe possam fazer, temos em volume o estudo sistemático desse mundo maravilhoso onde muitas vezes foi difícil ao descobridor e ao colonizador separar o mito da realidade". O crítico literário do periódico carioca *O Jornal*, Valdemar Cavalcanti, por sua vez, publicou que Sérgio Buarque era "senhor dos fatos de natureza histórica e dos fenômenos de cunho sociológico e antropológico". Ao abarcar, simultaneamente, três áreas das Ciências Humanas, o elogio pode ser visto como indício da incipiente diferenciação disciplinar do campo acadêmico brasileiro. Justo em um momento em que Sérgio Buarque fazia questão de se identificar como historiador, sendo a candidatura à cátedra da USP exemplo categórico dessa circunstância. No final da resenha, embora também em tom elogioso, Cavalcanti alocou a obra na categoria de ensaio e apreciou o gênero como espécie de "encanto do estilo de um *escritor* que dia a dia apura a forma. 'Visão do Paraíso' é dos acontecimentos *literários* de 59". ²²

Ora, mal estas instituições tinham sido criadas no Brasil ou gerado seus primeiros frutos acadêmicos do país, Buarque de Holanda clamava pela escrita de uma história pátria com a contribuição de diferentes especialistas. No reclame, surgido ao menos desde o artigo *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, de 1951, apontou a necessidade de dedicação aos estudos sobre o passado, mas não por meio de "sínteses onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de alguma ilusória visão de conjunto".²³

Mirada à tradição brasileira de narrar o passado nacional, oriunda de órgãos como os institutos históricos e as academias de letras, cuja produção era carregada de fortes traços ensaísticos, mesmo no caso de interpretações histórico-sociológicas de que o próprio Sérgio Buarque de Holanda fora adepto e que nunca renegara, defende-se aqui a ideia de que, a partir da segunda metade do século XX, o referido estilo não gozava mais do prestígio alcançado no decênio de trinta, quando as primeiras universidades foram criadas. Por isso, a desqualificação

²⁰ ______. 2247 – Recorte de jornal intitulado "Visão do Paraíso" com resenha de Leonardo Arroyo, sobre o referido livro. Folha da Manhã. São Paulo, 08 nov. 1959. s.p. Pt 232 P6. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

²¹ ______. 2250 - Recorte de jornal intitulado "SBH: visão do paraíso", com resenha de Valdemar Cavalcanti, sobre o livro "Visão do Paraíso". O Jornal. Rio de Janeiro, 17 nov. 1959. s.p. Pt 235 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

²² Idem [grifo meu].

²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos (publicado originalmente no *Correio da Manhã* – RJ, jul. 1951). In: EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda*: perspectivas. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008, p. 614.

conferida ao ensaio advinha, sobretudo, do âmbito acadêmico e o próprio intelectual paulista havia sinalizado isso em outras ocasiões, anteriores ou contemporâneas ao balanço de 1951.²⁴

Todavia, é latente e, por certo, inquestionável, a dificuldade encontrada pelos leitores de *Visão do paraíso* quando se aventuravam na tentativa de classificar o autor ou o escrito. Também esse é o caso da resenha assinada por Sérgio Milliet, ex-diretor artístico do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), pois, além de igualmente apreciar o estudo como ensaio, escreveu no jornal *O Estado de S. Paulo* que, devido à qualidade do livro, Sérgio Buarque era, num só tempo, poeta e historiador. Noutro momento, chamou a atenção ao *modus operandi* de portugueses no Novo Mundo, por ele entendido como espécie de "*mentalidade* prática [...] que dá Camões, um narrador, e não Cervantes, um sonhador".²⁵

Já Rolmes Barbosa, Jarbas Duarte e João Camilo de Oliveira Torres caracterizaram a obra, respectivamente, como "discussão arejada, à luz da *moderna* historiografia";²⁶ como contribuição de vulto, feita com investigação exaustiva de documentos pelo historiador Sérgio Buarque, que os comentou "com rigor e equilíbrio próprios de uma formação científica";²⁷ e, inclusive, chegando a ser descrito como o "mais bem informado historiador brasileiro da atualidade".²⁸ Portanto, esses resenhistas, por seu turno, já encaravam a obra como alocada no domínio de uma área específica do conhecimento humano – a História – e viam seu autor como integrante deste campo do saber.

Como se não bastasse, criador e criatura são classificados junto daquilo que se entendia por moderna historiografia. Aspecto este duplamente sintomático: primeiro porque no já mencionado balanço sobre *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, o próprio Sérgio Buarque chamava de moderna historiografia, justamente, àquela praticada por Marc Bloch e companhia; e, segundo, porque se o próprio leitor compreendia assim o autor e a obra, pode-se inferir que ou também o identificava com a historiografia francesa dos Annales – quiçá

²⁴ ______. Prefăcio à segunda edição (1948). In: *Raízes do Brasil*. 4.ed. Coleção "Biblioteca Básica Brasileira" (v. 10). Brasília: Ed.UnB, 1963, p. XV; & ______. Por uma nova história. In: *Folha da manhã*, São Paulo, 26 jul. 1950, p. 2. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/fdm/1950/07/26/1/>. Acesso em: 18 fev. 2013.

²⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2255 – Recorte de jornal intitulado "Visão do Paraíso", com resenha de Sérgio Milliet, sobre o livro. O Estado de São Paulo. São Paulo, 06 dez. 1959. s.p. Pt 240 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

²⁶ _____. 2258 – Recorte de jornal intitulado "Visão do Paraíso", com resenha de Rolmes Barbosa, sobre o referido livro. O Estado de São Paulo. São Paulo, 24 dez. 1959. s.p. Pt 243 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu]

²⁷ ______. 2260 – Recorte de jornal intitulado "A mitologia das origens do Brasil", com resenha de Jarbas Duarte, sobre o livro "Visão do Paraíso". Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 03 jan. 1960. s.p. Pt 245 P62. Fundo SBH. Siarq-UNICAMP.

²⁸ ______. 2266 – Recorte de jornal intitulado "Dois livros", com resenha de João Camilo de Oliveira Torres, sobre os livros: "Augusto dos Anjos e outros ensaios" de M. Cavalcanti Proença e "Visão do Paraíso". O Diário. Belo Horizonte, 29 dez. 1960. s.p. Pt 251 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

das mentalidades – ou porque, por moderna historiografia, entendia as publicações da coleção *Documentos Brasileiros* como esse espaço da escrita da História. Em ambos os casos, que não são, necessariamente, excludentes, Buarque de Holanda assumia posição proeminente. Mas o tom enfático dessas últimas resenhas não eliminava o movimento oscilatório entre classificar ou não *Visão do paraíso* como ensaio e apontar ou não Sérgio Buarque de Holanda como historiador. Por isso, apesar de Nogueira Moutinho – oitavo leitor analisado – alocar essa busca pelo dado psicológico do colonizador em "um campo particular dos estudos históricos", atento ao fato de que "a *mentalidade* dos portugueses era arcaizante",²⁹ em resenha publicada na *Folha de São Paulo*, escreveu que "o 'historiador' é apenas uma das possibilidades do espírito de Sérgio Buarque".³⁰

Por fim, é preciso enfatizar ainda duas resenhas: a de Hélio Vianna, que arguiu Buarque de Holanda quando da defesa do texto enquanto tese, em 1958; e Wilson Martins, que permitirá o retorno às questões primeiras desta reflexão. Em sua avaliação Vianna historicizou as circunstâncias do concurso para a cátedra e disse que "só por exigência legal o trabalho em apreço em sua versão inicial classificou-se como 'tese', quando melhor se enquadra na qualificação de ensaio". Tal fala seguia o exemplo das resenhas até então examinadas, porém, neste caso, o tom ficava a meio termo entre crítica, porque em termos acadêmicos não correspondia ao estilo mais apreciado; e elogio, porque os institutos históricos e academias de letras ainda o empregavam largamente. E, assim como na época da composição da banca examinadora, o crítico seguiu com sugestões de acréscimos possíveis ao texto, em virtude daquilo que entendia como amplidão de questões que a obra levantou.

Ao final de sua análise, cuja apreciação fica difícil precisar se fora da leitura da tese ou do livro, Hélio Vianna escreveu a que veio. Neste sentido, posicionou-se contrário à citação feita em *Visão do paraíso* a propósito do *sentido* da colonização, na qual Buarque de Holanda comungou, em parte, das teses de Caio Prado Jr., de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942).³² Isso porque Vianna dizia discordar "da exclusividade dos objetivos econômicos da colonização portuguesa de nosso país".³³ Novamente, o que se observa, pelo menos a partir da

²⁹ _____. 2267 – Recorte de jornal intitulado "Visão do Paraíso", com resenha de Nogueira Moutinho, sobre o referido livro. Folha de São Paulo. São Paulo, 20 ago. 1961. s.p. Pt 252 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

³⁰ Idem.

³¹ ______. 2256 – Recortes de jornal intitulados "Visão do Paraíso (I), (II) e (III)", com resenha de Hélio Vianna, sobre o referido livro. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro 13, 20 e 27 dez. 1959. s.p. Pt 241 P62. Fundo SBH. Siarq-UNICAMP.

³² PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Martins, 1942.

³³ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2256. Op. cit., 13, 20 e 27 dez. 1959. s.p. Pt 241 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

leitura realizada por este outro intelectual, é o apontamento de um vínculo de *Visão do paraíso* aos estudos de caráter econômico e não um distanciamento ou uma distinção destes trabalhos. Talvez a diferença, ao que tudo indica – se é que existia alguma aos olhos do resenhista e demais contemporâneos da primeira edição –, dizia mais respeito a uma questão de forma que de fundo.

Também na contramão dos louvores, ao menos em alguns pontos, outra discrepância foi o caso da resenha assinada por Wilson Martins, no Suplemento literário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Embora sem tomar parte como membro da banca examinadora da tese, Martins acompanhou a divulgação de parte dos comentários feitos a Sérgio Buarque de Holanda quando do concurso, devido à publicação do ocorrido na seção *Noticiário* da revista de História da USP,³⁴ conforme sugere uma nota de rodapé de sua resenha. Mas o que merece ser destacado de sua fala é um parágrafo no qual critica passagens do livro onde a busca pelo Éden terreal é apontada, por Sérgio Buarque, como uma espécie de ideia fixa e peculiar aos espanhóis. Para Martins, em realidade, na época dos grandes descobrimentos marítimos, "o imaginário e o real não se combatem, mas coabitam, e é justamente dessa singular aliança que nascerá a América".³⁵

Ao embasar sua crítica, Wilson Martins lançou mão do texto *O problema da incredulidade no século XVI. A religião de Rabelais*, de Lucien Febvre, publicado em 1942, como argumento de autoridade, para afirmar que no período colonial não existia a noção do impossível³⁶ ou a possibilidade da descrença, de modo a não parecer estranho a coexistência pacífica entre fantasia e realidade. Sintomático ou não da problemática aqui levantada, que questiona, simultaneamente, as interpretações sobre as obras e preferências temáticas dos anos 1950, bem como as classificações historiográficas atuais, vale destacar que, somente com este olhar voltado ao exato momento da materialização, relações intertextuais e recepção de *Visão do paraíso*, é possível reconstituir a lógica e a dinâmica de sua produção. Daí a tentativa de distinção entre as *leituras* e os *leitores* da primeira edição (1959) deste texto de Sérgio Buarque de Holanda.

³⁴ ELLIS, Myriam. Noticiário. *Revista de História*, São Paulo, ano X, n. 38, p. 493-508, abr./jun. 1959. Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda". Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (CAPH-FFLCH-USP).

³⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2262 – Recorte de jornal intitulado "O paraíso perdido", com resenha de Wilson Martins, sobre o livro "Visão do Paraíso". O Estado de São Paulo. São Paulo, 26 mar. 1960. Suplemento literário. p.2. Pt 247 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³⁶ Idem ["personne alors n'avait le sens de l'impossible. La notion de l'impossible". FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle*: la religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1947 [1942], p. 476].

"Os trabalhos expõem características que tem acompanhado as reflexões do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural – NUPEHC, em 22 anos de existência: a diversidade de opções temáticas e os múltiplos recortes espaçotemporais, numa criativa conjugação de pesquisa e reflexão teórica, aliada a uma sofisticada historiografia. Emerge desse longo convívio intelectual uma constante troca coletiva de saberes, fertilizando mutuamente o vasto domínio dos estudos relacionados à cultura"

Rachel Soihet